**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**MODOS DE ATUAÇÃO ARMADA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO IMPÉRIO;
1842-1870**

**ADILSON JOSÉ DE ALMEIDA
(adilsonj@usp.br)**

Versão Corrigida da Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor em História

Orientador: Prof. Dr. Elias Thomé Saliba

**SÃO PAULO
2014**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**MODOS DE ATUAÇÃO ARMADA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO IMPÉRIO;
1842-1870**

ADILSON JOSÉ DE ALMEIDA
(adilsonj@usp.br)

Versão Corrigida da Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor em História

Orientador: Prof. Dr. Elias Thomé Saliba

**SÃO PAULO
2014**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
CAPÍTULO I: SOCIEDADE ARMADA	18
CAPÍTULO II: MODO SENHORIAL DE ATUAÇÃO ARMADA	46
CAPÍTULO III: MODO MILITAR DE ATUAÇÃO ARMADA	90
CAPÍTULO IV: MODO MILITAR DEPENDENTE DE ATUAÇÃO ARMADA	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
FONTES E BIBLIOGRAFIA	162

RESUMO

Esta pesquisa parte de um problema colocado em relação ao Império brasileiro, o emprego da violência armada nas relações políticas. De fato, chama atenção na vida política brasileira, num extenso período que pode abranger de meados do século XVIII à primeira metade do século XX, a recorrência de conflitos armados. A violência física era recurso nas disputas por poder no governo do país – governo geral na América Portuguesa, governo central no Império, governo federal na República – nas lutas entre setores das elites regionais pela condução dos governos provinciais, depois estaduais e no controle de municípios pelas lideranças locais. Ela ocorria, inclusive, nas eleições, justamente nos eventos concebidos para um exercício não violento de escolhas políticas.

A formação do Estado brasileiro é a problemática mais ampla à qual se refere a pesquisa. A questão do estado se coloca, pois era relevante para sua sustentação levar em consideração uma característica da sociedade da qual emergia: o emprego generalizado da violência armada na vida social e política. Pode-se dizer da sociedade que vinha se formando desde o início da colonização que se tratava de uma sociedade armada, isto é, uma sociedade com capacidade para obter e empregar armas independentemente das instâncias governamentais. Era a força desta sociedade o maior obstáculo para o estabelecimento do monopólio estatal das armas e a constituição de uma reserva operacional de homens.

O que a existência e a força desta sociedade colocam como problema a ser estudado é o exercício do poder por meio da coerção física como forma de solucionar conflitos de interesses e como forma de sustentar o estado ou contestá-lo. Observando-se a sociedade armada por este ângulo da materialidade do exercício do poder, o que se afirma como um dos principais problemas para uma força política que deve constituir seus recursos de coerção física contra adversários é a apropriação das capacidades físicas de homens para fins bélicos. Era preciso desenvolver ações e procedimentos regulares para reunir homens, obter obediência deles e fazê-los lutar. Formar um grupo armado ou uma tropa militar era fundamental para as forças políticas. Elas desenvolviam o que se podem denominar Modos de Atuação Armada.

A pesquisa propõe o estudo de três deles. Um *Modo Militar de Atuação Armada* que foi desenvolvido pelo estado para constituir suas forças armadas e que no Brasil começou a ser aplicado com a legislação militar portuguesa no período colonial. Um *Modo Senhorial de Atuação Armada*, que pode ser assim denominado porque foi desenvolvido pelo segmento dos senhores para formar seus grupos armados e que se aproveitava da aprendizagem

doméstica ou comunitária dos homens para lutar e empregar armas, sem fornecer treinamento para eles.

A hipótese que será examinada nesta pesquisa é que a constituição das forças armadas do Estado brasileiro no período imperial não se dava apenas com o desenvolvimento de um modo militar de atuação armada. O estado não adquiria capacidade de atuação armada apenas com seus recursos exclusivos, ele lançava mão dos senhores e das forças que eles organizavam. O estado se armava por meio das relações que se estabeleciam entre os dois modos de atuação armada, o militar e o senhorial, ele dependia da combinação de ambos. O que vigorava no Exército brasileiro era um *Modo Dependente de Atuação Armada*.

ABSTRACT

This research starts of a problem put about Brazilian Empire, the use of armed violence in political relations. In fact, draws attention in the Brazilian political life the recurrence of armed conflicts. Physical violence was feature in disputes over power in the country's government - general government in Portuguese America, central government in the Empire, the federal government in the Republic – and the provincial and local governments.

The formation of the Brazilian State is the broader issue to which it relates to research. The question arises of the state because it was relevant to their support take into account a characteristic of society which emerged: the widespread use of armed violence in social and political life. Can be said of society that had been forming since the beginning of colonization it was an armed society, i.e., a society with the ability to obtain and use weapons regardless of the government. Was the strength of this society the greatest obstacle to the establishment of the state monopoly of weapons and the establishment of an operating reserve of men.

Observing armed society from this perspective of the materiality of the exercise of power, which is stated as a major problem for a political force that its resources should be physical coercion against opponents is the appropriation of the physical abilities of men for war purposes. It was necessary to develop actions and regular procedures to meet men, get their obedience and make them fight. Forming an armed group or a military troop was central to the political forces. They developed what may be called *Modos de Atuação Armada*.

The research aims to study three of them. A *Modo Militar de Atuação Armada* which was developed by the state to provide its armed forces and in Brazil began to be applied by the Portuguese military law in the colonial period. A *Modo Senhorial de Atuação Armada*, which can be so called because it was developed by the thread of their masters to form armed groups who took advantage of the home learning or community of men to fight and use weapons without providing training for them.

The hypothesis which will be examined in this research is that the constitution of the armed forces of the Brazilian state in the imperial period did not occur only with the development of a military mode of armed action. The state acquired the ability to not only armed action with its unique features, he threw hand of lords and the forces they organized. The state was brewing through the relationships that are established between the two modes of armed action, military and master, he depended on the combination of both. What prevailed in the Brazilian Army was a *Modo Dependente de Atuação Armada*.

INTRODUÇÃO

O problema imediato colocado em relação ao Império brasileiro nesta pesquisa diz respeito ao emprego da violência armada nas relações políticas. Trata-se de analisar o exercício do poder por meio da coerção física, quando os homens tentam resolver suas diferenças empunhando armas. Contudo o que se propõe aqui não é a análise do desenrolar de conflitos armados na vida política, mas sim a análise das maneiras pelas quais as forças políticas se constituíam como forças armadas, isto é, como obtinham capacidade bélica para se defenderem de inimigos ou se imporem a eles mobilizando homens em armas e colocando-os para lutar.

A formação do Estado brasileiro é a problemática mais ampla à qual se refere esta pesquisa. A questão do estado se coloca, pois o exame preliminar da bibliografia indicou que era relevante para sua sustentação levar em consideração uma característica da sociedade da qual emergia: o emprego generalizado da violência armada na vida social e política. Pode-se constatar, primeiramente, que na vida social das populações que se estabeleciam no território desde o período colonial, os homens tinham acesso a armas. E eles as empregavam nos seus conflitos interpessoais, o que fazia com que as desavenças e brigas entre indivíduos terminassem em morte ou ferimentos por tiros, facadas em lutas corporais etc. Desentendimentos entre pessoas podiam, portanto, com frequência redundar em crimes violentos. Armas eram utilizadas, também, nas disputas entre as famílias de proprietários de terras pela ampliação ou defesa de seus domínios. Elas seguidamente mobilizavam suas próprias forças e entravam em conflito armado.

A criminalidade violenta e as disputas armadas por recursos econômicos como terras são, sem dúvida, problemas importantes na história do Brasil. Mas esta sociedade coloca, ainda, um segundo tipo de problemas do qual esta pesquisa se volta mais estritamente. Os conflitos políticos, também, eram resolvidos por meio das armas. De fato, chama atenção na vida política brasileira, num extenso período que pode abranger de meados do século XVIII à primeira metade do século XX, a recorrência de conflitos armados. A violência física era recurso nas disputas por poder no governo do país – governo geral na América Portuguesa, governo central no Império, governo federal na República – e nas lutas entre setores das elites regionais pela condução dos governos provinciais, depois estaduais. Mas não estava restrita a estas instâncias mais abrangentes. As lideranças locais a empregavam largamente pelo controle de municípios. Ela ocorria, inclusive, nas eleições, justamente nos

eventos concebidos para um exercício não violento de escolhas políticas, fato que mostra como estava entranhada no desenvolvimento das relações de poder.

Pode-se dizer da sociedade que vinha se formando desde o início da colonização que se tratava de uma sociedade armada, isto é, uma sociedade com capacidade para obter e empregar armas independentemente das instâncias governamentais. Esta primeira definição, ainda que muito genérica, indica que um problema de fundo ao qual ela faz referência é a indistinção entre vida privada e vida pública na vida brasileira, neste trabalho, circunscrito ao período logo atrás assinalado e tratado por autores tão fundamentais como Sérgio Buarque de Holanda desde o seu *Raízes do Brasil* no qual desenvolveu a ideia de que a autonomia concedida ao indivíduo na cultura ibérica e transplantada ao Brasil sobrevalorizava os interesses pessoais em detrimento de acordos coletivos duráveis (Holanda: 5).

Este problema, colocado no horizonte da pesquisa sobre a violência armada na vida política, se desdobra em, pelo menos, três problemáticas que se podem formular a respeito desta sociedade.

Certamente, é preciso apontar razões para a constituição de uma sociedade deste tipo no Brasil. Neste sentido, é necessário examinar, ainda que brevemente, a política de segurança do estado português para a Colônia, baseada em tropas milicianas compostas pelas populações locais. Será necessário examinar, também, a manutenção do sistema escravista de exploração do trabalho, sistema considerado na historiografia de um modo geral, por sua natureza de expropriação violenta, um fator de difusão de violência na vida social e política.

Falar numa sociedade armada, principalmente em relação à vida política, significa dizer que qualquer tentativa das autoridades públicas em empregar forças policiais para controle do comportamento social ou forças militares para garantir determinada ordem política esbarrava no fato de que as pessoas, individualmente ou em grupo, tinham condições de uma reação armada. É preciso apontar, então, que a organização das forças armadas do estado se definia grandemente em relação à sociedade armada. A maneira como foram encaminhados os problemas relativos ao monopólio estatal das armas ou à constituição de uma reserva operacional de homens e ao melhor meio de promovê-la, por meio de sorteios ou de serviço militar obrigatório, podem ser mais bem compreendidos ante a força desta sociedade. Mais do que simplesmente observar que o estado não detinha o monopólio da violência armada é preciso considerar que era a sociedade armada que de maneira ativa o impedia de, efetiva e legalmente, estabelecer este monopólio.

A esses problemas da formação da sociedade armada e das suas relações com o estado se junta o problema de suas formas de reprodução. É preciso saber quais eram os meios

que ela criou para manter-se na posse de armas e com capacidade para empregá-las nas situações de conflito. Uma questão se impõe: se os homens eram obrigados, com muita frequência, a lutar, como aprendiam a fazê-lo?

A contínua mobilização de forças em armas é recorrentemente citada, referenciada, comentada na historiografia sobre o Império brasileiro. É preciso, também, começarmos a analisar sua extensão e intensidade na organização da vida política, especialmente, na formação do Estado brasileiro. Não se trata apenas de identificar quais eram os recursos bélicos empregados em confrontos, que tipos de armas se usavam, quais grupos eram os mais fortes etc. Questões materiais se colocavam para forças em confronto direto. Quais eram os meios concretos para atuação armada e como se preparavam para utilizá-los? Necessidades práticas de organização se apresentavam como decorrências destes objetivos e demandavam encaminhamentos efetivos: alistar e recrutar indivíduos, estabelecer conexões com fornecedores de armas, garantir canais de distribuição para fazê-las chegar aos homens arregimentados, capacitá-los para operá-las ou se aproveitar da capacidade já previamente adquirida pelos mesmos, torná-los obedientes por meio de procedimentos disciplinares, obter recursos financeiros para custear despesas. Às forças políticas se colocava a questão fundamental de como podiam se constituir em forças armadas com capacidade para derrotar fisicamente os oponentes. A elas se impunham, portanto, a formação de contingentes e o seu provimento com armas, ou seja, era necessário reunir homens e lhes fornecer recursos materiais para ações bélicas quando fosse exigida imposição pela força física.

O que a existência e a força desta sociedade colocam como problema a ser estudado é o exercício do poder por meio da coerção física como forma de solucionar conflitos de interesses, sustentar o estado ou contestá-lo. O emprego de recursos materiais e físicos – as armas, os uniformes, o próprio corpo dos homens – nos conflitos políticos torna indispensável a análise desta modalidade específica de domínio para a compreensão de como se desenvolviam as relações políticas nesta sociedade. Assim, é preciso considerar que a frequência dos conflitos armados faz emergir como um problema o emprego da força física nas relações políticas. É necessário, portanto, trazer conceitualmente para a história política a dimensão física e material do poder.

Este recorte na análise do exercício do poder tal como se desenvolveu numa sociedade historicamente constituída, deve ser entendido como uma plataforma de estudo específica que não se sobrepõe, muito menos, elimina outras que são necessárias para a compreensão do fenômeno. Pode-se exercer poder por meio de pressão psicológica sobre um oponente, amedrontando-o com ameaças. A adesão ideológica a uma causa, que pode servir à

sustentação de dominação já estabelecida ou à sua contestação radical, é outro componente do exercício do poder.

Tratando-se de uma forma de exercício do poder por meio de imposição física sobre um adversário, impõem-se aqui problemas relativos à produção, circulação e emprego de um conjunto imenso e variado de recursos materiais e físicos. Torna-se uma necessidade estudar armas, uniformes e uma variedade de equipamentos militares, abordando desenvolvimento tecnológico, práticas cotidianas, usos simbólicos etc. Um universo tão amplo de questões demanda uma quantidade e variedade de pesquisas que superam em muito os resultados que podem ser obtidos numa pesquisa individual. Contudo, um elemento fundamental para abordagem dessas questões que, na verdade perpassa todas elas, e que se constitui não só num ponto de partida estratégico, mas no eixo temático por meio do qual elas podem ser encaminhadas, é o corpo humano. São precisos homens para acionar máquinas e aparelhos, manipular instrumentos e ferramentas, operar equipamentos e armas.

Mas não é, ainda, o corpo em geral que deve constituir o foco de nossa preocupação. Esta pesquisa toma como seu objeto mais imediato de estudo a mobilização do corpo do soldado do Exército brasileiro. Trata-se de desenvolver uma história do corpo empregado em atividades militares, ou mais sinteticamente trata-se de uma história do corpo militar. Ela se vincula à história militar, certamente, mas, ao mesmo tempo, atravessa-a para encaminhar problemas situados num horizonte mais amplo cuja compreensão constitui a preocupação de fundo que a impulsiona.

Exercício do Poder e Modos de Atuação Armada

Observando-se a sociedade armada por este ângulo da materialidade do exercício do poder, vê-se que o que se afirma como um dos principais problemas para uma força política que deve constituir seus recursos de coerção física contra adversários é a apropriação das capacidades físicas de homens para fins bélicos.

A apropriação das capacidades de uma pessoa por um poder constituído ou por forças que o contestam, desafiam ou se protegem dele, implica sujeitá-la à realização de fins que não correspondem, ao menos de maneira imediata, a seus interesses pessoais (por exemplo, um colono abandonando sua lavoura para combater por seu senhor). É preciso observar, antes de tudo, que este fenômeno não se realiza sobre um polo inerte, que seria o do sujeito. Danças e jogos, por exemplo, são práticas que podem servir para [que] ele retome o domínio do próprio corpo e de suas potencialidades, como é o propósito da capoeira (da qual se tratará mais adiante, à página 49); eles podem, ao contrário, constituir formas de adaptar o

corpo e suas capacidades a ritmos de trabalho extenuantes, como no trabalho rural escravo ou livre. Nesta linha de pesquisa, certamente, será preciso retomar um estudo como *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais* do professor e linguista Aires da Mata Machado Filho, pesquisa etnográfica publicada originalmente em 1943, com segunda edição em 1985 pela coleção Reconquista do Brasil, na qual, entre outros temas, investiga os vissungos, “cantos de trabalho” escravos entoados durante as atividades ligadas à mineração.

Em se tratando de preparar homens para luta, apropriar-se nesta pesquisa significa direcionar as capacidades físicas individuais para os fins estabelecidos pelos pólos dominantes da força que se constitui. É preciso fazer com que os homens lutem por determinados objetivos, alvos, resultados que não foram definidos por eles, mas pelos comandos e lideranças que se fazem reconhecer, que fixam diretrizes e dão ordens que devem ser seguidas e obedecidas. O estado com suas forças armadas atuando em guerras externas ou na manutenção da ordem interna, os senhores ocupando postos do oficialato das Milícias ou da Guarda Nacional e reunindo suas tropas e grupos armados em lutas entre si ou em apoio ou oposição ao estado, um chefe local liderando um movimento popular e contestando pelas armas a ordem vigente, todos são exemplos de forças políticas que, para se constituírem como forças armadas, reuniam recursos materiais e físicos para o exercício do poder colocando homens a seu serviço, aproveitando deles as capacidades físicas e o conhecimento para usar armas e lutar.

Essas forças se organizavam de formas diferentes. Comandantes militares e soldados que lhes eram subordinados, senhores com seus dependentes, lideranças locais com seus seguidores, chefes reconhecidos e o bando que formavam no cangaço ou na jagunçagem, se relacionavam, se juntavam e agiam em grupo seguindo regras de disciplina e sendo leais uns aos outros de maneiras específicas. Cada uma dessas forças tinha características próprias e o que o exame mais detido de seus conflitos e lutas permite constatar é que cada qual desenvolvia ações e procedimentos regulares para reunir homens, obter obediência deles e fazê-los lutar. Elas desenvolviam o que se podem denominar Modos de Atuação Armada. A fim de dar um valor operacional a este conceito, se pode defini-lo como *um padrão de apropriação de capacidades físicas e cognitivas dos homens para fins bélicos*.

Este é o ponto no qual o objeto de estudo deste trabalho começa a se delinear. São estes modos de atuação armada que se apresentam como problema a ser analisado de uma perspectiva histórica. As primeiras explorações do problema, cuja documentação e bibliografia estão adiante analisadas, apontaram que, para o caso do Estado brasileiro, é fundamental o estudo de dois modos de atuação armada. Um Modo Militar de Atuação

Armada que foi desenvolvido pelo estado para constituir suas forças armadas e que no Brasil se constituía de: majoração das capacidades físicas dos homens; aprendizagem do emprego de armas e de coordenação de movimentos e ações em conjunto; disciplinamento por castigos corporais, prisão e outras penalidades; mobilização dos homens por meio de legislação governamental, com especificação de tempo de serviço e remuneração financeira. E um Modo Senhorial de Atuação Armada, que pode ser assim denominado porque foi desenvolvido pelo segmento dos senhores para formar seus grupos armados e que era composto pelos seguintes elementos: valorização da força muscular do homem; aprendizagem doméstica ou comunitária para lutar e empregar armas – aprendia-se a usar facas, armas brancas ou a operar uma arma de fogo portátil com membros da própria família ou comunidade mais próxima; disciplinamento, sobretudo, por castigos corporais; mobilização dos homens em grupo por meio das relações de dependência; a observação de limites impostos pelos homens quanto ao tempo de engajamento, à distância da região de residência e aos riscos para a execução das atividades, principalmente, quando do envolvimento em conflitos armados.

É a partir deste delineamento inicial da formação de uma sociedade armada na qual as forças em jogo estabelecem modos de atuação armada próprios que se propõe formular e encaminhar como um problema histórico as formas de exercício do poder político no Império brasileiro. Uma questão que se afigura estratégica para abordagem inicial do problema é a constituição das forças armadas do Estado brasileiro. O estado busca na sociedade os contingentes de homens para compor as suas tropas terrestres e navais, ele precisa acionar suas relações com a sociedade para formar seu Exército e sua Marinha. Desta maneira, para estudar a capacidade militar do estado é preciso considerar suas relações com a sociedade.

O exame inicial da questão permite estabelecer o seguinte quadro geral. O modo militar existiu principalmente como um conjunto de disposições legislativas militares, um marco regulatório estatal que constituía o padrão de organização e atuação a ser implantado na tropa. Este modo de atuação se manteve marginalizado nas práticas militares, pois o modo de atuação senhorial se impôs no Exército. Uma situação que se estabeleceu na Colônia, atravessou o Império e perdurou, ainda que com mudanças significativas, até as décadas iniciais da República. A hipótese que será examinada nesta pesquisa é que a constituição das forças armadas do Estado brasileiro no período imperial não se dava apenas com o desenvolvimento de um modo militar de atuação armada. O estado não adquiria capacidade de atuação armada apenas com seus recursos exclusivos, ele lançava mão dos senhores e das forças que eles organizavam. O estado se armava por meio das relações que se estabeleciam

entre os dois modos de atuação armada, o militar e o senhorial, ele dependia da combinação de ambos. O que vigorava no Exército brasileiro era um modo dependente de atuação militar.

É a relação entre diferentes modos de atuação armada que permite analisar a capacidade bélica que podiam adquirir as tropas militares. A história do Exército brasileiro é vista, geralmente, em termos de desorganização e ineficiência. Mas estudá-la por meio da dimensão física e material do exercício do poder mostra que se tratava da vigência na tropa de um modo de atuação armada criado fora do âmbito militar.

De fato, os estudos sobre as forças armadas brasileiras, tanto na historiografia militar como, mais amplamente, na historiografia sobre o Império ou a República, enfatizam a má organização das tropas. Embora seja, principalmente, o Exército o alvo de críticas, a Marinha não deixaria também de apresentar os mesmos problemas, talvez em menor intensidade. Três pontos são sempre ressaltados. O primeiro é o recrutamento forçado, então, um dos recursos mais empregados, senão o principal, de arregimentação de indivíduos. Significava uma verdadeira captura de homens para completar os contingentes sempre aquém das quantidades fixadas por lei. Os próprios relatórios do Ministério da Guerra faziam constantes referências a ele como uma necessidade incontornável ante a insuficiência da apresentação voluntária para atender as exigências de defesa do país. O segundo é o treinamento, sobre o qual se afirma que era precária e assistematicamente ministrado aos soldados quando não totalmente inexistente. O terceiro ponto é a aplicação frequente de castigos corporais como meio de disciplina. Embora esta forma de punição tenha sido questionada durante todo o Império, nunca deixou de ser aplicada e prosseguiu até sob o regime republicano quando protestos contra a prática ainda eram ouvidos como no mais importante deles, a Revolta da Chibata na Marinha.

Esses procedimentos não se modificavam mesmo em períodos de guerra externa, quando as forças militares eram mais exigidas. A Guerra do Paraguai fornece vários exemplos. E sua ocorrência era observada não só nas regiões mais afastadas no interior do país, mas, também, nas províncias e cidades mais próximas da capital imperial, onde se poderia supor uma organização militar bem melhor do que no restante do território dada a proximidade com os mais importantes comandos militares. Em geral, são considerados na historiografia como sinais evidentes do mau funcionamento da tropa militar, como resultado de sua má organização institucional. De fato, nos discursos parlamentares que lhes eram contemporâneos, tanto numa visão liberal quanto numa conservadora, já eram entendidos não como práticas militares legítimas, mas como problemas que demandavam solução do Governo central.

Mas esses três pontos elencados indicam que eram em torno da mobilização efetiva dos homens e da apropriação da força física deles – reuni-los e colocá-los em condições técnicas e físicas de atuação – que se constituíam os problemas. São eles que devem ser estudados, mas não segundo o que se poderiam considerar falhas e insuficiências, e sim maneiras pelas quais a mobilização era efetivamente realizada. Um recrutamento que cercava e capturava o homem, um treinamento irregular e uma disciplina que feria o corpo do soldado, não apontam para o fato de que era, principalmente, a força muscular a capacidade física que interessava aos comandos militares? Este mesmo treinamento, ou a falta dele, não indica que era desnecessário aprimorar conhecimentos técnicos como atirar com arma de fogo?

Por que este modo se impôs no Exército? Uma razão para isto foi a composição de forças militares com tropas senhoriais e tropas do Exército. Esta situação se estabeleceu em virtude da cooperação dos senhores com o estado na “prestação de serviços militares”, apesar da contraposição de interesses entre ambos (traduzida grandemente na oposição entre poder central e poderes locais no Brasil). No entanto, não era só e nem principalmente a quantidade de homens dos senhores na composição das forças do estado que inibia o modo militar. Uma segunda razão, certamente, foi a legitimidade social do modo de atuação senhorial, que fazia com que os oficiais militares exigissem dos soldados o mesmo que os senhores de seus homens. A situação a ser examinada, portanto, é o emprego do modo senhorial de atuação armada pelas forças do estado.

Encaminhamento do Problema

Chegando às questões que se deseja encaminhar, é possível esboçar uma estrutura para o trabalho. O seu núcleo será, portanto, a análise dos modos de atuação armada. Deve-se conceber um capítulo para o modo senhorial, no qual se dava a mobilização dos homens ao redor dos interesses dos grandes senhores. Da mesma forma se deve tratar em parte específica o modo militar, próprio do Exército, com seus textos regulamentares que, se não seguidos inteiramente na prática, funcionavam como o padrão de mobilização dos homens almejado pelo estado. Na sequência se deve abordar a influência do modo senhorial no Exército, a principal razão para que o modo militar permanecesse em parte como uma legislação não aplicada na vida efetiva da tropa.

É necessário também conceber um capítulo que trate mais longamente da existência de uma sociedade armada no Brasil. Deve-se mostrar, por um lado, como as armas, especialmente armas de fogo, constituíam recurso bélico difundido entre a população, que o

empregava de forma recorrente na vida política. E, por outro, como esta situação, vale dizer, a força da sociedade armada ante o estado, definiu o modo como questões relativas à organização militar – estabelecimento do monopólio estatal das armas e a constituição de contingentes de homens em reserva – foram encaminhadas.

Como já foi patenteado desde o início, trata-se de estudar o exercício do poder por meio do emprego da força física. O exercício de poder, convém esclarecer, pode se desenvolver como constrangimento físico de um oponente numa luta mais direta, de cunho militar, para defesa ou imposição de interesses. Contudo, tão ou mais importante para o propósito desta pesquisa é estudar não a aplicação da força contra um inimigo, mas a apropriação das capacidades físicas dos homens para constituir tropas. Como reuni-los? Como treiná-los e discipliná-los? O desenrolar de uma batalha sempre chamou a atenção e, talvez, constitua o problema mais tradicional dos estudos militares. Não é a guerra, o combate, que nos interessará fundamentalmente, mas o preparo anterior para que se tenha uma força armada, senhorial ou governamental, com possibilidade de entrar em luta.

Esta abordagem privilegia os recursos militares. Os estudos sobre história militar, especialmente sobre o período imperial, reconhecem a importância da vida militar na organização social e na estruturação do estado. Veja-se, por exemplo, que a ocupação de postos militares do oficialato era meio para o estabelecimento de lideranças locais e regionais e acesso a cargos políticos, estabelecendo um processo que Fernando Uricoechea denominou *militarização da sociedade local* (Uricoechea: 127-132).

Mas, para além do problema da utilização dos postos da hierarquia militar para ascensão social, torna-se importante estudar os procedimentos estabelecidos pelos comandos militares para arregimentar os homens, colocá-los em condições físicas e técnicas de executar os serviços exigidos e fazer com que, efetivamente, os realizassem obtendo deles um comportamento de respeito aos superiores e de pronto atendimento a ordens. Daí, então, a atenção aos meios empregados pelos comandos militares para reunir homens, prepará-los física, técnica e disciplinarmente e obter deles o desempenho das atividades exigidas em uma tropa armada. Trata-se de estudar o recrutamento, o treinamento e a disciplina de soldados do Exército e verificar quais eram as condições físicas exigidas para o desempenho de serviços militares. Neste sentido, é preciso, também, estar atento aos procedimentos relativos à saúde dos soldados e as questões referentes à cultura material: o armamento, os equipamentos, os uniformes utilizados.

A propósito de todos estes problemas, agora em referência aos esforços exigidos neste trabalho, é preciso assinalar que é mais importante estabelecer um recorte temporal que

permita uma análise mais aprofundada do que tentar uma empreitada que, certamente, extrapolaria os limites de uma pesquisa individual, ou seja, abordar o problema desde sua emergência na conquista do território colonial.

Sinalizei anteriormente que os problemas da sociedade armada e dos modos de atuação armada se instauraram no Brasil desde a Colônia. Nesta pesquisa, no entanto, não se trata de examinar a constituição desses fenômenos no país e aí, então, recuar até seus inícios no século XVI. Este procedimento evita, inclusive, o problema sempre intrincado da origem, seja como foi analisado por Marc Bloch (Bloch: 56-60) ou discutido por Foucault em seu texto sobre a genealogia em Nietzsche (Foucault: 16-20). Interessa, primeiramente, analisar esses problemas no desenvolvimento do estado brasileiro e num período no qual já estão instaurados e são efetivos na vida social e política. Trata-se de verificar o funcionamento deles, quais eram os seus mecanismos. A instauração do II Reinado em 1841 deu início a um primeiro período que apresenta conflitos políticos com desdobramentos militares importantes por mobilizar intensamente forças senhoriais e tropas militares. De fato, o desenvolvimento da Farroupilha no sul do país entre 1835 e 1845 e da Revolta Liberal em São Paulo e Minas Gerais em 1842 põem em jogo os modos de atuação armada senhorial e dependente conforme estabelecidos anteriormente.

A Guerra do Paraguai mostra que mesmo sob a pressão de um aumento exponencial da capacidade militar no país para entrar num conflito de proporções muito maiores do que as experimentadas até então, a sociedade armada não perdeu sua força. Sabe-se que esta guerra promoveu o fortalecimento institucional e político do Exército, fato que o levaria anos depois até mesmo ao domínio do Governo Federal nas duas primeiras presidências da República. Mas o estado não conseguiu desarmar as forças políticas, não tirou a capacidade dos homens de empregar armas em seus conflitos políticos e sociais.

Esta situação é tão mais importante quando se considera que esta guerra intensificou no âmbito militar a vinculação do Brasil à Segunda Revolução Industrial que se desenvolvia fortemente e a seus efeitos na vida social. Por um lado, reforçou a integração subordinada do país às potências mundiais, na função que já desempenhava de importador de capitais e de produtos de alta tecnologia e exportador de matérias-primas no mercado capitalista. A demonstram muito bem os empréstimos financeiros para aquisição de equipamentos militares modernos, inicialmente, os navios encouraçados e os novos canhões de ferro com os tubos raiados e, depois, experimentalmente durante a guerra, as novas armas de fogo portáteis, entre elas o fuzil alemão Dreyse e a carabina norte-americana Winchester.

Na Europa e nos Estados Unidos as guerras de meados do século XIX difundiram nas tropas militares esses e outros equipamentos que representavam não somente aumento de poder bélico, mas também a exigência de maior capacitação física e técnica dos soldados que modificava, conforme os novos equipamentos se difundiam, o emprego do corpo nas táticas de combate e na organização militar. Essas mudanças nas forças armadas se verificavam também em toda a vida social, na qual os novos padrões tecnológicos se espalhavam e modificavam comportamentos, costumes, modos de viver e de pensar. Na produção intelectual eles tornavam o corpo um objeto de estudo e desenvolvimento técnico para acoplar suas energias e capacidades às transformações em curso.

No Brasil estes desenvolvimentos não se verificaram. A Guerra do Paraguai não difundiu aquelas transformações entre as forças armadas, ao menos, não de imediato. Nos anos da guerra o uso de novos armamentos e equipamentos foi pontual, não chegou ao grosso da tropa, no período ele foi experimental na maior parte dos casos. Excluindo, talvez, apenas os navios encouraçados para o caso da Marinha, mas que não se analisa nesta pesquisa.

Portanto, o presente estudo se centra no período que vai do início do II Reinado até a década de 1870, analisando a presença do modo de atuação armada senhorial nas forças militares do estado, especificamente, no Exército. Embora a pesquisa não avance para além deste limite é possível indicar até quando esta situação se manteve e deixar esboçado o quadro mais geral no qual ela se insere e que pode ser objeto de estudos posteriores. Por um lado, nas décadas seguintes ao confronto com o Paraguai se podem arrolar alguns exemplos significativos que mostram como os senhores e a população em geral ainda mantiveram a possibilidade de obter e empregar armas nos conflitos políticos. Em 1897 a população de Canudos, a Belo Monte de Antonio Conselheiro, antes de ser definitivamente vencida, impôs impressionantes derrotas ao Exército. Em 1912, Padre Cícero e o seu braço direito, Floro Bartolomeu, conseguiram levantar milhares de homens das forças senhoriais cearenses contra o Governo Federal. Entre 1912 e 1916 o movimento do Contestado conquistou ao estado extensa região – cerca de 30 mil Km² – e até o final opôs forte resistência às forças militares governamentais.

Por outro, se pode perguntar quando a sociedade armada começa a perder força, senão na vida social, ao menos, no emprego recorrente de armas nos conflitos políticos? Este foi um processo que se estendeu por décadas. Primeiramente se podem observar mudanças no Exército. O progressivo abandono do recrutamento forçado até se chegar a uma nova forma legal de recrutamento com a lei de 10 de janeiro de 1908 que oficializava o sorteio como método de recrutamento, ocorrendo o primeiro sorteio em 1916; a maior atenção ao

treinamento sistemático do soldado, sendo importante neste sentido a fundação dos tiros de guerra, o primeiro deles em 1902; a extinção oficial dos castigos corporais no Exército em 26 de setembro de 1874 com a lei 2556 e na Marinha, em definitivo, após algumas idas e vindas na legislação, apenas em 1910; o novo impulso à diferenciação entre civil e militar com a preocupação relativa ao profissionalismo do Exército, que vinha crescendo desde meados do século XIX, sobretudo, após a Guerra do Paraguai.

Quanto à sociedade, a primeira vez que se noticiou uma ação mais efetiva de desarmamento dos senhores foi no início da Revolução de 1930. Na reordenação das forças políticas o novo governo enviou interventores aos estados que, principalmente, no Nordeste desarmaram os grandes senhores, opositores do novo regime instalado. Estudos a respeito deste problema indicam que a medida não foi temporária. Seja o exemplo de Maria Alba Mello em *O coronelismo numa perspectiva historiográfica*, que fixa a partir daí um período do coronelismo marcado pelo fim da capacidade de coerção por meio de grupos armados e início da dominação por outros meios como a honra social derivada da tradição de mando ou a *mercantilização do voto*. Vê-se que o problema da sociedade armada pode se estender até, pelo menos, o início da era getulista, fato que reforça o quanto se necessitam de mais estudos para compreendê-lo em toda a sua complexidade. Deve-se entender que a presente pesquisa tem um caráter introdutório ao estudo dos problemas da sociedade armada no Brasil e os modos de atuação armada que ela desenvolve.

CAPÍTULO I

SOCIEDADE ARMADA

A sociedade armada é um tipo de sociedade na qual os homens tem capacidade de obter e empregar armas independentemente dos poderes governamentais. Os indivíduos podem resolver conflitos entre eles por meio das armas, podem se agrupar em bando armado ou se reunir numa força a mando de um senhor e sua família ou, ainda, organizar um movimento armado e se contrapor a forças governamentais ou apoiá-las.

A sociedade armada ainda está por ser estudada de forma mais aprofundada. Neste trabalho se analisam suas formas de reprodução, as maneiras pelas quais os homens aprendiam a lutar, a usar as armas às quais tinham facilmente acesso, adquirindo-as com recursos próprios ou recebendo-as de um senhor. Era uma sociedade que obrigava os homens a se familiarizarem com o manejo de armas desde muito cedo em suas vidas; que dava lugar ao constante emprego da violência física nas dissidências pessoais, nos conflitos entre proprietários de terras, nas disputas políticas.

Antes, porém, é preciso entender quais foram os vetores do armamento da sociedade, os fatores que difundiram o uso de armas pela população. É preciso se perguntar como essa sociedade se formou. Um fator que concorreu para o armamento dos homens foi a política de segurança do Estado português para sua colônia. Além disso, é preciso considerar na disseminação de violência na vida social a implantação do sistema escravista de exploração de mão-de-obra.

É necessário, também, compreender como o estado se estruturou nas relações com essa sociedade, com a força que as famílias tinham nela. Trata-se da questão da formação do estado, mas colocada em termos da capacidade dos agentes envolvidos para empregarem a força física na defesa ou imposição de interesses. Por um lado, a sociedade armada representava um limite para o estabelecimento do monopólio estatal do emprego da violência física, isto é, ela não permitia às forças militares e policiais do estado se tornarem, legal e efetivamente, as únicas instituições armadas da sociedade (Costa, 1996: 27-72). Por outro, o estado desenvolveu estratégias para obter cooperação armada dos homens quando era preciso força militar para atingir objetivos políticos. A análise preliminar do desenvolvimento e desfecho de importantes conflitos militares na história do Império mostra a força da sociedade armada para além de sua estruturação no período colonial, mas ao mesmo tempo, a possibilidade do estado em conseguir mobilizá-la em seu favor.

A difusão de armas entre os homens as tornou recurso em conflitos pessoais, disputas na vida sócio-econômica (posse de terras, por exemplo) e na vida política. A sociedade armada começou a se formar bem antes do século XIX e para compreender este problema em seus traços mais gerais é preciso considerá-lo desde o início da conquista do território pelos portugueses para a produção econômica. Primeiramente na Colônia e depois no Império importantes atividades armadas eram responsabilidade direta da população e não do estado. Este mantinha uma pequena parcela dos homens recrutados no Exército e na Marinha, enquanto o restante deles, mesmo que não se afastassem de seus afazeres domésticos e de trabalho e, portanto, não se dedicassem exclusivamente a atividades militares, deviam integrar as milícias e outras tropas auxiliares como comandantes e subordinados. Eram os próprios homens que se encarregavam de conquistar terras aos índios, escravizá-los ou se defenderem de seus ataques; e, também, de realizar tarefas policiais como capturar criminosos e transportar presos (Leonzo: 1977). A política de segurança policial e militar da Coroa portuguesa, seguida mais tarde pelo Império brasileiro, mobilizava a população e exigia o seu armamento.

O sistema escravista de exploração de mão-de-obra obrigava, também, ao armamento dos homens. Ainda que o emprego da força não fosse o método exclusivo – os senhores procediam à separação de famílias, formação de grupos de escravos de línguas diferentes, troca dos nomes de família por nomes cristãos etc. – constituía um meio para sujeição dos escravizados. Mas a violência do sistema parece mais presente numa de suas formas de punição, o castigo corporal. Ele estava sempre no horizonte da relação entre senhor e escravo. A violência física como forma de controle pairando como ameaça, ainda que não aplicada, ao corpo escravo se difundiu ao restante da sociedade a partir deste objetivo específico. O senhor, especialmente o grande proprietário de terras, podia dispor de recursos violentos para garantir a submissão dos escravos, reunir um grupo de homens armados ou infligir dor por meio de castigos físicos. Por estas vias a violência se tornava prática recorrente, mas resta saber em que grau ela impulsionava o uso de armas no dia-a-dia na Colônia e no Império.

Na sociedade armada os homens tinham para si que lutar era uma obrigação quando julgavam que as circunstâncias tornavam isto necessário. Entende-se, então, como surgiram e se consolidaram costumes para resolver conflitos entre indivíduos num enfrentamento armado como o *Primeiro Encontro*. Não se tratava de uma técnica de luta, mas de um costume para se resolver desavenças pessoais por meio de uma luta de morte. Ele ocorria quando dois desafetos não podiam chegar às vias de fato para resolver uma contenda

ou porque respeitavam o local e a categoria dos presentes, ou porque terceiros bem intencionados intervinham (Lane: 34-5). Então acordavam que na próxima vez que se encontrassem a luta se daria. Tratava-se, portanto, de um conflito em suspenso até um novo encontro dos adversários. Nesta sociedade armada, embora as circunstâncias impedissem um confronto, o seu desenlace constituía uma exigência moral. Os relatos dão conta de que a luta começava com o uso de armas de fogo e se não se decidisse assim, ocorria uma luta corporal com o emprego de armas brancas. Os homens precisavam saber lutar, pois poderia ocorrer que tivessem pela frente um desafio deste tipo.

A Política de Segurança do Estado Português para a Colônia

No que diz respeito à política de segurança militar da Colônia, que nos interessa estudar mais detidamente, o estado se responsabilizou por forças militares regulares, Marinha e contingentes do Exército, mas atribuiu aos colonos a responsabilidade direta pela formação da maior parte das tropas no território colonial. Este é um ponto fundamental para se entender o armamento da população. Os próprios colonos eram, a partir de então, os principais responsáveis pela defesa contra ataques estrangeiros e conquista de terras aos índios expulsando-os, escravizando-os ou reduzindo-os à servidão com o objetivo de estabelecer propriedades para fabricação de mercadorias, ou seja, conquistar território para a produção econômica.

Quando o monarca português decidiu com relação às suas terras americanas passar da ocupação de trechos do litoral para comerciar com as tribos indígenas, para a implantação de uma sociedade e extensão do estado na Colônia, juntamente com a centralização política promovida pela instituição de um Governador-geral, se estabeleceu como um dos instrumentos dessas mudanças a regulamentação oficial do uso de armas pela população com a finalidade precípua de garantir a conquista definitiva e exploração econômica da terra. Um dos documentos mais importantes para a história da sociedade armada no Brasil é o Regimento de Tomé de Sousa de 17 de dezembro de 1548 que o nomeia como primeiro Governador-geral e estabelece as diretrizes de suas ações na Colônia. Quanto às armas, determina todos os tipos e as quantidades que cada qualidade de morador era obrigado a possuir para a defesa do território. Eis o texto do item regimental número 33 na íntegra:

– Porque para defesa das fortalezas e povoações das ditas terras do Brasil, é necessário haver nelas artilharia e munições e armas ofensivas para sua segurança: Hei por

bem e mando, que os Capitães das Capitâneas da dita terra e senhorios dos engenhos e moradores da terra, tenham a artilharia e armas seguintes, a saber: Cada Capitão em sua Capitania, será obrigado a ter ao menos dous falcões e seis berços, e seis meios berços, e vinte arcabuzes ou espingardas, e pólvora para isso necessária; e vinte bestas, e vinte lanças ou chuças, e quarenta espadas e quarenta corpos d'armas d'algodão das que na dita terra do Brasil se costumam. E os senhorios dos engenhos e fazendas que por este Regimento hão de ter torres ou casas fortes, terão ao menos quatro berços e dez espingardas, com a pólvora necessária; e dez bestas e vinte espadas, e dez lanças ou chuças e vinte corpos d'armas d'algodão; e todo morador das ditas terras do Brasil que nelas tiver casas, terras ou águas ou navio, terá ao menos, besta, espingarda, espada, lança ou chuça; e este capítulo fareis notificar e apregoar em cada uma das ditas Capitâneas, com declaração de que os que não tiverem a dita artilharia, pólvora e armas, se provejam delas, da notificação a um ano. E passando o dito tempo, e achando-se que as não têm, pagarão em dobro a valia das armas que lhes falecerem, das que são obrigados a ter; a metade para os cativos e a outra metade para quem os acusar.

O documento define três categorias das pessoas da população, o capitão de cada Capitania, os senhores de engenhos e de fazendas e os moradores. Os berços e falcões exigidos das duas primeiras categorias eram dois tipos de canhões – os berços, colocados sobre um suporte que lhe dava este nome e falcões, peças leves de artilharia. As armas de fogo portáteis previstas eram os arcabuzes, maiores, e as espingardas, armas menores e que todos deveriam possuir, os moradores pelo menos uma delas. A besta era arma para lançar setas ou arremessar um projétil, composta de arco montado sobre estrutura de madeira, o que lhe dava maior potência. Entre as armas brancas a chuça (variação mais antiga de chuço) como a lança, possuía uma extremidade pontiaguda (ou, às vezes, cortante) de metal. Os corpos d'armas de algodão eram vestidos no tronco protegendo as costas e a frente de golpes de armas brancas e flechas. Os capitães e senhores deveriam possuir todas as armas e equipamentos permitidos porque tinham as maiores posses. Os primeiros, porque investidos de comando militar, eram, ainda, os responsáveis pelas armas maiores, mais dispendiosas e potentes. Mas todo o morador, vale dizer, toda a população, sobretudo a masculina, deveria possuir quatro armas e colocar seu uso, como estipulado no preâmbulo do item regimental, para a defesa das fortalezas e povoações e segurança da terra.

A organização armada para segurança do território ao longo do tempo foi estruturada na população em armas. Um exemplo mais é o Regimento dos Capitães-Mores e

mais Capitães e Oficiais das Companhias da gente de cavalo e de pé, de 10 de dezembro de 1570 no qual se ordena a reunião dos homens em unidades armadas, prevendo-se até a periodicidade dos exercícios que obrigatoriamente deveriam realizar. A organização principiava pelo ajuntamento dos vizinhos de uma cidade, vila ou conselho formando esquadras de vinte e cinco homens, cada uma comandada por um homem da terra. Esta era a unidade básica a partir da qual se formavam companhias maiores. A forma do exercício, também, era prescrita. O parágrafo 19 estipulava que cada homem levasse sua arma: *§ 19.º - Os Cabos de Esquadra terão cuidado de ajuntar cada um a gente da sua Esquadra e ir com ela em Ordenança de cinco em cinco, ou de três em três, todos com suas armas, assim arcabuzeiros e besteiros, com os lanceiros e piqueiros, onde estiver o Capitão de sua Companhia, e com ele na dita Ordenança irão com sua Bandeira e tambor ao lugar onde se houver de fazer exercício, que será no campo. E o dito Capitão fará fazer barreira, e cada um dos atiradores atirárá um tiro por obrigação, fora os que mais quizerem atirar por sua vontade.*

Mas não se tratava apenas de pura e simples falta de recursos para as forças militares, havia uma razão estrutural para o insuficiente financiamento do Exército: a sua marginalidade na organização do estado. Diferentemente dos estados europeus nos quais os exércitos eram fundamentais para economias baseadas em expansão territorial, em Portugal os recursos econômicos eram carregados para a sustentação do poder real. Assim, enquanto nos estados europeus os recursos advindos do sistema fiscal eram aplicados, principalmente, no fortalecimento dos exércitos, na América Portuguesa o fisco servia para sustentação da Coroa e das suas expressões de grande fausto. O Estado português se organizava em torno do próprio rei e não de suas forças militares para conquista de territórios. Assim a extração de riquezas do território colonial era realizada não para fortalecimento das tropas militares, mas da Coroa, que encarava o Exército como um custo a ser diminuído e arregimentava os homens por meio das milícias, tropas não pagas (Costa: 1996).

Resumidamente, o armamento da população de colonos não decorreu de uma ação aleatória, pontual ou temporária do Estado português; ao contrário, era parte de uma política de colonização que não só atribuíra aos capitais particulares a função de exploração econômica das terras como encarregava a população da defesa ou ampliação da ocupação contra tribos indígenas e forças de outros países europeus. Havia, portanto, uma política de armamento da população que constituiu um dos fatores de formação de uma sociedade armada.

A população, então, se arma, primeiramente, como parte da política do Estado português para colonização das terras. Mas é preciso considerar que ocorriam, também, iniciativas de organização militar dela própria. Assim, conforme a terminologia de Nelson

Werneck Sodré a estrutura militar da Colônia era composta por três tipos de forças terrestres: as tropas regulares, Marinha e Exército, inicialmente vindas do reino e depois, também, formadas com o recrutamento dos colonos; as tropas semirregulares, as Ordenanças reguladas pela legislação governamental, mas compostas pelos colonos e não por soldados; e as tropas irregulares como as bandeiras, organizadas por iniciativa da população independentemente de autorização do governo. Sodré denomina forças do tipo americano aquelas tropas compostas pelos colonos e forças do tipo europeu as tropas militares enviadas pela Coroa (Sodré: 32-7). A difusão da posse de armas pelos homens no território colonial passa pela análise da organização dessas tropas, cujos primeiros documentos legais que a definem examinamos no início.

Hegemonia dos Senhores de Terras e Escravos

Na constituição dessa sociedade armada os senhores de terras e escravos, especialmente os grandes proprietários, se tornaram o segmento social hegemônico na vida política da Colônia e depois do Império. As bases de seu domínio político e, também, militar sobre os outros segmentos sociais se estabeleceram porque o Estado português, que visava obtenção de lucros na exploração econômica das novas terras, precisava garantir vantagens aos homens para que se interessassem na colonização. Assim, em primeiro lugar, na divisão de funções econômicas específicas a Coroa garantia para ela mesma a exclusividade no controle da circulação das mercadorias, ao mesmo tempo, que dava liberdade de atuação aos senhores na vida colonial: *o produtor é livre na área da produção, em que a metrópole não interfere, mas esta se reserva sob o regime de monopólio, a área da circulação, em que o produtor não interfere* (Sodré: 25).

Istvan Jancsó mostra como a hegemonia do segmento senhorial na vida política e social da Colônia se estabeleceu não só como resultado da definição de funções entre Coroa portuguesa e colonos, com a concessão de direitos e privilégios a estes e exclusividade do estado na apropriação do excedente da produção econômica, mas também das práticas efetivas do Estado português para manter sob seu domínio toda a população colonial. O poder real desenvolveu uma política de estímulo à autonomia regional em detrimento das instâncias do Governo geral da Colônia. Administrativamente, o Governo português tratava diretamente com os capitães-gerais e não com os vice-reis ou governadores-gerais (Jancsó: 15-28); e, quanto à política fiscal, tomava a capitania como unidade autônoma de tributação (Dolhnikoff: 434).

O Poder Real português criou, assim, uma forma de administração da Colônia que procurava evitar nela a constituição de uma instância política que pudesse responder aos interesses locais, um problema concreto que ele enfrentava com esta estratégia. Ainda que esses interesses tenham impulsionado a formação de novas identidades nas populações coloniais, não conduziram os colonos a uma unidade política que pudesse fazer valer seus interesses por meio de uma contestação frontal à Metrópole. Nesta configuração das relações entre colonos e Metrópole, na qual a unidade política em terras brasileiras era dada pelo Estado português, portanto, por instância fora da Colônia e não por qualquer outra instância interna, as classes dominantes não poderiam construir uma identidade nacional. É esta situação que dá sentido à, não rara, designação da Colônia como o *continente do Brasil*, isto é, uma designação de sentido mais geográfico do que político. Esta direção de análise aponta como o Estado português se mantinha como o polo hegemônico na relação Colônia-Metrópole. Os senhores tinham um grande poder nas terras brasileiras, se opuseram, por vezes, ao próprio estado, mas diferentemente de análises como de Maria Isaura Pereira Queiróz que os vê impedindo sempre com sucesso o fortalecimento do estado em terras brasileiras (Queiroz: 1976), eles permaneceram subordinados à Coroa no período colonial.

Mas esta política do Estado português favorecia o poder das elites regionais, cujos interesses estavam assentados na base territorial de uma província e que eram compostas, principalmente, pelo segmento senhorial, sobretudo, pelos grandes proprietários de terras e escravos. É que sem grande capacidade de intervir na condução do estado essas classes dominantes puderam exercer sobre as outras classes coloniais um poder *próximo ao discricionário* no seu âmbito privado (Jancsó: 15-28). Significa que o forte domínio dos grandes proprietários de terras e escravos – a classe dominante colonial – sobre os outros segmentos e classes sociais estava fundado na sua situação política frente ao Estado português, o polo hegemônico. Se ela não participa das decisões de estado, também este não intervém no exercício de seu poder sobre as populações que lhe são subordinadas e não representa limites para sua atuação.

Assim como não interferia na produção, deixando os riscos e os lucros com os empreendedores, a Coroa, também, não interferia na vida política e administrativa dos territórios. Os senhores recebiam direitos e privilégios políticos da Coroa que os tornava o segmento social hegemônico na condução do governo interno da Colônia. É o tema da absorção do poder político pela ordem privada – *o senhor de terras será, consequentemente, autoridade pública* (Sodré: 25).

E junto dos poderes políticos recebiam também poderes militares. A posição de donatário, a mais alta no início da colonização, o demonstra muito bem. Eram eles governadores e capitães de seus domínios, conforme expresso em conhecidos documentos como a carta de doação e foral de Duarte Coelho e o regimento de 1548 do Governador geral do Brasil Tomé de Souza. Essa legislação determinava que os moradores, em tempo de guerra, deviam se subordinar ao capitão. Isto significa que na condição de capitão o donatário podia arregimentar oficialmente uma força militar.

Os direitos e privilégios do donatário eram aqueles conferidos a um senhor e grande proprietário de terras que por sua condição nobre e suas relações políticas podia receber uma donataria em terras coloniais. Mas aos senhores em geral era concedida a faculdade de arregimentar homens em armas e comandá-los. Aos colonos de mais baixa condição cabia a obrigação de servir nas lutas aos senhores. No Estado português o segmento senhorial podia subordinar militarmente os homens de outros segmentos sociais.

Escravidão

Uma série de problemas históricos é discutida a propósito da escravidão moderna e sua importância nas relações sociais. A função primordial que teve na acumulação primitiva de capital, portanto, na própria constituição das sociedades industrializadas; depois o alcance histórico das críticas que lhe foram dirigidas e deram lugar à sua percepção como freio ao desenvolvimento capitalista e à emergência e crescimento de campanhas abolicionistas e à eclosão de conflitos militares como a Guerra Civil norte-americana; no Brasil, particularmente, a sua longa duração na organização econômica e o seu consequente papel estruturante nas relações sociais, desdobrando-se a partir daí os problemas relativos às tensões entre a escravidão e, por um lado, o surgimento e fortalecimento da ideologia liberal influente na organização do estado independente criado em 1822 e, por outro, uma sensibilidade abolicionista; as consequências da Guerra do Paraguai, a situação econômica e social da população liberta após a Abolição etc.

Nos estudos sobre a escravidão perpassa uma ideia de que esta instituição não é só violenta em si mesma, como torna violenta a sociedade que a instaura. Há, pelo menos, três pontos que aparecem com frequência e que, de fato, apontam para a recorrência de ações e comportamentos violentos ligados à escravidão. A própria instituição da escravidão traz com ela a violência física como parte da vida social posto que a redução de alguém à condição de escravo, embora não se faça por meio exclusivamente de meios violentos, não prescinde deles. Mas a sociedade escravista é violenta, também, porque a violência se torna presente até

para as pessoas que estão fora da relação senhor-escravo. Não só pela aplicação de castigos públicos, mas pela circulação dos escravos por todos os lugares, ainda mais quando traziam as marcas das sanções que haviam sofrido ou, ainda sofriam, as cicatrizes ou os instrumentos de ferro para castigo e impedimento de fugas, algemas, argolas com correntes e libambos (aros com uma haste vertical com pontas bi ou trifurcadas que dificultavam fugas).

A escravidão contribuía, ainda, para a difusão de violência física na vida social e política de uma maneira mais contínua e ampla do que o espetáculo do castigo público ou da presença dos corpos marcados. Para além da relação violenta da expropriação do trabalho com todos os sofrimentos físicos, a escravidão foi, também, um dos fatores para a constituição de uma sociedade armada ao exigir a mobilização dos homens na vigilância e repressão armadas dos escravos. O regime escravocrata impulsionou a difusão de armas na sociedade. Esta questão demanda uma análise mais aprofundada, pois se a repressão armada e os castigos corporais eram meios imprescindíveis de controle dos escravos, não eram os únicos. Existiam meios que não empregavam violência física na submissão dos escravos, como o controle da identidade pela atribuição de nomes e a vigilância não armada por meio, por exemplo, da própria distribuição das construções nas fazendas que punham os escravos sob o constante olhar dos senhores (Ellis Jr.: 78).

Contudo, a escravidão impulsionava o emprego de armas pelos homens. A manutenção de um sistema escravista obrigava à constituição de um aparato repressivo que garantisse a vigilância armada, captura e repressão a insurreições de escravos. O emprego da violência física incentivada pela escravidão não atingia primeiramente a sociedade colonial, mas o próprio estado. As diversas instâncias de governo eram responsáveis por constituir recursos para controle dos escravos.

O primeiro desses recursos era a especialização de uma pessoa na captura de escravos, o capitão-do-mato. No período colonial o termo designava um empregado público encarregado de funções policiais como reprimir pequenos delitos. Somente com o tempo ele significará qualquer indivíduo que capturava escravos fugidos mediante o pagamento de um prêmio estipulado em contrato com o proprietário (Moura: 2004).

O capitão-do-mato, seja como empregado público seja como indivíduo particular, atuava tanto na cidade como no campo. Mas nas cidades o estado encarregou outra força para controle dos escravos, a polícia. Nas cidades os escravos podiam experimentar situações de maior liberdade como escravos de ganho que tinham a possibilidade de passar parte do tempo longe da vigilância imediata do senhor, vendendo produtos ou prestando serviços para outras pessoas nas ruas (Algranti: 1988). Mas no espaço público estavam sujeitos à ação policial.

Neste caso o pequeno senhor, aquele de poucas posses, proprietário de poucos ou somente um escravo para serviços domésticos, não precisava se armar, o estado realizava a vigilância e a repressão.

O aparato de controle policial da sociedade existia, é claro, para a prevenção ou repressão aos crimes em geral, mas, justamente, um dos seus principais objetivos eram quaisquer formas de organização coletiva de escravos para fuga ou ataques aos senhores. E a este respeito é preciso observar que as autoridades policiais, com efetivos, em geral, muito reduzidos, tinham a prerrogativa de solicitar as tropas de Ordenanças e Milícias – compostas em cada localidade pelos homens que habitavam – para perseguir escravos ou combater seus movimentos coletivos.

A prisão era outra ameaça que pairava sobre os escravos. Aliás, era para ela que os capitães-do-mato encaminhavam os escravos capturados sem dono conhecido. Desta forma a escravidão levava a violência física para mais uma parte do aparato estatal, o seu sistema prisional. Não nas prisões da Colônia onde os tormentos físicos eram legais, mas sim nas prisões do Império com sua legislação liberal que abolia formalmente os castigos físicos, mas cujo açoitamento dos escravos regulado por lei mantinha, na legislação infraconstitucional, o emprego da violência física como meio de punição e disciplinamento. A escravidão exigia polícia armada e mesmo na prisão do código liberal de 1830 demandava o castigo corporal.

Contudo, a escravidão impulsionava a violência física não só no âmbito do estado, mas na própria sociedade. Constituindo a principal forma de exploração do trabalho, formando, assim, uma grande população de escravos numa sociedade na qual os homens tinham capacidade para se armar com o fim de proteger ou impor seus interesses, a manutenção da escravidão era mais uma razão para possuírem armas.

Vê-se que o sistema repressivo contra os escravos era, também, organizado pela própria sociedade armada. A começar pela função de feitor, que ainda antes do início do período colonial, era o encarregado das feitorias, mas que a força das práticas estabelecidas tornou mais conhecido como homem da administração dos senhores encarregado de controle dos escravos e da aplicação dos castigos para aqueles considerados faltosos. O desempenho desta função não obrigava necessariamente o feitor a se armar. Na verdade, os senhores poderiam utilizá-lo no papel de mediador das relações com seus escravos, designando para a função um escravo que tivesse ascendência sobre os outros e, por esta razão, tivesse condições de ser obedecido com mais facilidade (Dicionário: 222-3).

Stuart Schwartz mostrou que a figura do feitor era até mesmo dispensável para os pequenos proprietários com poucos escravos (Dicionário: 222). A vigilância poderia, então,

ser feita diretamente pelo senhor. Mas nas grandes propriedades, ainda que o senhor não se dispensasse da observação pessoal das atividades de trabalho ele precisava de um feitor. E além do feitor, de outros homens mais para a vigilância armada dos escravos. Ainda que não fosse indispensável um grande número de vigias, eles não deixavam de ser empregados. Louis-François Tollenare se admirou ao constatar que num engenhos de açúcar de Pernambuco *dois únicos homens brancos* controlavam no eito de trabalho cento e poucos escravos os quais se deveriam considerar armados com seus instrumentos de trabalho, as foices, facas e enxadas (Bello: 242).

A necessidade dos senhores de manter constantemente homens na vigilância de escravos é representada de forma muito clara na obra *Mineração do Ouro* do pintor theco radicado em São Paulo Franta Richter. Trata-se de pintura a óleo de 1,18 x 1,0 m, da década de 1930, elaborada a partir de desenho original intitulado *Lavagem de ouro (próximo a Itacolomi, Minas Gerais)*, feito por John Moritz Rugendas durante suas viagens pelo Brasil entre 1822 e 1825. A pintura pertence ao acervo do Museu Paulista da USP e, certamente, resulta de encomenda de Afonso d'Escagnolle Taunay, diretor do museu naquele período, entre tantas outras que fez a diferentes artistas no Brasil. A imagem elaborada por Rugendas e selecionada para ser exposta em suporte pictórico num museu público, dá a dimensão de como a cena elaborada artisticamente se tornou representativa da situação que tematiza. A pintura compõe hoje, juntamente com outros acervos, uma exposição sobre o trabalho de mineração nos séculos XVIII e XIX instalada na parte central de um dos corredores do museu. Abordando, portanto, o trabalho escravo, a vigilância deles deve ser parte integrante da situação. É o que devemos analisar na imagem, ao mesmo tempo, que ela recoloca a questão do castigo físico. Observe-se a obra que está reproduzida na página seguinte.

Mineração do Ouro de Franta Richter. Óleo sobre tela. Década de 1930. 1,18 x 1,0 m. Desenho original de John Moritz Rugendas *Lavagem de ouro* (próximo a Itacolomi, Minas Gerais). Acervo Museu Paulista da USP. Reprodução de Hélio Nobre.

Vê-se que no plano central e no plano de fundo, ao alto, domina uma sequência de elevações naturais cobertas por vegetação, apenas em alguns pontos aparecem porções de terra vermelha. Todo este conjunto se estende ao longe, para o fundo, onde encontra um céu parcialmente coberto por nuvens. Avançando para o primeiro plano as elevações terminam formando duas encostas, cada uma com uma pequena queda d'água, cujos pés formam a

margem do rio do qual só se vê um pequeno trecho em curva. A margem do rio e a encosta da direita formam o espaço no qual se desenvolvem as diferentes atividades das pessoas que estão no trabalho de mineração. A maior parte delas se encontra no terreno plano que se estende à frente da encosta e se dividem nos três espaços formados por uma estrutura de tábuas de madeira disposta horizontalmente uma na sequência da outra que ladeiam o córrego d'água que vem da queda, atravessa o centro do terreno e desemboca no rio. Um grupo trabalha neste córrego com os pés na água, um grupo desenvolve outras atividades à direita, outro trabalha à esquerda. Outras pessoas, ainda, se distribuem ao centro, mais ao fundo e outro grupo já está na encosta saindo de um túnel escavado ao lado da queda d'água. Um último grupo, bem mais ao fundo, à esquerda, se encontra mergulhado na beira do rio peneirando na água.

As atividades que as pessoas desenvolvem estão descritas junto à reprodução da imagem no livro *Quanto anos faz o Brasil?* (EDUSP, 2000, p. 27): *as batéias e o couro para retenção do ouro em pó estão bem visíveis. As técnicas de uso do couro são a imersão nas águas e posterior retirada do pó com malhação. Mostra o cotidiano da mineração: a retirada da terra e do cascalho das minas, o transporte, o descanso, a alimentação, o abastecimento de água e a vigilância dos escravos.* Há um total de quarenta pessoas representadas na pintura, das quais sete são brancas, seis homens e uma figura de perfil não claramente identificável quanto ao gênero no canto inferior direito. Quatro dessas pessoas estão à direita em atitudes de negociação, pesagem de ouro ou servindo água para um escravo. Outros três homens estão do lado esquerdo; dois no canto inferior, um deles está de pé numa vala com o chapéu levantado pela mão esquerda, parece fazer um cumprimento. Ao lado dele, outro homem com as pernas encostadas num dos lados da vala e com o tronco sobre o cotovelo e o antebraço apoiados no chão fora da vala. Está de chapéu bicórnio e olha para o grupo de quatro escravos trabalhando à sua frente no córrego. Ele, muito certamente, está na atividade de vigilância. Como ele, o homem que está de pé, encostado numa grande pedra, de casaco e faixa vermelhos e chapéu de aba larga. Ele, também, está vigiando os escravos. Ambos parecem ocupar posições estratégicas, pois este último pode observar os grupos distribuídos no primeiro plano e o grupo que está mais afastado mergulhado no rio; o primeiro pode observar os mesmos grupos do primeiro plano e os grupos que estão na encosta. Nenhum dos dois porta ostensivamente armas e tem uma postura algo displicente. Neste caso a vigilância é necessária, os vigias estão lá, mas não é exercida com pressão e violência. Ela não está ali como atividade imposta de fora às outras atividades de trabalho, ao contrário, ela está integrada e praticamente não perturba o desenrolar das outras.

Da mesma forma está presente o castigo físico como sanção para alguma falta. Ele é aplicado por um feitor negro vestido de casaco, calções e chapéu de copa alta e aba larga, em um escravo apenas com calção branco. O escravo se curva ante os golpes que recebe com um pedaço de madeira cilíndrico, um cacete. Esta cena se passa um pouco isolada das outras, ao pé da queda d'água. Nem mesmo os escravos mais próximos dela parecem prestar atenção ao que se passa ali, os outros grupos parecem completamente alheios. O castigo, então, não é espetacular, não é para ser visto e desempenhar uma função exemplar. Ele, como a vigilância, está integrado a toda situação de trabalho sem perturbá-la, está para fazer funcionar o sistema de exploração do trabalho obrigando pela violência física aqueles que cometem faltas. Na vigilância os homens estão presentes e, embora nada diga ali onde estão que precisarão usar de violência, eles podem exercê-la, podem portar armas e saber como usá-las. No castigo o feitor se arma com um cacete e o usa, reforçando a necessidade dos controladores do trabalho de possuir a arma e saber empregá-la.

Isto tudo pode ser dito com relação à vigilância e ao castigo individual, mas a repressão já colocava mais problemas. O senhor tinha que contar com novos recursos. Outra figura já vista aqui é o capitão-do-mato como um empregado público que logo se transformou num indivíduo especializado em capturar escravos mediante pagamento de recompensa. Mas diferente do feitor, o capitão-do-mato andava armado. Um capitão-do-mato agindo sozinho podia, certamente, dar conta de um ou de alguns escravos fugidos. Mas a dificuldade era de outra dimensão nos casos de fugas como recusas coletivas ao trabalho e à submissão. Nas localidades melhor assistidas pelo estado o aparato policial podia ser acionado, mas o senhor podia ser obrigado, e para tanto necessitava estar preparado, a reunir um grupo maior de homens para capturar os fugitivos. A importância da vigilância e repressão dos escravos como vetores do armamento dos homens se torna mais clara quando a situação de fuga evoluía para a formação de quilombos. O combate aos quilombolas, pela constante mobilização de recursos bélicos que exigia, forçava o provimento de homens com armas. Os exemplos mais conhecidos são, claro, os bandeirantes paulistas do século XVI ao XVIII, porque a especialização que adquiriram em combater e capturar índios foi acionada por outras capitanias, sobretudo no nordeste do país. Nesta função se juntavam, também, as Milícias, as tropas auxiliares responsáveis pela segurança interna, que tinham a obrigação legal de capturar escravos fugidos ou organizados em quilombos.

Estado e Sociedade Armada

As necessidades e os incentivos para a difusão de armas na população fizeram surgir uma sociedade armada. É com a capacidade dos homens de empregar armas na defesa ou imposição de seus interesses que as instâncias governamentais deviam lidar para a organização e o fortalecimento do estado, cuja realização implicava, nos princípios modernos, em estabelecer o monopólio estatal da violência física. Por seu lado, os senhores e os homens em geral tinham nas armas um recurso, não exclusivo, mas sempre fundamental, para impedir que o estado se apropriasse do tempo, do dinheiro, das forças e capacidades deles para finalidades além de seus interesses individuais; mas, ainda assim, não podiam fugir inteiramente ao cumprimento de obrigações com o estado e de aceitar sua existência como garantia de alguns de seus principais interesses.

Havia contraposição entre os interesses dos homens, especialmente dos senhores, e as necessidades militares e policiais do estado. Mas, ao mesmo tempo, havia necessidade de articulação entre eles, entre um estado que precisava dos recursos dos mesmos homens que poderiam resistir-lhe e os senhores que não queriam se submeter à instância política central, mas necessitavam da força dela para os problemas que não podiam enfrentar sozinhos.

A situação que se estabeleceu desde a colonização da América Portuguesa e que prosseguiu após a constituição e desenvolvimento do Estado brasileiro foi a da relação entre dois polos políticos que, por um lado, tinham interesses divergentes e mesmo contrários quanto à apropriação dos recursos econômicos do território e do controle de sua vida política, mas, por outro, convergiam quanto à existência de um governo central que garantisse a defesa do território e a manutenção do sistema escravista de exploração do trabalho. Desta maneira, como resultado, a vida política da Colônia e depois do Estado brasileiro era regida por um conflito potencial de interesses que deu lugar a práticas e instituições que buscavam a composição desses interesses, mas que, conforme a conjuntura temporal ou local, se desdobrava em confronto armado. O estado necessitava obter, em especial quanto a sua atuação militar, a cooperação dos senhores e por meio dela, mais amplamente, da população masculina para a realização de atividades militares; o segmento senhorial necessitava do reconhecimento oficial do estado para garantia de propriedade de terras e escravos, de obtenção de *status* social e força política (a concessão de títulos de nobreza, foros, privilégios, graças, condecorações em ordens honoríficas etc.).

Diferentes modos de cooperação foram estabelecidos entre senhores e estado, uma articulação, em muitas ocasiões, essencial para as campanhas militares do Exército. Os senhores poderiam contribuir financeiramente para sustentar tropas governamentais ou suas próprias tropas colocadas a serviço do governo e, não raro, foram solicitados neste sentido. As

contribuições poderiam ser realizadas em dinheiro para um fundo comum ou eles mesmos se encarregavam das despesas com armamento, uniformes, meios de transporte e alimentos. Além disso, acorriam com fornecimentos em espécie e providenciavam locais para quartel das tropas (Almeida: 102).

Esperava-se, principalmente, que reunissem e armassem seus homens – muitas vezes o maior contingente das tropas formadas – para pô-los, sob seu comando, a serviço do estado. Assim, as elites provinciais formavam suas próprias tropas e, por via das relações entre súditos e soberano, serviam ao estado, em geral, fazendo junção de suas forças com as forças governamentais. Esta junção de contingentes senhoriais com corpos do Exército, na qual a subordinação dos primeiros aos comandos militares era mediada pela presença dos comandantes milicianos, constituía uma das principais formas por meio das quais a cooperação se dava. Muito comumente a participação do Exército se restringia ao envio de um oficial na função de instrutor militar da força reunida.

Os homens se integravam às tropas segundo as relações estabelecidas com um senhor, cooperando, desta maneira, com o estado. A este respeito as coerções físicas, como o recrutamento forçado, muito destacadas na historiografia, não devem, de fato, ser desconsideradas. Porém, estavam longe de constituir o meio exclusivo por meio do qual se obrigavam homens a serviços militares. Esta cooperação dos indivíduos com o estado e não só em situações militares, constituía uma exigência geral que não recebeu um contorno institucional único e claramente delimitado. Mas que foi regulada e, portanto, incentivada, pela noção de *liturgia*, que significava *as obrigações administrativas do súdito em relação ao Príncipe definidas pela posição estamental* (Uricoechea: 15). Uricoechea aplicou-a para analisar o caso específico da Guarda Nacional.

Os homens quando convocados para ações bélicas, primeiramente se apresentavam ao chefe ou à autoridade requisitante. Tratava-se de responder positivamente ao chamado para prestar serviços militares ou, de uma maneira mais geral, atender à exigência de desenvolver uma atitude de participação em guerras como cumprimento das obrigações devidas pelo súdito ao soberano. Um comportamento cooperativo existia entre os homens e, na verdade, era continuamente acionado pelo estado.

Esse comportamento regia a relação dos senhores com as instâncias governamentais. Tratava-se, senão de um código, ao menos de uma prescrição de comportamento em relação a um superior que regia não só as relações dos súditos com o monarca, mas também, as relações entre os senhores e seus dependentes.

A capacidade dos senhores, de suas famílias e dos homens em geral se armarem contra forças governamentais ou, ao contrário, cooperar com elas, se mostra claramente em vários conflitos armados ao longo da história do Brasil. No Império a Revolta Liberal de 1842, a luta Farroupilha e a Guerra do Paraguai são alguns deles; na República Canudos e Contestado. No recorte estabelecido para este trabalho os três primeiros são muito importantes para análise.

A Sociedade Armada na Revolta Liberal e na Revolução Farroupilha

A Revolta Liberal de 1842 nas províncias de São Paulo e Minas Gerais e a Revolução Farroupilha na província do Rio Grande do Sul, constituíram movimentos políticos que mostram como a sociedade brasileira era uma sociedade armada e que os homens, individualmente ou em grupo, tinham capacidade bélica para defender ou impor seus interesses. Os registros oficiais, por um lado, e as crônicas e memórias que participantes dos conflitos deixaram, por outro, informam o quanto os homens possuíam armas ou as recebiam de um chefe e como as empregavam em seus conflitos.

A mobilização de homens em armas reunidos para atingir objetivos políticos, mesmo que enfrentando tropas do governo, é um fato recorrente nos conflitos militares abordados nesta pesquisa. Não só por meio da Guarda Nacional, mas principalmente, por ela. O acionamento desta milícia significava, sobretudo, a reunião de homens de uma determinada localidade, de certo arraial ou cidade, de uma região ou província, sob o comando de um senhor, chefe local, regional ou provincial reconhecido por eles.

A Guarda Nacional constituía, primeiramente, milícia civil criada pelo estado para, entre outros objetivos, combater comoções internas do país. Na Farroupilha o coronel Bento Manoel, comandante interino das armas da Província do Rio Grande do Sul, convocou-a para reunir forças em apoio a Araújo Ribeiro, o presidente indicado pelo Governo central contestado pelos farrapos. Ele *officiou às camaras para que cooperassem para facilitar a reunião da guarda nacional de seus municípios* (Brito: 149).

O Estado brasileiro já havia criado, formalmente, os dispositivos legais para controle da posse e do emprego de armas na sociedade e não deixava de tentar aplicá-los, seguindo a legislação colonial desde as Ordenações Filipinas. Em 1830 fora instituído o Código Criminal que proibia o uso de armas ditas ofensivas e proibidas. No ano seguinte, uma lei de 26 de outubro complementava os dispositivos do Código com relação às armas, incluindo algumas “armas defesas” na proibição – Art. 3º *O uso, sem licença, de pistolas, bacamarte, faca de ponta, punhal, sovellas* [instrumento de metal pontiagudo de sapateiros e

coureiros], *ou qualquer outro instrumento perfurante, será punido com a pena de prisão com trabalho, por um a seis mezes*. Na repressão policial e nos processos judiciais que se seguiram à Revolta Liberal uma autoridade local, o delegado da cidade de Campanha em Minas Gerais, sargento-mor Antonio Joaquim Gomes, considerou incursos nesta última lei os membros do Partido Liberal Amaro Gonçalves de Mendonça Coelho, Joaquim Boaventura Bardy, Valério Ribeiro de Rezende, Joaquim Ignácio Villas Boas da Gama (Autos: 29-30). O exato sentido da lei foi discutido por outro líder liberal, Francisco de Paula Beltrão Duarte, preso sob a mesma acusação de portar armas defesas (Autos: 104). Nos depoimentos que deu à polícia, desenvolveu dois argumentos sobre a legalidade do porte de armas. Ele afirmou que tinha permissão legal de porte de armas, prevista na lei, e que o documento que trazia consigo não fora solicitado quando de sua prisão. Disse também que a lei de 1831 punia o uso e não o porte de armas, mas a patrulha que o prendeu o fez apenas porque portava armas (Autos: 121-2; 124).

Além da existência de dispositivos legais para o controle da posse de armas, o princípio de que o estado deveria deter o monopólio da violência armada era regularmente sustentado pelas autoridades públicas, mas é a esse respeito que se vê insinuar a força da sociedade armada, pois, ao mesmo tempo, não era incomum a admissão clara e simples da capacidade dos homens em se armar e enfrentar tropas governamentais. O ministro da Justiça Paulino José Soares de Sousa relatando à Assembleia Geral em 1842 a revolta armada em São Paulo e Minas Gerais, mas se estendendo depois à Revolução Farroupilha, colocava como principal problema enfrentado pelo Governo central a capacidade de forças se armarem na sociedade e a fraqueza do estado para submetê-las. Dizia o ministro que *nada he mais funesto e desmoralizador para hum paiz do que hum poder fraco. Habitua-se as facções á posse ou partilha desse Poder, e quando, cobradas algumas forças, procura exercer sobre ellas acção, desarmal-as, ou reprimil-as, encontra aberta e formal resistência*.

Lembra o ministro que as reformas propostas pelo Gabinete conservador, que constituíram o motivo imediato da rebelião liberal, objetivavam, justamente, garantir a imposição da força do estado no país. A instituição do Conselho do Estado visava a estabilidade do Governo ante as mudanças contínuas dos ministérios no sistema representativo. O novo Código do Processo Criminal propiciaria os recursos para o estado exercer o monopólio da violência física se impondo, justamente, às forças que lhe resistiriam, os partidos políticos e as influências locais e, exercendo para isso o controle sobre as autoridades subalternas. O programa é claramente formulado: *A Lei da reforma do Código do Processo tinha por fim habilitar o Poder para resistir aos partidos sempre descontentes, e*

para cumprir hum dos seus primeiros deveres, a manutenção da Ordem publica, e a protecção á segurança individual, tirando-o da dependência de influencias locais, e dando-lhe a acção efficaz sobre as autoridades subalternas, das quaes he mister que se sirva para o cumprimento daquelle dever.

De fato, há muitos registros e notícias sobre homens em armas nos conflitos militares. Francisco de Paula Beltrão, referido logo atrás, fora preso com suas armas na cidade de Campanha e ao ser solto foi interrogado pelo delegado: *E foi-lhe perguntado a ele respondente se conhecia as armas com que fora preso, respondeu que as reconhecia todas, porém que suas próprias eram a clavina e a espada, que é de seu uniforme, cuja clavina comprara a um muladeiro cujo nome ignora, e que as pistolas também são suas próprias* (Autos: 20, 71). As armas eram de propriedade do depoente, mas legais, pois eram exigidas pela regulamentação da Guarda Nacional e ele fora oficial do Exército. João Candido da Silveira, carpinteiro, depôs no processo de João Pinto da Fonseca. Relatou: *e outras muitas pessoas que ele testemunha não conheceu, porém sendo contados por Francisco Martins disse que andavam por perto de setenta e todos armados de bacamartes e espingardas* (Autos: 36).

Nestes casos o porte e o uso de armas eram considerados ilegais. Contudo, as autoridades locais podiam exigir a apresentação dos homens portando suas próprias armas para serviço do governo. A legislação, no caso da Guarda Nacional, demandava dos homens que providenciassem seu armamento para servir a objetivos fixados pelo estado. No arraial mineiro de Mutuca, em meio ao movimento armado liberal que crescia, o juiz de paz Cyrino Hortêncio Goulart Brum ordenava ao inspetor de quartelão João Alves Silva que notificasse os homens do quartelão *para que se apresentem imediatamente neste Arraial com suas armas a fim de se manter a ordem pública*. Cumpriam-se, assim, as ordens do ofício do juiz de direito da Comarca emanadas do presidente interino José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (Autos: 48).

O uso de armas era tão difundido no país que seria um costume de toda a população que contava com o seu mercado fornecedor. Francisco de Paula Beltrão, sempre argumentando com a legislação em sua defesa, procurava mostrar como o porte de armas era generalizado no Brasil. Fazendo referência ao § 4º do art. 10 do Código Criminal, que não considerava criminosos os que cometeram crimes na prática de atos lícitos questionava seu acusador: *porque na qualidade de Promotor Público, que é, não denuncia, e não faz processar, a essa imensidade de pessoas, que transitam armadas, sem licença, e aos que nos trazem essas armas da Corte para nos vendê-la por bom dinheiro?... Não é costume entre*

todos levar essas armas quando viajam; para se livrarem dos salteadores e das feras? Portanto eu posso invocar esse parágrafo em meu favor, e se tiveres Juízes, de me condenar, vós tendes condenado quase toda a Nação brasileira (Autos: 124-6).

E mais do que os homens individualmente as forças políticas tinham capacidade de obter e usar armas. Notáveis locais podiam se reunir e constituir uma força armada, investidos oficialmente de autoridade militar como oficiais e comandantes da Guarda Nacional e reconhecidos como chefes por sua gente. Eles tinham condições de fornecer não só o armamento como outros variados recursos para os contingentes que formavam. Os senhores garantiam uniformes para as tropas, providenciavam alimentação, as sustentavam financeiramente, tornavam suas propriedades pontos de parada delas e suas residências quartéis-generais.

Em Sorocaba, centro da rebelião paulista, houve distribuição de armas aos guardas nacionais em 17 de maio de 1842, dia da declaração por Tobias de Aguiar, o maior líder do movimento na Província, de rompimento com os Governos central e provincial. Os milicianos se dirigiram aos pontos de parada ou quartéis das tropas para neles receberem armamento, como o pátio dos Lopes no qual *apaniguados, fregueses e amigos* da família receberam armas (Almeida: 73). Munição, também, era fornecida. O liberal Antonio Joaquim Viana, que faleceu uma semana depois da luta na Venda Grande em 07 de junho de 1842, guardava munição em sua residência. Terminado o conflito foram encontrados dois caixotes contendo 1836 cartuchos sem utilização (Almeida: 130).

Os senhores forneciam outros recursos para a sustentação dos movimentos armados. Na Revolta Liberal havia estoques de fardamento nas residências dos líderes. A mesma família Lopes teria distribuído não só uniformes como camisas; o coronel José Joaquim de Lacerda teria para este fim até mesmo fardamentos novos (Almeida: 73), e mesmo o diretor da Fábrica de Ipanema, o sargento-mór João Bloem, teria, também, fornecido fardamento aos integrantes da rebelião. Esses uniformes seriam, ao menos em parte, de fabricação local. Aluísio de Almeida supõe que as mulheres de Sorocaba teriam desenvolvido um esforço de guerra confeccionando uniformes (Almeida: 85).

Caxias no Rio Grande do Sul dependia muito de cavalos para manter as suas tropas atuantes. A cooperação senhorial foi significativa quando Caxias fazia os preparativos para reunião das forças em fevereiro de 1843. As operações eram comerciais, ele informava que havia obtido cavalos na região do Arroio Chuí, mas observava que havia mandado *tirar aos particulares pagando-se-lhes seus justos valores*, estimando que atingira o total de nove mil animais para todo o Exército (Ofícios: 11).

A cooperação era vivamente esperada e Caxias dava a ela o significado de demonstração de patriotismo dos encarregados de obter as cavalcadas como dos fornecedores. Caxias marchava do Passo de São Borja à Capela do Livramento, conforme ofício de 20 de março de 1843, para combater os rebeldes bem *como de fazer aí junção com aqueles brasileiros que me queiram ajudar refazendo-me de Cavalcadas do que não estou abundante, e sem as quais não poderia continuar as minhas operações* (Ofícios: 25-6). Mais tarde Vicente José Fialho reuniu um grupo de homens da Guarda Nacional para servir no Exército imperial. Caxias, por ofício de 19 de julho de 1843, dizia que esperava dele como *bom Brasileiro* custeasse as despesas para formar o corpo militar – quer se formasse uma companhia com cem homens ou um esquadrão com duzentos – assegurando que seria ressarcido pelo caixa militar depois de *suprir todas as despesas que forem necessárias fazer para montar, vestir e armar os homens que se reunirem* (Ofícios: 57).

Caxias buscava a cooperação local, em especial dos senhores, para a composição das forças de um modo geral. Ele ordenou ao tenente-coronel Padilha, por meio de recomendação em ofício de 07 de março de 1843 ao coronel Jerônimo Jacinto, comandante da 6ª brigada, que procurasse *por todos os meios ao seu alcance fazer reuniões de gente de todos os distritos da Serra* para compor forças e policiar o município de Cruz Alta (Ofícios: 20).

Recursos financeiros eram, também, dispendidos pelos chefes locais. Movimentos armados necessitam, é claro, de dinheiro para as despesas variadas que demandam. Os recursos podiam ser obtidos em diferentes fontes. Assim que assumiu o comando geral da Revolta Liberal na Província de São Paulo uma das primeiras providências de Rafael Tobias de Aguiar, depois de vencer a resistência inicial do administrador do registro da cidade de Sorocaba, seu primo Elias Aires do Amaral, foi conseguir que todo o dinheiro recolhido não fosse transferido para o tesouro provincial. Há registro de que Tobias de Aguiar retirou dos cofres públicos mais de dezessete contos de réis (Almeida: 82). Teófilo Otoni, uma das principais lideranças em Minas Gerais, propôs sequestrar os bens dos governistas, medida que seria ao mesmo tempo represália ao sequestro de bens dos insurgentes e forma de resolver a difícil situação financeira do movimento. Na primeira quinzena de agosto de 1842 propôs que José Feliciano criasse uma tesouraria provincial e o fizesse inspetor, mas o presidente interino optou por obter empréstimos dos senhores (Andrade: 266-7).

Os recursos financeiros particulares constituíam outra forma importante para a realização das despesas. Em São Paulo lideranças locais fizeram aportes para a sustentação do movimento armado com valores de suas fortunas pessoais. O alferes João Nepomuceno de Souza Freire, considerado dos mais ricos entre os rebelados, contribuiu com mais de dois

contos de réis por meio de empréstimo ao tenente-coronel José Joaquim de Lacerda, um dos líderes da revolta. Antonio Paes de Barros, barão de Tatuí, aportou um conto de réis para a organização da tropa que marchou de Itu para Campinas (Almeida: 82). Antonio Manuel Teixeira, nomeado por Tobias de Aguiar comandante militar de Campinas, também, fez empréstimos vindos de seus rendimentos como comissário em Santos (Almeida: 199). Em Lavras, Minas Gerais, cidade que aderiu à revolta bem no seu início, a 15 de junho de 1842, dona Felipa da Silva, mãe do principal líder local, o Dr. José Jorge da Silva, fez aportes financeiros ao movimento (Almeida: 218-9). O Barão de Santa Luzia emprestou trinta contos de réis (Almeida: 236).

Os fazendeiros reuniam, então, recursos diversos para apoio a movimentos armados. Exemplos não faltam como Antonio Teixeira Pinto, proprietário na freguesia de Pirapora, em Porto Feliz, Província de São Paulo, que ofereceu sua casa como quartel das forças liberais, dispôs dinheiro para pagamento das tropas e forneceu mantimentos (Almeida: 102). Ou no Rio Grande do Sul, onde Bibiano José Carneiro da Fontoura, que mais tarde seria comandante superior da Guarda Nacional, apoiando a luta contra os farroupilhas *mandou logo a Bento Manoel 5.000 patacoes, alguns homens de armas, 200 cavallos, e poz à sua disposição todos os recursos que precisasse na fazenda do Carmo, propriedade do mesmo Bibiano* (Brito: 150).

E a cooperação fazia funcionar os mecanismos de recompensas, sustentando as relações entre senhores e estado. Em ofício de 5 de março de 1845 ao ministro da Justiça, Manuel Antonio Galvão, Caxias elogiava a atuação do coronel Manuel Marques de Souza como encarregado das negociações de fim das hostilidades com os líderes da Farroupilha e que *por esses relevantes serviços, e pelos que prestou durante a guerra, desde o seu princípio, eu o recomendo para o posto de Brigadeiro* (Ofícios: 171). Em meados do século XIX a sociedade armada no Brasil era um componente fundamental dos conflitos políticos que se desdobravam em confrontos armados, tanto na realização de interesses dos senhores e dos homens em geral, como na sustentação do estado.

A Força da Sociedade Armada na Guerra do Paraguai

Na década de 1860 a Guerra do Paraguai mostraria que as forças senhoriais em armas permaneciam um dos principais elementos da vida política do Brasil. Este que foi o maior conflito militar externo do qual participou o país indicaria claramente o quanto a sociedade armada podia resistir a um aumento exponencial das necessidades militares do estado, o quanto ela era capaz de reproduzir-se – vale dizer, não permitir o fortalecimento do

estado – mesmo diante das pressões criadas por um confronto de grandes dimensões, que exigia tropas regulares de um exército e não forças senhoriais conduzidas por um líder fosse pela obrigação constitucional do Exército de defender as fronteiras em caso de agressão externa, fosse pelas exigências de conhecimento técnico em concepção e desenvolvimento de táticas de combate e estratégias de guerra.

Em grande parte, as vicissitudes do país na condução da guerra decorreram do tensionamento das relações entre o estado e as forças dos senhores. A questão fundamental era que a escala muitas vezes ampliada das novas exigências militares ameaçava interesses políticos e econômicos das elites regionais, mas elas continuaram como base importante das forças do estado. E ao final da guerra os impuseram sobre o crescimento do Exército.

Estudar a Guerra do Paraguai no plano do emprego dos recursos bélicos é estudar o problema da formação do Estado brasileiro num período de aguçamento da contraposição entre as necessidades militares do estado – bastante acentuadas com a nova escala de contingentes e recursos introduzida pelo Exército paraguaio – e a cooperação das elites regionais.

A luta com o Paraguai, guerra externa com um estado vizinho, de envergadura e duração muito maiores do que se previa inicialmente, exigiu toda a capacidade do Estado imperial para, por meio das armas, sustentar interesses geopolíticos na região sul do continente. A guerra com o Paraguai se deu como prosseguimento de uma política externa da Coroa brasileira que se delineava desde a década de 1850 e que estabelecia como um dos seus principais objetivos a livre navegação pelos rios da Bacia do Prata. Esta política encontrou no Paraguai um oponente que se colocou frontalmente contrário a ela porque tinha objetivos semelhantes.

Declarada a guerra logo se percebeu que era preciso aumentar enormemente os efetivos e os recursos do Exército. Ela obrigou a uma intensa mobilização de homens em todo o território para compor os efetivos militares e obter os meios para transporte, alimentação e armamento de numerosas tropas. E o esforço desenvolvido foi de tal magnitude em comparação com os conflitos anteriores que imbricou fortemente a formação do estado com a formação da nação. Significa dizer que mesmo nas novas condições estabelecidas a constituição das forças militares do estado dependeu grandemente das elites provinciais. Elas foram imprescindíveis para o esforço de guerra brasileiro.

Guerras externas eram de responsabilidade constitucional do estado que para isso possuía suas tropas regulares, mas o expressivo crescimento das forças militares não se fez de forma diferente daquela que era praticada usualmente, à base da mobilização da população

masculina que podia e devia prestar serviços militares. E neste universo se contava, principalmente, com o concurso dos senhores e as forças que podiam reunir. Era necessário, como em episódios bélicos anteriores, obter a cooperação das elites senhoriais que formavam elas próprias suas tropas.

A dimensão que tomou desde o seu começo a Guerra do Paraguai, uma situação praticamente sem termo de comparação com outros conflitos militares na história do país, modificou sensivelmente as formas de cooperação militar dos senhores e, como importante consequência, afetou seus interesses básicos. As novas exigências que o avanço do Exército paraguaio colocou na ordem do dia mostraram que a cooperação da população masculina, dos senhores especialmente, com o estado deveria se dar em outros termos, pois elas tornaram insuficientes algumas e ineficientes outras. Esta cooperação não se fez, significativamente, com apoios financeiros diretos ao governo. As contribuições financeiras dos senhores não poderiam representar muita coisa face ao extraordinário aumento das despesas. Doações foram feitas, inclusive com pequenas somas, como as ofertas de salários que se noticiavam pelos jornais. Foram casos, na verdade, muito mais de manifestação de adesão patriótica à causa do país. Durante o confronto com o Paraguai, considerando, por exemplo, as avultadas despesas com a aquisição de navios encouraçados, a quantidade dos armamentos leves e pesados, a alimentação para o enorme contingente de homens, o financiamento de guerra foi obtido, principalmente, por meio de recursos externos tomados por empréstimo.

Quanto à junção de forças senhoriais e tropas do Exército, que não deixou de ocorrer durante a guerra, não se conseguiu por meio dela resistir ao ataque organizado e forte de uma coluna do Exército paraguaio a Uruguaiana estimada em dez mil homens e impedir a conquista da cidade gaúcha. Esta forma de atuação conjunta se mostrou frágil diante das forças adversárias. As tropas irregulares dos comandantes gaúchos foram de todo insuficientes para barrar o avanço inimigo e impedir, logo no início de 1865, a ocupação da cidade.

As modificações que logo vieram, longe de aliviarem os senhores de despesas e responsabilidades, na verdade, lhes tiravam comando e força. A junção, até então, comportava uma autonomia bem grande dos oficiais milicianos com suas tropas em relação aos oficiais do Exército. Durante toda a guerra os senhores continuaram a arregimentar homens, em geral aqueles sob sua dependência, fornecer a eles uniformes e armas e os acompanhar como comandantes. Este continuou sendo o caso fortemente para o Rio Grande do Sul e as forças senhoriais, tropilhas gaúchas à frente, continuaram importantes. Mas os comandos principais eram todos dos altos oficiais do Exército.

Desta vez a subordinação ao Exército foi mais efetiva, pois os homens se integraram às tropas de primeira linha como recrutas ou voluntários da pátria. A condução da guerra deveria ser feita pelo oficialato do Exército e não pelos coronéis milicianos da Guarda Nacional, dadas as dimensões que desde o início ela assumiu. Em muitos casos tropas que seguiram como corpos de Guarda Nacional destacados foram transformadas em voluntários. Isto, certamente, significou muitas vezes a troca do comando miliciano pelo comando militar.

A guerra, alterando as formas de cooperação dos senhores com o estado em pontos substanciais, com novas e maiores exigências militares, os subordinava fortemente ao estado por meio da atuação mais efetiva da autoridade militar.

Esta fricção entre o segmento senhorial e mesmo outros segmentos sociais e o estado na luta contra o Paraguai se estabeleceu bem cedo, mas variou conforme o desenvolvimento do conflito. Desde o início dos confrontos houve resistência dos homens ao engajamento, contudo, até a invasão do território paraguaio e fixação nas posições ocupadas a cooperação era significativa e eles seguiam para a guerra. No entanto, a fragorosa derrota aliada em Curupaiti em setembro de 1866, um ano e meio após o início das hostilidades, fez com que houvesse um refluxo da população masculina em continuar integrando os contingentes enviados para a luta. O que desde o começo se apresentava como um problema se aguçou com as forças estacadas ante o forte paraguaio. Primeiramente, as perdas aliadas foram muito grandes, milhares de homens; segundo, a força da resistência paraguaia mostrou que a luta poderia ser muito mais intensa e demorada do que se imaginava; por fim, a intensidade dos combates e o tempo maior que se deveria ficar a serviço do estado aumentaram em muito os riscos pessoais para todos.

O Exército iniciou uma nova campanha de recrutamento e alistamento, mas, ao mesmo tempo, se intensificou a fuga da população masculina ao engajamento na guerra. Os reclamos dos comandos militares quanto à falta de cooperação dos senhores aumentaram. O que significa isso? Que a base das tropas brasileiras eram as forças senhoriais ou de civis recém engajados que atuavam segundo valores e interesses dessas forças. Um dos problemas que se apresentaram ao Exército brasileiro neste período foi justamente o fato de que a guerra se tornava mais violenta e o esforço para levá-la adiante muito maior. O compromisso de cooperação com o estado prestando serviços militares se rompia do ponto de vista da população masculina que, no entanto, era necessária para que a guerra prosseguisse.

Mas não só os interesses pessoais dos senhores eram opostos às necessidades do estado e exigiam formas de regulação para os serviços que lhes eram atribuídos. Havia outra oposição, talvez, mais fundamental. Em relação a eles, além da perda de comando que

verificava desde o início, aumentava a preocupação em se verem desfalcados de homens de suas forças particulares e se agravava o problema de perderem escravos para o serviço militar, portanto, de sofrerem prejuízos econômicos. O fato era que recrutar soldados para o Exército significava retirar homens que poderiam servir militarmente ao senhor e acarretar a perda deste recurso físico. A perda de escravos representava para o senhor um grande prejuízo porque a supressão do escravo do seu domínio era completa – só homens livres podiam ingressar nas fileiras da tropa. Assim, os escravos, primeiramente, deveriam ganhar a liberdade e uma vez libertos não poderiam retornar à condição anterior. Do ponto de vista dos senhores, considerados individualmente, o engajamento do escravo significava um definitivo prejuízo, mesmo tendo em conta as compensações financeiras que o estado oferecia.

O estado, por sua vez, deu provas de que ainda tinha condições para mobilizar os senhores e seus recursos e manter o objetivo estratégico de destituir Solano Lopez e derrotar militarmente o Paraguai. Após a derrota em Curupaiti e o aumento da resistência dos homens em seguirem para a guerra, o Exército conseguiu realizar modificações de táticas e estratégia que julgava necessárias. As tropas se reorganizam, mais soldados foram recrutados e se obtiveram mais voluntários. Mas a principal modificação, talvez, tenha ocorrido no modo de atuação militar, na maneira de se conduzir um exército em operações de guerra, promovida com a substituição do general Osório no comando geral por Caxias. A situação foi superada e a campanha aliada, cada vez mais dependente daí por diante das forças brasileiras, pode continuar.

Osório foi o comandante do Exército brasileiro no primeiro momento, aplicando as táticas e os procedimentos milicianos das forças senhoriais. Assim, ele procurava resolver a luta num único embate com o inimigo e para a sustentação da tropa se valia dos recursos locais. Caxias assumiu este comando na reorganização levada a efeito após o revés sofrido, modificou a atuação e, com isso, levou o confronto adiante por mais três anos e meio, até a completa derrota do Exército paraguaio. A nova estratégia previa a tomada da fortaleza de Humaitá, aliás, plano inicial do general argentino Bartolomeu Mitre, primeiro comandante dos exércitos aliados. Mas Caxias fez, primeiramente, uma marcha de flanco. Parte das tropas contornou a fortaleza para atacá-la pela retaguarda e, com isso, abrir duas frentes simultâneas de batalha para dividir suas forças. Em relação aos recursos logísticos estabeleceu uma linha regular de fornecimento de armas, cavalaria, alimentos etc. Caxias organizou, portanto, linhas de abastecimento dos recursos e utilizou como base de sua estratégia o cerco do inimigo. Assim procedendo ele pode aproveitar, de fato, as vantagens estratégicas do Brasil sobre o Paraguai – maiores população e recursos econômicos – e conduzir o Exército à

vitória. Após Curupaiti e até o final da guerra, no plano da estratégia militar o modo senhorial de atuação armada, fundado na sustentação das forças com os recursos locais e ataque frontal ao inimigo para vencê-lo numa só investida, deu lugar, parcialmente, a um modo baseado numa outra racional que minimizava perdas e maximizava o emprego dos recursos, o modo militar de atuação armada.

A campanha foi vitoriosa, mas numa guerra externa que poderia ter fortalecido definitivamente as forças armadas governamentais, o resultado militar favorável ao Brasil não foi suficiente para mudar as relações entre estado e forças senhoriais no domínio estratégico do armamento. A razão fundamental para isso é que se as novas necessidades militares do estado eram de outra escala, derivando daí relações muito mais tensas até o final da Monarquia dada uma maior contraposição entre o Exército e as forças regionais, ainda assim, a participação hegemônica de civis, os voluntários da pátria e os guardas nacionais engajados nos corpos do Exército ou nas tropas milicianas, marcou indelevelmente o modo de atuação do Exército com o modo de atuação senhorial dessas forças. Apesar da contundência das dimensões do Exército que foram necessárias para derrotar as forças paraguaias a guerra, na verdade, pouco alterou a posse de armas no Brasil.

A situação que emergiu após o final da guerra foi marcada, por um lado, pela manutenção das forças locais e regionais como agentes políticos dotados de capacidade para impor ou defender, por meio da força, seus interesses. Por outro, por um Exército que necessitava consolidar tropas regulares e mantê-las armadas, ou seja, dispor de seus próprios homens e não depender das forças senhoriais. É sabido que a *Questão Militar* foi um dos principais conflitos do Segundo Reinado. Estabelecido a propósito da autoridade e honra militares, ele emergiu efetivamente da disputa em torno daqueles segmentos que potencialmente podiam ingressar no Exército e fortalecê-lo: os escravos e os encarregados de sua vigilância. É o que nos faz entender a oposição política frontal entre a grande maioria da oficialidade militar e os grandes proprietários de terras e escravos. Contudo, a constituição de reservas, contingentes previamente treinados e acionados quando necessário, chegou a receber alguma atenção, mas não se tornou importante. E o monopólio legítimo e legal das armas não constituiu, por sua vez, uma questão que a Guerra do Paraguai tenha colocado para o Segundo Reinado.

Esses confrontos militares de meados do século XIX no Brasil, de natureza diversa, duas rebeliões internas e uma guerra externa, e de diferentes escalas de mobilização de homens e recursos, tiveram em comum o fato de que no desenvolvimento das ações armadas a capacidade bélica da sociedade armada foi fundamental. Esta pesquisa indica que

não só o desenrolar da Revolta Liberal e Revolução Farroupilha, mas também, o desenrolar da Guerra do Paraguai dependeu da mobilização dos senhores e suas forças. Neste período a sociedade permanecia armada, com poder senão para confrontar o estado, ao menos, para defender interesses locais e regionais.

CAPÍTULO II

MODO SENHORIAL DE ATUAÇÃO ARMADA

Numa sociedade na qual os homens dispunham facilmente de armas que estavam nas mãos dos senhores e das famílias, o emprego da violência se tornou meio recorrente para resolver conflitos sociais e políticos. Desavenças individuais, disputas por terra, confrontos políticos, tudo isso podia desembocar na tentativa de vencer o adversário ou inimigo pela força numa luta com armas. Os homens precisavam saber lutar e manejar armas. Era uma vantagem estar preparado para um enfrentamento violento que podia sobrevir a qualquer um.

Este problema dizia respeito a todos os homens individualmente, mas na medida em que o confronto podia ocorrer como uma luta entre grupos armados ou evoluir para esta situação, surgiam novas exigências para se conseguir derrotar um oponente. Era preciso que os homens se reunissem com um mesmo propósito, se coordenassem, soubessem como lutar todos juntos. Agir como grupo requer desenvolver ações conjuntas ou articuladas, que são estabelecidas por acordos, combinações, comandos.

Os senhores de terras e escravos podiam com frequência formar grupos armados. A condição de proprietários de capitais dava a eles maior capacidade de reunir recursos materiais e de mobilizar homens para atividades de exploração econômica e de ação armada. Capacidade fortalecida desde o início da formação da sociedade armada com o apoio que buscou neles o Estado português para levar adiante a colonização das terras brasileiras, estabelecendo uma legislação que formalizava o armamento dos senhores.

Esta vinculação dos interesses à terra como capital levava os senhores à disputa entre eles por este recurso econômico e, por esta via, muitas vezes, ao confronto armado. Avançando no sentido não só da manutenção da propriedade do que já se havia obtido, mas pela ampliação de capitais os senhores cuidavam de atuar na vida política, ocupando ou não cargos, entrando novamente em disputa para estabelecer hegemonia política e definir a condução dos negócios de governo. Lutas políticas entre senhores podiam se desdobrar, como ocorria com frequência, em conflitos armados. A ação armada dos senhores podia se dar, também, contra movimentos de cunho popular compostos por segmentos de baixa renda, incluindo pequenos e médios proprietários contra grandes proprietários, quando os senhores agiam como classe social na defesa de seu domínio político e econômico.

Os senhores foram, certamente, os principais indutores da formação do modo de atuação armada que se desenvolveu na sociedade. Daí porque denominá-lo modo senhorial de

atuação. A constituição das forças das quais necessitavam exigia que se apropriassem da capacidade física dos homens, fazendo com que a empregassem para os fins determinados pelas lideranças estabelecidas em cada conflito.

O estudo das formas de apropriação desenvolvidas exige a análise não só de tropas militares que os senhores podiam organizar e compor quando investidos legalmente de postos de comandos nas Milícias ou Guarda Nacional, como dos grupos armados que reuniam seguindo costumes estabelecidos pela população e não conforme regulamentos oficiais. Neste segundo caso, sobretudo, o melhor partido para se começar a explorar o problema é a leitura crítica de memorialistas que participaram de conflitos armados e destacaram práticas que julgaram dignas de registro; leitura, também, de estudiosos do folclore que, por vezes, se interessaram por armas em seus usos cerimoniais e lúdicos e nas práticas das brigas; e, ainda, historiadores que se preocuparam com a descrição pormenorizada de lutas e batalhas.

Viu-se na Introdução que o modo senhorial de atuação armada se desenvolvia baseado em cinco elementos: valorização da força muscular do homem; aprendizagem doméstica ou comunitária para lutar e empregar armas – aprendia-se a usar facas, armas brancas ou a operar uma arma de fogo portátil com membros da própria família ou comunidade mais próxima; disciplinamento, sobretudo, por castigos corporais; mobilização dos homens em grupo por meio das relações de dependência; a observação de limites impostos pelos homens quanto ao tempo de engajamento, à distância da região de residência e aos riscos para a execução das atividades, principalmente, do envolvimento em conflitos armados.

Esses elementos representam amplos campos para pesquisa. As práticas para obtenção de força muscular se desenvolvem em torno dos alimentos, da educação infantil na qual se define como deve ser um menino e uma menina para se tornarem um homem e uma mulher, do problema das doenças e da saúde, etc. e põe em jogo para o pesquisador a história da alimentação, história das práticas educativas formais e informais, história da medicina científica e popular. A história da educação infantil e juvenil, em especial dos meninos, para o período estudado nesta pesquisa, é fundamental para a questão da aprendizagem doméstica e comunitária do uso de armas, assim como a história da caça, a história das armas empregadas pela população dos sertões, a história das técnicas de luta. Uma história dos castigos empregados na sociedade para sanção do comportamento de crianças ou para punir as faltas e os crimes de adultos, como formas de controle social instituídas no interior rural do país, mas também em seus centros urbanos, é requerida para entendimento das estratégias para reunir homens e obter obediência deles. As relações de dependência trazem os problemas, já de

longa data tratados na historiografia, sobre patrimonialismo, clientelismo, patriarcalismo, coronelismo na sociedade brasileira, sistemas de dominação política e de exploração econômica, mas também, formas de se apropriar das capacidades físicas dos homens estabelecendo meios de reuni-los em bando armado. E é necessária uma história dos homens pobres e escravos, dos pequenos proprietários e de todos aqueles que eram dependentes em relação a um senhor, que os tome como sujeitos nessa relação, que se submetiam a um polo dominante dos senhores, mas sob condições previamente definidas que, também, estes eram obrigados a observar.

Na verdade, é o mundo armado dos senhores e seus dependentes que aparece como ampla problemática para a pesquisa histórica. Como estudá-la? Como se orientar pelos diferentes campos que surgem para o historiador que quer compreender o exercício do poder por meio da violência armada neste mundo? Um guia seguro neste sentido foram os próprios contemporâneos que em seus relatos, descrições, narrativas e análises deixam entrever dois daqueles elementos que lhes chamaram mais a atenção, que se destacaram nas práticas sociais e receberam mais registros e análises. Serão eles o foco do trabalho: a aprendizagem doméstica e comunitária para lutar e empregar armas e a observação de limites impostos pelos próprios homens para a atuação armada. O que se apresenta a seguir, portanto, é um delineamento do mundo armado senhorial em dois de seus vetores, que se espera, funcione como uma introdução à compreensão da formação e desenvolvimento deste mundo.

1. Aprendizagem Doméstica e Comunitária do Uso de Armas

Na sociedade armada os homens precisavam saber lutar. Não que isto significasse se tornar um excelente lutador, um exímio combatente, um conhecedor de técnicas altamente desenvolvidas de luta. Exigia-se dos homens que adquirissem, ao menos, alguns conhecimentos básicos e algumas poucas habilidades que servissem para os confrontos nos quais viessem se envolver, nas refregas que, talvez, não pudessem deixar de participar. Não era para se tornar alguém especial que um homem aprendia a lutar, ao contrário, era para dominar conhecimentos e habilidades que eram dos outros homens de sua família, de sua comunidade, de sua região. Era para ser como os outros, para, em algumas situações ter condição de se reunir a eles, ajudá-los quando a isso era chamado, ou, em outras situações, para sobreviver a eles.

Portanto, se se fala de técnicas de luta, não é por referência a um “saber fazer” desenvolvido em instituições especializadas, mas sim, de um “saber fazer” que se elaborava fortemente ligado a atividades da vida social. Tratava-se, por exemplo, de aprender a atirar

com arma de fogo caçando. Neste sentido específico, quais eram as técnicas de luta e de emprego de armas que os homens precisavam dominar? Quais eram os meios de aprendizagem? Quais eram as condições físicas e os conhecimentos técnicos exigidos dos homens para que pudessem enfrentar situações como o envolvimento numa briga com outro indivíduo ou a participação num confronto maior enquanto membro de um grupo armado?

Há uma história das lutas corporais no Brasil e elas tem um lugar nos problemas que se colocam nesta pesquisa, embora não se encontrem entre os principais meios de aprendizagem de habilidades para luta do qual podia se valer a maioria da população masculina. A capoeira, por exemplo, é praticada no país desde o século XIX. Ela não se define unicamente como luta, seus praticantes aprendem e desenvolvem movimentos de jogo e de dança. Na verdade, ela, ainda, se desenvolve mais amplamente como prática cultural, constituindo um conjunto de princípios e valores que se ligam ao domínio do próprio corpo e que, compartilhado com outras pessoas que os praticam, dá a elas uma identidade de grupo. No caso do Brasil, se desenvolvendo em segmentos marginalizados econômica e politicamente no país como meio de luta contra esta situação, ela pode ser analisada em sua dimensão de *tradição rebelde* como fez Carlos Eugênio Líbano Soares num dos mais aprofundados estudos sobre a capoeira entre nós.

Mas na capoeira, também, se ensinam golpes que servem para lutar. Não era o único tipo de luta existente no século XIX, pois há notícias de outros como o jogo da pancada, por exemplo, mas afigura-se como o mais difundido. A capoeira tem fortes raízes escravas, contudo, ela passou a ser praticada por outros segmentos sociais. Carlos Líbano Soares argumenta o seguinte: *a capoeira estava articulada com a cultura urbana peculiar, forjada pelas camadas populares e pelos trabalhadores marginalizados da segunda metade do século XIX, atraindo não apenas escravos e negros livres – como os estereótipos raciais deixam perceber –, mas também emigrantes portugueses, brancos pobres, indivíduos vindos das mais diferentes províncias do país e dos quatro cantos do mundo atlântico – África, América e Europa –, irmanados pelos golpes fugazes e pela camaradagem dos grupos de rua* (Soares: 25-26).

A capoeira, em que pese sua difusão, que exige, ainda, estudos mais detalhados, não constituía um recurso para a maioria dos homens, mesmo dos segmentos de baixa renda, aprenderem a desenvolver habilidades de luta. Ela era, principalmente, um fenômeno urbano, distante dos homens do interior rural do país. E no caso específico desta luta, que é, também, arte marcial, ela é alternativa ao uso de armas de fogo, estas que constituíam, justamente, recurso fundamental dos homens em suas lutas.

Assim, no século XIX a aprendizagem de técnicas de luta, ainda que rudimentares, e a aprendizagem do emprego de armas ocorriam de outras maneiras. Quanto às armas o seu estudo no Brasil indica que as armas de choque, como os cacetes, geralmente de manuseio simples e que requeriam principalmente a força muscular do homem, eram de fácil aprendizagem, fato que, juntamente com o baixo custo de confecção, as tornavam acessíveis à maioria dos homens e, por conta disto, de uso muito difundido. Mas, para além de disporem de armas cujo manejo era fácil de aprender, os homens tinham, também, em atividades como a caça e em práticas sociais como o cotejo de facão e festividades como as cavalhadas, oportunidades na vida social para, por um lado, aprenderem a usar armas de manejo mais complexo do que os cacetes, as lanças, por exemplo, ou de mecanismos mais complexos, caso das armas de fogo, e, por outro, para exercitar e demonstrar habilidades e força para lutar.

1.1. Armas de Choque, Cutelaria e Instrumentos de Trabalho

Armas de choque, geralmente feitas de madeira, as facas e facões e os instrumentos de trabalho, muitas vezes usados como armas numa luta, exigem poucas ações do homem que os utiliza. O objetivo com eles é desferir um golpe no adversário e para isso o portador da arma deve segurá-la com as mãos e movimentar os braços em direção ao seu alvo. O manuseio era simples e, portanto, podia ser facilmente aprendido. Difundiram-se, assim, na população tipos de armas que demandavam uma aprendizagem fácil que poderia, então, ser obtida com familiares e pessoas da comunidade mais próxima. Não houve no Brasil do século XIX, como se vê, demanda pelo desenvolvimento de manuseios mais complexos a serem ensinados em técnicas de artes marciais, a não ser no caso mais localizado da capoeira.

Armas de choque, como os cacetes, ou instrumentos de cutelaria, como as facas, eram os mais utilizados pela maioria da população desde o período colonial. A primeira razão era o baixo custo destes tipos de armas, que os tornavam acessíveis aos homens em geral. As armas de choque se difundiram porque, além disso, constituíam um meio de se andar armado sem infringir as leis de controle de armas, pois o seu uso era permitido dentro do perímetro urbano das cidades e povoações, enquanto o porte e emprego dos outros tipos eram proibidos ou, ao menos, mais restritos (Lane: 16).

Essas armas eram, genericamente, hastes cilíndricas de madeira empregadas para atingir com golpes um adversário. Assim, o objetivo é dar potência ao golpe. Armas de choque eram definidas e empregadas *segundo tradição estabelecida pelo uso* (Lane: 10). Isto porque, principalmente com relação a elas se distinguem entre artefatos confeccionados para

a finalidade de luta e ferramentas ocasionalmente empregadas como armas. Das armas de choque duas eram mais difundidas.

Cacetes – ou porretes, os termos são sinônimos – eram caules finos com um comprimento variável, em média, de 85 a 100 centímetros. Quando mais longos eram chamados varapaus. Cornélio Pires chamava, mais precisamente, varapau os pedaços de madeira de 1,50 m (Lane: 11-2). O cacete era, certamente, uma das armas mais difundidas e frequentemente empregadas desde o período colonial. Clara indicação disto são as representações que, mais tarde, se elaboraram em torno desta arma. Martins Pena em sua comédia *O juiz de paz na roça* (1838), para mostrar como era, de fato, o armamento dos guardas nacionais e indicar com ele que eram homens provenientes de segmentos sociais de baixa renda sem nenhum tipo de apoio do estado, colocou um *pedaço de pau* na mão de Manuel João, seu lavrador pobre elevado a cidadão componente da milícia (Martins Pena, I: 49). Pouco depois disso, a eleição legislativa de 1841, considerada pelos próprios contemporâneos como uma das mais violentas, senão a mais violenta até então, foi batizada *Eleição do Cacete*. E quando alguém pensou em associar os conceitos de violência e justiça inscreveu num cacete a frase *Justiça da Roça*, associação que se pretendeu passasse à posteridade, pois está num exemplar da arma doado ao Museu Paulista da USP.

Cacete com a inscrição “JUSTIÇA DA ROÇA”. Madeira e cordão; C: 62 cm (nº RG 3361).

Acervo do Museu Paulista da USP.

O uso frequente da arma, especialmente como recurso da população pobre do interior rural – da “roça” – e eventos políticos de alcance nacional, a tornou um suporte para a difusão de valores associados às ideias de pobreza, nacionalidade e violência.

As possibilidades financeiras muito restritas da grande maioria da população são, ainda, o fator que explica a difusão de outro recurso bélico pelos homens, o emprego de seus instrumentos de trabalho, ferrões, foices, enxadas, aguilhadas, forquilhas, fueiros, como armas (Lane: 10). Uso tão fortemente disseminado que a própria legislação do estado o reconhecia e procurava controlar. Viu-se que sovelas de sapateiros eram explicitamente relacionadas na lei de proibição de armas defesas de 16 de outubro de 1831. Nestes casos, não era necessário nenhum preparo específico para manejar esses instrumentos como armas numa luta. A única exigência era a força muscular que se empregava nas atividades de trabalho.

O cabo de relho está nesta categoria, é um dos artefatos que Frederico Lane, estudioso do folclore paulista, analisa mais detidamente e, diferente de uma foice que ocasionalmente podia ser uma arma, era usado nas duas funções. É um instrumento utilizado na condução de cavalos e burros, servindo para açoitar os animais e conduzir sua marcha. Certamente, por isso e pela grande difusão de seu uso Lane afirma que era *uma das peças mais características do paulista campeiro, tropeiro ou boiadeiro, enfim, do homem que lida no campo* (Lane: 12-3).

Os relhos ou reios, numa pronúncia mais caipira, são pedaços de madeira cilíndricos, que se estreitam numa das extremidades, na qual se prende uma tira de couro. É uma arma menor do que o cacete, possuindo, em média, de 2 a 2,5 palmos de comprimento (44 a 55 cm) e pesando, conforme os exemplares examinados pelo autor no acervo sertanejo do Museu Paulista¹, de 275 a 360 gr. O cabo de relho é utilizado para dar golpes com a tira de couro ou o próprio cabo. Por esta razão era frequentemente, ou até mesmo exclusivamente em alguns casos, utilizado como arma, conforme variações regionais. Há exemplares que não possuem nem a tira de couro, mas uma alça para trazê-lo pendurado no punho, segundo informa Cornélio Pires em *Conversas ao Pé do Fogo* e outros que trazem como um refinamento um punhal oculto no cabo (Lane: 16-7).

Além do relho, outro objeto útil aproveitado como arma era o estribo de picaria. Segundo Lane este tipo de estribo foi utilizado desde o Primeiro Império até as primeiras décadas da República. Tratava-se de usar o estribo como recurso numa luta quando o homem

1 O acervo sertanejo do Museu Paulista da USP, mais a documentação referente a ele e a equipe de Etnologia, foram transferidos em 1989 para o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

não pudesse usar armas convencionais, por ser surpreendido sem uma delas ou por estar dentro do perímetro urbano onde portar armas era proibido. Como mais um recurso para sua defesa o cavaleiro desatava um dos loros dos arreios, dispondo assim de uma correia com o estribo numa das extremidades funcionando como massa para golpear o adversário (Lane: 36).

As facas, também, constituíam muito mais um instrumento de trabalho do que uma arma. Entre os sertanejos, Lane elenca várias funções em atividades práticas do dia-a-dia: picar fumo, alisar palha de cigarro, descascar caules, cortar pedaços de couro, fazer cestaria, tirar bicho de pé etc. (Lane: 20; 24). Isto significa que quanto às suas características físicas (dimensões, peso, forma) as facas usadas como armas não exigiam dos homens condições físicas diferentes daquelas que fossem suficientes para utilizar instrumentos de trabalho. As diferenças no seu manuseio poderiam aparecer no que dizia respeito às habilidades de cada indivíduo para lutar.

As armas brancas utilizadas majoritariamente em todo o território desde o período colonial eram as facas e os facões. Antes de se passar ao exame delas cabe observar que se podiam improvisar outras armas deste tipo em certas situações. A brejeúva, madeira utilizada na confecção de cacetes, era um tipo de palmeira de fibra grossa e se lascava com facilidade, mas ainda assim, podia ser usada como arma, pois a lasca poderia ser usada como arma perfurante (Lane: 12).

Quanto às facas e os facões sua difusão impulsionou o uso de uma grande variedade, o emprego em diferentes funções e a produção descentralizada. Ao longo de um livro como *Entre paredes e bacamartes*, trabalho de Otaviano Vieira Jr. sobre a família Mourão no sertão do Cariri, no Ceará, entre 1780 e 1850, analisando o problema da violência nas relações sociais e políticas, se encontram muitas referências ao uso de catanas, adagas, facas de ponta, parnaíbas e parnaíbas rabo de galo.

Um indício da importância e da difusão do uso dos facões é o fato de que, pelo menos, no Estado de São Paulo no século XX, se tornaram objetos colecionáveis. Frederico Lane faz referência a facas e facões que foram para os acervos de museus, especialmente o acervo do Museu Paulista com o qual trabalhou. Ele mesmo colecionava este tipo de peça. Não diz que o fazia sistematicamente, mas salienta a encomenda de um facão a fabricanteiro célebre da cidade de Tatuí (Lane: 20) e a aquisição de outro fabricado no Estado do Paraná (Lane: 18).

Este último dado já mostra, inclusive, que a sua área de ocorrência, no que respeita as regiões do sul do país, não era só São Paulo. Quanto aos tipos, então, utilizados

existiam os facões enterçados, uma modalidade cujo nome deriva da junção da lâmina com o talão – estrutura que se prendia ao cabo – presos um ao outro, geralmente, por três pinos grossos, um superior e dois inferiores, que se chamava, justamente, enterço do facão (Lane: 19). Tratava-se de um reforço da junção da lâmina ao cabo.

A confecção dos facões e dos facões enterçados estava a cargo de fabriqueiros, que os produziam de modo artesanal em São Paulo, Paraná e, certamente, em mais outros estados ainda. Muitas cidades tinham seus fabriqueiros, mas havia centros mais importantes como as cidades paulistas de Amparo e Sorocaba. Esta última atingiu tal importância que deu origem à palavra *sorocabano* como sinônimo de facão enterçado em São Paulo. A cidade de Socorro já havia sido um centro de produção, mas sua fábrica foi justamente transferida para aquela primeira cidade (Lane: 24).

Facões Enterçados. O exemplar da Fig. 5 mede 40 cm; o da Fig. 7 mede 26 cm; os das Figs. 6 e 8 são exemplares “sorocabanos”. Imagens de LANE, Frederico. *Armas e técnicas de briga nas regiões rurais de São Paulo*, p. 19-22.

As facas imitavam os facões em elementos como o lance de lâmina e cabo recurvos, os sulcos transversais, o talão reforçado e o canto livre superior chanfrado, mas eram peças de fabricação em série, portanto, numa escala “comercial”. Em muitas delas estava gravado o nome do fabricante (Sorocaba, Socorro R. J., Teixeira, Amparo etc.). Não tinham o mesmo acabamento, provavelmente, em razão do barateamento de cada unidade para se obter uma produção de maior escala. O tipo mais frequente dessas facas era, também,

denominado *sorocabano*. Mas dele havia algumas variantes como uma faca de lâmina reta e punho voltado para o pomo, diferente da lâmina curva mais característica do modelo. Ocorriam, também, variações conforme a fábrica, observando Lane um exemplar da antiga fábrica de Socorro cujo pomo longo e cônico era uma peculiaridade. Além desses tipos existiam, ainda, as facas de cabo de tipo nordestino, que se encontravam em grande número em São Paulo e vinham com os próprios imigrantes (Lane: 24-5).

Facas Sorocabanas. Figs. 10 e 11. Imagens de LANE, Frederico. *Armas e técnicas de briga nas regiões rurais de São Paulo*, p. 22-24.

Facas Nordestinas. Figs. 18 e 19. Imagens de LANE, Frederico. *Armas e técnicas de briga nas regiões rurais de São Paulo*, p. 22-25.

A produção das facas não era só local, mas também estrangeira. Existia uma fabricação europeia que atendia encomendas de casas comerciais brasileiras. Uma faca de prata do acervo do Museu Paulista analisada por Lane, traz as inscrições *Scholberg/ ... & Silva*.

Mas uma marca muito difundida era a *coqueiro* ou *palmeira*, como era também conhecida, e que trazia no talão a imagem de *um coqueirinho com o estipe implantado numa elevação rasa e a fronde com três folhas de cada lado* (Lane: 29).

Existiam tipos específicos de facas, como as chamadas facas aparelhadas. Elas se distinguiam, segundo as descrições de Lane, pela bainha de acabamento mais refinado no bocal, passadeiras e ponteira, elementos que a caracterizariam como *um tipo nitidamente paulista*. Importante notar que a diferenciação é dada, neste caso, não pela funcionalidade ou eficiência da faca, mas pelos seus efeitos estéticos. Daí porque compunham indumentárias especiais como aquelas utilizadas nas danças sertanejas como o cateretê e nas danças afro-brasileiras (Lane: 28-9; 31).

Lane afirma que seu uso fora bem difundido no passado, isto é, na sociedade sertaneja paulista antes da imigração européia em massa, pois a encontra citada em vários autores, entre os quais Cornélio Pires, Amador Nogueira Cobra e Hugo de Carvalho Ramos, com seus textos históricos, literários ou sobre folclore (Lane: 25). Um dos centros mais afamados de fabricação se encontrava, justamente, na cidade paulista de Franca, tanto que deu origem à denominação *franqueiras* para as facas procedentes de lá (Lane: 29). Mas seu uso se estendia para além deste Estado, chegando à região do Triângulo Mineiro e do Estado de Goiás.

Facas Aparentadas, Figs. 21 e 22; Facas de prata, Figs. 23 e 24. Imagens de LANE, Frederico. *Armas e técnicas de briga nas regiões rurais de São Paulo*, p. 28-30.

As facas aparentadas estariam ligadas a um modo de vida específico anterior ao desenvolvimento de sociedades industrializadas. O problema foi formulado por Frederico

Lane. Ele constatou que em meados do século XX essas facas não eram mais utilizadas em São Paulo, diferentemente do que acontecia no Rio Grande do Sul, onde continuavam em uso (Lane: 25). A razão proposta pelo autor é uma transformação social de amplo alcance. As facas aparelhadas eram utilizadas por cavaleiros e os paulistas teriam sido excelentes cavaleiros como os gaúchos, ao contrário das afirmações que se encontram na obra de Oliveira Viana ou em textos de Macedo Soares (*Os Falsos Troféus de Ituaingó*, 1920) e John Mawe (*Viagens pelo Interior do Brasil*, 1812).

Lane não desenvolve a afirmação, mas assevera que o fim do uso das facas aparelhadas estaria ligado ao fim do *período gauchesco* dos paulistas, ao qual se seguiu um período industrial: *as facas aparelhadas foram aos poucos substituídas pelas facas de fabricação em série, suficiente às necessidades práticas do paulista agricultor de hoje*. Por isso mesmo este tipo de faca continuaria em uso ainda no tempo do autor na região onde se desenvolvia a atividade de desbravamento do sertão, o norte do Paraná, e nos lugares do interior do Estado nos quais a sociedade rural paulista ainda não fora modificada pela imigração, continuando a caracterizar a aparência do sertanejo, juntamente com as chilenas e esporas que tanto se destacavam na dança do cateretê. O que o autor afirma é o uso da faca aparelhada ligado a um mundo de produção não industrial, onde ainda existiam *sertanejos* e não apenas *agricultores* (Lane: 25-7).

É preciso destacar que a grande difusão das armas de choque tornou relevante o emprego da força física pelos homens. A eficácia de armas deste tipo está na potência que conferem a um golpe. Uma arma como o cacete, manejada corretamente, com sua potência poderia, segundo Frederico Lane, derrubar um *capoeira de gaforinha*, como eram conhecidos escravos ou libertos que dominavam esta arte marcial e eram considerados lutadores muito perigosos (Lane: 11). O cabo de reio era, também, tido como uma arma potente, que poderia derrubar com um só golpe, bem aplicado na cabeça, animais fortes como os burros, exemplo significativo para homens que lidavam cotidianamente com eles. O estanhamento das extremidades do cabo – processo de colocação de castões na arma – além das preocupações com o efeito estético aumentava a potência dos golpes (Lane: 16).

A potência dessas armas era pensada não só no seu manuseio, mas já no momento da confecção. Procuravam-se madeiras de tronco reto, densas e de fibra fina e compacta, sendo a mais difundida em São Paulo a piúva, considerada muito resistente e bastante utilizada para dar origem ao termo *piuvada* como sinônimo de paulada e cacetada. A parte interna do caule, especificamente, dava essa qualidade à madeira, por isso se retirava a casca por meio de um processo de abrasamento. Além dela se utilizavam a perobinha, o alecrim e a

brejeúva (Lane: 11-2). Monteiro Lobato faz referência a mais uma madeira, o guatambu, que no estado de São Paulo é sinônimo de cabo de enxada. Guarantã ou pau-ferro consta como madeira nos registros de uma bengala do acervo sertanejo do Museu Paulista (Lane: 15). Em Pernambuco Júlio Belo informa que a madeira utilizada na confecção de cacetes era o quiri, cortado na mata e, exatamente como as anteriores, tratado por meio de queima (Bello: 209).

Essas madeiras serviam não só para os cacetes, mas também, os reios e até mesmo as bengalas. Quanto aos reios, elementos do caule para sua confecção eram, também, selecionados para se obter maior potência dos golpes. Buscavam-se caules brotados de cepo ou retirados com a raiz, pois o cabo ficaria mais pesado (Lane: 13).

A potência do golpe é, portanto, o objetivo buscado com essas armas. Desfechar um golpe potente, certamente, pode demandar técnicas para melhor fazê-lo. No entanto, é preciso considerar, primeiramente, que a eficiência do golpe depende muito da força que se possa dar a ele. A força muscular é uma exigência básica para se obter o efeito desejado. A difusão das armas de choque na sociedade armada indica, então, que é esta capacidade física que o homem deveria possuir para se envolver numa briga ou ser engajado num conflito armado.

Mas, além disso, o concomitante emprego de instrumentos de trabalho como armas indica que o envolvimento num conflito, mesmo de maiores proporções que uma briga entre dois homens, podia dispensar qualquer preparação física específica para lutar e exigir não mais que a mesma força muscular suficiente para usar um instrumento deste tipo. Neste sentido, veja-se que os cabos de relho eram confeccionados não só para obter uma arma, mas também, um objeto útil. Por isso mesmo a colheita do caule não era feita apenas em terrenos úmidos de matas, mas igualmente nos terrenos roçados durante o trabalho no campo, para aproveitá-los como cabos de ferramentas, canzís, fueiros de carro etc. (Lane: 13).

Em relação ao problema da força muscular como exigência para manusear armas, as facas e os facões, embora, certamente, devam ser abordados relativamente às técnicas que deveriam ser dominadas, eram pensados, também, em sua adequação à capacidade física dos homens para utilizá-los. O problema do peso e do comprimento destas armas tinha relevância na sua confecção, não no sentido da força do homem para segurá-las, mas para que o manuseio fosse facilitado ao máximo.

A eficiência de facas e facões depende, primeiramente, de suas características físicas, que lhes permitem realizar bem as funções básicas de cortar e perfurar. Os materiais empregados, os processos de confecção e as formas obtidas são itens importantes para este propósito. Lâminas aguçadas ou de gume bem afiado, feitas com materiais não flexíveis,

caracterizam os bons instrumentos. Frederico Lane informa que, por exemplo, os fabriqueiros do interior do Estado de São Paulo usavam uma técnica específica de fabricação para obter lâminas bem temperadas. Eles utilizavam um carvão especial que era jogado num valo e coberto com terra após a combustão (Lane: 21).

Mas a portabilidade e manuseabilidade dos facões era uma preocupação. Uma qualidade dos facões enterçados seria a leveza, Lane diz que *são relativamente leves, devido à pouca espessura das lâminas, geralmente de 2 a 3 mm*. Um exemplar proveniente da região paulistana do Capão Bonito pesava 455 gr. (Lane: 20).

Buscava-se a mesma leveza relativa para as facas. Frederico Lane aponta, no entanto, que a lâmina de uma faca aparelhada era pesada. Pesada, talvez, não para os homens que poderiam portar a faca, mas em comparação com as facas do seu tipo e tamanho. Examinando os exemplares que tinha à mão, Lane se preocupou em apontar, justamente, uma faca de 43 cm de comprimento e 375 g de peso, cuja lâmina de 29 cm seria pesada. Outro exemplar apresentava medidas bem menores, a saber, 38,5 cm de comprimento e apenas 115 g de peso, com uma lâmina de 26,5 cm (Lane: 28).

A portabilidade era uma característica essencial para as facas urbanas, facas menores para que se pudesse trazê-las ocultas junto ao corpo. O uso dessas facas se difundiu nos grandes centros. Neles a aglomeração de pessoas colocou intensamente o problema da segurança individual que numa sociedade armada – que se vê, não era exclusivamente rural – levou as pessoas a se proverem de uma arma. No espaço urbano, no entanto, era preciso evitar a ostentação de armas, seja para fugir às proibições oficiais, seja para portá-las mesmo durante as várias situações de relacionamento com outras pessoas. O exemplar examinado por Frederico Lane pode, talvez, fornecer o modelo geral. É uma faca de 33 cm e lâmina de 23,7 cm, menor do que as facas examinadas anteriormente, que variaram entre 38,5 e 43 cm, de acabamento mais refinado e para ser levada na cava do colete (Lane: 29).

1.2. Aprendendo a Caçar, Aprendendo a Atirar com Arma de Fogo

Aprender a caçar constituía uma oportunidade, e uma das primeiras que poderia se apresentar aos homens, para usar armas. Caçar animais poderia ser uma necessidade para proteger plantações e rebanhos, poderia se desenvolver como uma distração, um *hobby* nas horas de ócio ou, ao contrário, se tornar uma fonte de renda obtida na venda de animais ou no fornecimento deles para estudiosos de história natural, como aqueles europeus que vieram com frequência ao Brasil no século XIX. Os homens não começavam a caçar para aprender a

lutar, mas nesta atividade tinham incentivo para aprender a atirar com arma de fogo e este aprendizado poderia ser útil nas ocasiões em que se vissem obrigados a lutar.

Esta ideia que relaciona caça e preparação dos homens para luta, já foi, em parte, formulada no final do século XIX pelo general José Vieira Couto de Magalhães. Este oficial se destacou na Guerra do Paraguai ocupando, à época, a presidência da Província de Mato Grosso e derrotando os paraguaios nas cidades de Alegrete e Corumbá. Ele mesmo caçador, em carta que escreveu ao amigo Henrique Silva e que serviu de prólogo ao livro deste sobre caçadas no Brasil, afirma que a caça e a pesca constituem *exercícios atléticos de primeira ordem, e que preparam o homem para a vida enérgica de militar*. Atribuía as suas vitórias militares a seu preparo físico anterior, pois *sem os exercícios másculos da caça, se eu não fora outr’ora robusto, canseiro e nadador, não teria vencido os paraguayos nem reconquistado, durante os dous annos de campanha na guerra do Paraguay, a parte do hoje Estado de Matto-Grosso, que esteve em seu domínio* (Silva: 6).

A ligação que faz o general Couto de Magalhães entre caça e seu preparo físico para a guerra, valendo-se de sua experiência pessoal, indica como, de fato, é preciso estudar a força muscular como elemento de um determinado padrão de apropriação das capacidades físicas dos homens, que denominamos modo senhorial de atuação armada. Esta pesquisa apresenta mais uma ligação da caça, desta vez, com a aprendizagem do uso de armas de fogo, entendendo-a como meio de desenvolvimento de outra capacidade dos homens que podia ser usada para fins bélicos e aproveitada no modo senhorial.

O quanto a caça era praticada no país? A caça era difundida no Brasil ainda que as condições de sua prática variassem nos diferentes segmentos sociais. O historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, ao lado dos seus estudos sobre a história do país, escreveu um manual do caçador. Dirigia a sua publicação às pessoas que praticavam a caça como “distração lícita” do homem civilizado, abastado e independente que desejava desviar-se do ócio vicioso e desenvolver as virtudes e os conhecimentos que a caça proporcionava (Varnhagen: 9). Trata-se, portanto, do que hoje se chama caça esportiva. Este homem devia ilustrar-se e as referências bibliográficas que Varnhagen fornece a ele não eram textos de circulação no país, eram sim, em sua maior parte, exemplares da biblioteca particular do autor, livros em língua estrangeira que mesmo parte da população letrada não teria acesso. Certamente, esses são aspectos da vida de Varnhagen ligados a questões sobre sociabilidade, que devem ser melhor estudados no caminho já aberto por Fernando Amed em sua pesquisa de doutorado.

De toda forma, a breve caracterização do caçador e as leituras exigidas dele colocam no horizonte do manual de Varnhagen um segmento social de alta renda ou, ao

menos, que tivesse o suficiente para desfrutar de tempo de ócio e dedicar-se a atividade prazerosa, mas que, também, poderia ser dispendiosa pelos equipamentos que exigia.

As armas indicadas por Varnhagen mostram que o público ao qual seu manual pretendia atingir era constituído por um estrato mais abastado da população e não pela população de baixa renda que, certamente, não tinha condições financeiras para adquiri-las. A arma que recomendava como a melhor era a espingarda de antecarga com dois canos e de espoleta fulminante. Existiam as de fabricação inglesa, francesa, alemã e belga. Esta última era de menor custo, mas o autor alertava que o caçador deveria observar primeiramente a qualidade da arma e não se preocupar somente com o seu custo. No Brasil havia caçadores que recomendavam as antigas lazarinas, certamente, armas acessíveis a um maior número de pessoas. Contudo, Varnhagen colocava senões e apontava para o perigo de apresentarem canos enferrujados e estourarem no momento do tiro. Armas de dois canos modernas, isto é, de retrocarga – Pauly, Robert, Pottel – e armas de mais de dois canos – Cott, Lefauchaux, Beringer, Lepage – eram, também, indicadas por outros caçadores, mas Varnhagen só recomendava, por sua vez, o revólver Mariette que se deveria trazer à cintura como arma de defesa contra caça grossa que ferida, eventualmente, pudesse reagir (Varnhagen: 23-4; 86).

Mas a prática da caça como diversão no tempo de ócio teve uma difusão significativa no século XIX, a ponto de Varnhagen afirmar que por volta de 1860, ano de publicação de seu manual, já se caçava tanto e de forma tão indiscriminada que certas espécies animais como o tamanduá bandeira já estariam extintas em algumas províncias (Varnhagen: 12). A situação seria tão grave para Varnhagen que ele apontava os prejuízos econômicos para o país causados pelo desequilíbrio ecológico decorrente das extinções. Por um lado, à falta dos tamanduás, as formigas e os cupins proliferavam e atacavam plantações; por outro, onças e raposas e gambás não eram caçados e causavam prejuízos, as primeiras atacando rebanhos e os dois últimos atacando criações de galinhas. Henrique Silva dizia que o tatu-canastra era animal dos mais caçados e que já corria perigo de completo desaparecimento (Silva: 176).

Esses problemas não parecem associados apenas às práticas de caça de um segmento de alta renda da população. Varnhagen não é claro a este respeito, mas o que é certo é que a caça era praticada em diferentes segmentos sociais. Varnhagen registra os lavradores que viu no interior do país caçando para proteger suas plantações dos porcos do mato, veados e pacas (Varnhagen: 84). Já Henrique Silva afirma que a prática da caça era muito difundida no Brasil. De forma um pouco exagerada diz que ela era a única diversão no interior do país: *As partidas de caça, praticadas á maneira antiga, pelos processos, usanças e costumes*

tradicionaes, constituem e são na verdade as únicas diversões que seduzem e preocupam os habitantes do interior do Brasil, bem como os das mattas e restingas que se prolongam pelo nosso vasto litoral (Silva: 1).

A caça era atividade muito difundida na população, pois atendia a diversos objetivos e supria necessidades. Muitos animais eram caçados para proteger rebanhos e plantações deles. Era o caso das onças e outros felinos. Henrique Silva mostra que alguns caçadores podiam até mesmo se especializar na caça de onças para persegui-las sistematicamente a fim de proteger fazendas, como o caso de um caçador na província de Goiás (Silva: 140). Mas, também, era o caso de capivaras, pacas, cutias e coelhos e, entre as aves, perdizes e papagaios, principalmente, para alimentação, pois quase todos eles davam boa carne para consumo e, também, antas, patos, marrecos, tartarugas e jabotis. Queixadas, capivaras, lontras e, novamente, a anta forneciam peles, cascos o tatu-canastra e as tartarugas. Um animal como a capivara fornecia ainda um óleo medicinal.

A caçada poderia ser feita como diversão, como caça esportiva, como se vê com Varnhagen. Henrique Silva, por sua vez, pertencia a um *Club* de caça e pesca de São Paulo já existente no final do século XIX. Mas esta modalidade de caça não estava restrita aos segmentos sociais mais abastados. Henrique Dias observou que a caça podia se desenvolver como uma prática associada à divisão social entre senhores e dependentes. Um fazendeiro organizava uma caçada convidando as pessoas para participarem, aí ela se transformava num acontecimento social no qual homens ricos caçavam num dia e seus dependentes caçavam em outro: *Como o melhor das festas, no dizer de toda gente, é esperar por ellas, vésperas de um dia de grandes caçadas, que se comparam aos da melhor festa para o caçador, merecem ser descriptas, taes como se passam na residencia do caçador que com antecendencia espalhou o convite pela vizinhança e farandulas. Sabbados e domingos são os dias consagrados á caça – os primeiros para os ricos e os segundos para os pobres, ou melhor aos sabbados caçam os fazendeiros, aos domingos seus aggregados e gente á toa* (Silva: 93-94). Em que pese a segregação social, se verifica que homens pobres praticavam a caçada esportiva.

Na verdade, há constantes referências sobre homens pobres caçando em memorialistas, cronistas, viajantes. Entre esses escritores, os que se interessavam por estudar a natureza e as sociedades do interior do país quase sempre se faziam acompanhar por um *camarada*. Outros aprendiam com ele as artes e manhas da caça. Todos procuravam se valer daquele indivíduo de certa localidade ou região que era reconhecido como bom caçador. O camarada era caracterizado de forma muito semelhante pelos diferentes autores. Era um mulato ou mestiço de condição social inferior à do seu contratante. Saint-Hilaire em suas

viagens por São Paulo tinha José Mariano como seu arrieiro e caçador de papagaios e outras aves, *mestiço de temperamento inconstante* como o seria dos brasileiros pobres (Saint-Hilaire: 89). Varnhagen recomendava aos caçadores realizarem suas primeiras caçadas acompanhados por um camarada de condição inferior e bom caçador, a quem deveriam recompensar de forma justa (Varnhagen: 54). Júlio Bello quando retornou dos estudos no Recife para o seu engenho, voltou a se exercitar na caça e a se aperfeiçoar nela com um mulato caçador do próprio engenho (Bello: 199). Varnhagen recomendou, ainda, aos caçadores que não deixassem de buscar *as informações dos práticos ou vaqueanos do districto em que se projecta effectuar a caçada. Isto muito principalmente pelo que respeita ás caças de pêlo – ás antas, veados, pacas, porcos etc.* (Varnhagen: 64).

Quando se fala em caça, se fala numa atividade desenvolvida por homens de diferentes segmentos sociais. Ela era prática dos segmentos de baixa renda e os colocava, também, em contato com armas e incentivavam seu uso.

Aprender a Caçar

A caça exige técnicas para executá-la, exige conhecimentos, habilidades, capacidades físicas que devem ser aprendidas e desenvolvidas, sob pena do homem ficar conhecido como “goso”, caçador ruim, mas que se acha bom (Silva: 261). Henrique Silva destacava que cada tipo de animal demandava cuidados e habilidades específicos. De um modo geral, as caçadas de veados, as cervídes, seriam as que mais exigiriam de habilidade do caçador, seriam *caçadas por excellencia, na mais alta expressão do vocabulo, no Brasil, são as de Veados, por serem ellas as mais sensacionaes, as mais cheias de attractativos e as que ao mesmo tempo por igual solicitam aptidão e habilidade da parte do caçador* (Silva: 79). Seriam, então, diferentes da caçada de antas que emocionariam pela força do animal. As caçadas de onças seriam as mais perigosas e o caçador deveria cuidar de só fazê-las do maneira correta, empregando “cães especiais”.

Caçar exigia que se soubesse não só atirar, mas também, aprender técnicas de como localizar a caça, capturá-la com armadilhas, encurralá-la, atrai-la etc., conforme a espécie animal que se desejava ou necessitava caçar. Os taitetús, ensinava Henrique Silva, deviam ser desentocados e para isso o caçador deveria saber que era muito eficiente apenas introduzir na toca uma vassoura com a palha embebida em urina para tirá-los de lá (Silva: 154). Uma maneira de localizar as antas quando não se as esperava aparecer, mas se as perseguia, era ir aos rios nos períodos mais quentes do dia e enxergar os bandos de muriçocas, espécie de mosquitos, que permaneciam esvoaçando no lugar onde mergulhavam as antas

(Silva: 123). Caçar a cotia seria simples, bastava encurralá-la no oco do tronco onde ela, comumente, procurava se esconder, tampar a saída e cortar o tronco a machadadas (Silva: 170). E, assim, havia técnicas para caçar macacos, quatis, patos, marrecos, aves de pio, emas, ariranhas e muitos outros animais.

Varnhagen enumerava três técnicas para caça de animais de pelo. As tocaias ou esperas feitas por uma ou duas pessoas sem cães; as batidas, com cães ou sem eles, nas quais batedores espantam as caças em direção aos caçadores; montarias, nas quais os animais são, também, espantados em direção aos caçadores nas esperas, mas que se fazem com cercos em grandes extensões que se vão apertando até que se comecem a fazer batidas. A tocaia era uma técnica bem difundida. Varnhagen viu como lavradores pobres do interior do país a usavam e com o cuidado de se posicionarem de modo que o animal se aproximasse *com vento*, isto é, de maneira que o vento não levasse o cheiro do caçador até o animal (Varnhagen: 84).

Dominar uma técnica significava não só a aquisição de conhecimentos, mas atender a requisitos até mesmo quanto a disposições pessoais do caçador, isto é, possuir ou desenvolver alguns *dotes* como aqueles que Varnhagen relaciona no capítulo VIII do seu manual, intitulado *alguns conselhos ao caçador novel*: calma, sangue-frio, circunspecção, perseverança, modéstia ilimitada (ou seja, não se incomodar com os próprios erros e não se sobrepor aos companheiros de caçada). Sem essas qualidades o caçador não poderia realizar uma tocaia, que poderia ser enfadonha e demandar paciência para aguardar o surgimento do animal (Varnhagen: 84). Sem ela e se não fosse *naturalmente bom* o caçador não conseguiria adestrar bem um cão de caça (Varnhagen: 49).

A caça, também, proporcionava virtudes como tolerância, generosidade, ser agradecido a Deus pela inteligência superior à dos animais e por poder utilizá-la assim como os dotes físicos. Este seria o caso ao menos para a caça esportiva que a justificaria como aquela distração do homem civilizado e tornaria obrigação do caçador observar uma ética na relação com os animais. Não se devia caçar animais úteis ao homem, covardes e ronceiros, ou seja, lentos ou preguiçosos como a preguiça (Varnhagen: 9). Além disso, constituía uma crueldade matar garças, delas só se aproveitavam as penas, que poderiam ser retiradas capturando-se a ave (Varnhagen: 81).

Antes mesmo de saber atirar o caçador necessitava de outros conhecimentos de caça se quisesse ser bem sucedido na atividade. Era preciso saber qual o melhor dia para caçar. Em dias de mal tempo conhecer os locais que os animais buscavam para proteção; em dias quentes procurá-los nos banhados e nos dias de muita chuva nos terrenos secos etc. Exigia-se do caçador que soubesse determinar a direção do vento para indicar ao seu cachorro

aonde farejar (Varnhagen: 62-3). Havia, ainda, os preceitos higiênicos: não se cansar muito e nem os cães que acompanhavam a caçada; não beber água em todo riacho que se encontrasse, não comer apenas quando se estivesse com muita fome para fazê-lo moderadamente, descansar por meia hora após as refeições, com o rosto coberto e o cão ao lado (Varnhagen: 55-6). Era necessário aprender técnicas de sobrevivência nas matas. Varnhagen ensina que caso se perdesse o caçador deveria procurar um córrego e andar próximo a ele para obter ajuda, pois era certo que as pessoas se estabeleciam perto de cursos d'água para garantir seu abastecimento.

Um dos recursos importantes dos caçadores eram os cães de caça. Era preciso saber treiná-los e empregá-los e até mesmo se preocupar com as técnicas de criação. Havia pessoas que se especializavam no conhecimento de cães deste tipo, como um amigo de Varnhagen que sabia quais tipos eram utilizados nos sertões. Segundo o autor, os paulistas se aplicavam neste saber. Os caipiras, isto é, os paulistas utilizavam cães de caça denominados *aracambé* e haviam desenvolvido certas técnicas para reconhecer quais filhotes dariam bons cães de caça, para adestrá-los desde pequenos. Diz Varnhagen: *os nossos caipiras dizem que se conhecem em pequenos os melhores, quando tirados do ninheiro; pois esses voltam direitos a elle, e os peiores tonteam, etc.* Depois se descreve toda a criação do animal até torná-lo caçador (Varnhagen: 47-52). Henrique Silva contesta que esses cães fossem os aracambés, pois estes seriam selvagens e não domesticados (Silva: 49). Varnhagen parece que se enganou quanto à espécie de cachorro a que se referiu.

O caçador deveria observar, também, o modo correto de selecionar e empregar os muitos utensílios que poderiam compor o equipamento para caça. Ao menos para o caçador esportivo Varnhagen dava indicações sobre o polvarinho, a bolsa de couro para a munição, o embornal para a caça, a algibeira e a bússola de algibeira. Ele comenta os tipos que se deveria preferir e o modo de trazê-los junto ao corpo. Varnhagen, ainda, faz recomendações sobre copos de couro ou gutapercha (um tipo de borracha) para beber, estojos e frascos com substâncias medicinais, velas, fósforos e frasco de aguardente, ferramentas como foices e enxadas. Há várias orientações quanto ao traje. Entre tantos itens, se pode observar a reprovação do autor a botas de cor verde para camuflar o caçador, pois a cor fazia sobressair os outros apetrechos junto à bota (Varnhagen: 27-32). Junto com os seus equipamentos de caça, o caçador deveria trazer suas armas e são estas que interessará analisar agora.

O interesse mais imediato desta pesquisa está nas armas e na aprendizagem de como usá-las. Em se tratando de caça, se deve considerar que nas técnicas empregadas, é claro que se podiam usar não armas, mas armadilhas. José Mariano, arrieiro de Saint-Hilaire

nas viagens pela província de São Paulo, as usava para capturar papagaios (Saint-Hilaire: 89, 98, 200). Varnhagen, em meados do século XIX, não as recomendava. O caçador nobre não usava armadilhas para caçar animais. Mas elas eram de muitos tipos: mundéu, fojos, ratoeiras, redes, tramalhos, aranhão, costela, boizes, esparrela, ichões, bretes, albardilha, arapuca, juquiá (Varnhagen: 17). Júlio Bello conta de sua infância no final do século XIX que meninos livres e escravos saíam para caçar juntos pequenos animais como raposas e guaxinins e capturavam pássaros com alçapões e arapucas. Nestas atividades de caça e, também pesca, o mais habilidoso entre os meninos era o moleque mulato Claudino, melhor amigo de Júlio Bello (Bello: 66).

Usar armas, contudo, era essencial ao caçador. Havia armas que apenas ocasionalmente podiam ser usadas na caça. Era o caso da espada entre os soldados gaúchos. Quando um grupo a cavalo via uma codorna cercavam-na se movimentando num círculo cada vez mais fechado até encurralá-la numa moita e aí degolá-la (Varnhagen: 68). Por este mesmo método Henrique Silva viu vaqueiros e sertanistas da mesma província usarem o rebenque, chicote do cavaleiro, para golpear as aves (Silva: 190). Mas o primeiro tipo de armas que tinham grande difusão na caça eram as armas de arremesso. Tinham a vantagem de serem de fácil confecção. Possuíam estrutura simples e eram feitas com materiais disponíveis à maioria das pessoas. Eram equipamentos acessíveis e, por isso, mais utilizados. Varnhagen informa por sua própria experiência que no Brasil se utilizava para este fim o bodoque. Diz o autor que aqueles que não tinham como arcar com os custos de armas de fogo se valiam dele. Assim, armas de arremesso, segundo Varnhagen, estavam abandonadas na Europa, mas a facilidade de obtê-las ou confeccioná-las relativamente a outras armas fazia com que permanecessem em uso no Brasil. Ele observa o uso de mais uma delas, o chuço ou azagaia, arma às vezes utilizada com forquilha, que seria bem conhecida no Brasil, ainda que fosse primitiva para o autor (Varnhagen: 34).

As armas de arremesso eram muito difundidas, mas na caça o tipo de arma que tinha maior impacto era a arma de fogo, tanto por sua difusão quanto por sua potência. Há muitos registros de sua utilização, como aquele do coronel paulista Francisco da Cunha Bueno, avô do historiador Alfredo Ellis Jr., que caçou com uma carabina Winchester 44 um veado catingueiro para alimentação do grupo que o acompanhava numa grande expedição em 1874 para fundar a fazenda Santa Eudóxia em Mogi-Guaçu (Ellis Jr.: 262).

Varnhagen considerava inclusive que as armas de fogo eram a principal razão para a extinção de animais no Brasil pela caça predatória. Ele afirmava que, embora, fosse o país pouco povoado, essas armas eram eficazes para abater os animais (Varnhagen: 81). Este

tipo de armamento parece mesmo ligado à história da caça. A invenção, difusão e aperfeiçoamento das armas de fogo fez com que já em fins do século XVI a caça com falcões, muito praticada na Idade Média, fosse abandonada. Em Portugal, Diogo Fernandes Ferreira, autor de *Arte da caça de altanería* (1616) já atribuía a elas o enfraquecimento desta forma de caçar (Varnhagen: 38-9). Mais uma mudança, desta vez nas práticas de caça, impulsionada pelo novo tipo de armamento que se tornava dominante. As armas de fogo superariam as armas brancas como principal recurso bélico de tropas militares e levariam a mudanças táticas fundamentais nos exércitos modernos ao tornar a infantaria (o soldado a pé com fuzil) mais importante do que a cavalaria (o soldado a cavalo com a espada), como se verá adiante no capítulo sobre o modo militar de atuação armada.

E quais seriam, no Brasil do século XIX, as armas de fogo mais utilizadas pela população, as chamadas “caçadeiras”? Para a caça esportiva vimos logo atrás (à página 62) algumas armas relacionadas por Varnhagen, incluindo o revólver Mariette preferido por ele para defesa pessoal, mas que, certamente, não eram acessíveis à maioria dos homens. Henrique Silva recomendava como a melhor arma para caça a espingarda Hunt do fabricante Burgsmuller (Silva: 23-24) e para defesa pessoal o revólver Smith e Wesson ou *Sportman* e o facão de mato modelo americano *Bownie Knife* (Silva: 39).

Essas eram, então, armas modernas. A população de um modo geral usava armas antigas, isto é, armas de carregamento pela boca, ditas de antecarga, as pederneiras, lazarinas e pica-paus, certamente, armas acessíveis a um maior número de pessoas. Varnhagen dizia que as lazarinas eram de má qualidade, justamente por serem, geralmente, armas velhas. O general Couto de Magalhães e Henrique Silva chamavam essas armas de preciosidades históricas dignas de irem para um museu de armaria e criticavam seu uso (Silva: 11; 95). Contudo, as armas tradicionais de caçar, modelos que vinham desde o século XVIII continuaram a ser utilizadas pela população mesmo com o intenso desenvolvimento tecnológico das armas de fogo na segunda metade do século XIX.

O emprego das armas estava ligado não só à eficiência para atingir um animal, mas à segurança do caçador, o que fazia da arma um item indispensável à atividade. Uma das orientações de Varnhagen e Henrique Silva era a de que o caçador deveria estar sempre com uma arma pronta para o uso. Além disso, uma arma seria até mesmo uma exigência no adestramento dos cães perdigueiros que o caçador fosse bom atirador. O animal se sentiria mais estimulado a buscar e trazer a ave quando a via abatida pelo dono e melhor seria contratar um bom caçador se a pessoa não fosse boa atiradora (Varnhagen: 51).

Aprender a Usar Armas de Fogo

Varnhagen dá no seu manual muitas orientações aos caçadores para o bom uso de armas de fogo, facas e outros objetos de cutelaria. Era preciso saber escolher uma arma, primeira providência ao menos daqueles que tinham recursos financeiros para decidir pelos equipamentos de maior qualidade. A melhor arma seria a espingarda de antecarga com dois canos e de espoleta fulminante. Havia outros requisitos a observar na arma quando se fosse adquirir um exemplar. Era preciso cuidar da adequação da arma à capacidade física e ao corpo do seu usuário. O peso da arma deveria ser proporcional à força muscular dele, assim como o tamanho da coronha ao comprimento dos braços, além de acomodar-se ao modo como o usuário apontava. Devia-se observar, também, a qualidade do mecanismo: molas suaves, mas bem tensionadas, partes de metal bem ajustadas entre si. Era importante, ainda, o tipo de material empregado para garantir a manutenção e durabilidade da arma. A guarnição por baixo da arma e o guarda-mato deveriam ser de pau d'ar (pau d'arco ou ipê) ou *massinha* e não de metal para evitar que enferrujassem.

Escolher implicava saber avaliar como atirar bem com o exemplar que se pretendia adquirir. O caçador devia experimentá-lo para verificar sua resistência à carga dos disparos, conhecer as *manhas* dele e verificar como deveria mantê-lo equilibrado no tiro, fazer pontaria e dimensionar a carga necessária conforme a distância do alvo. A pólvora, a munição e os fulminantes da arma, também, eram itens que o caçador não podia deixar de conhecer e receberam comentários do autor (Varnhagen: 23-26).

O caçador deveria cuidar não só de atirar bem, mas de portar, municiar e acionar corretamente a espingarda. Varnhagen enumera dez preceitos para bem manejar a arma de fogo. Entre eles *carregar sempre bem; sem deixar vão entre a carga; pois ficando ar, póde o cano rebentar e quebrar-vos os queixos*. Um segundo preceito: *nunca engatilhar senão no momento de apontar, desengatilhando logo que retirardes a arma sem a haver desfechado*. E também recomendava: *guardai-vos sempre da boca de vossa arma e das dos demais, ainda quando se julguem descarregadas, e se vos dê disso a certeza* (Varnhagen: 55-56).

Atirar com arma de fogo demandava saber o momento mais adequado para disparar. Havia técnicas de aproximação da caça. Deviam-se caçar pombos, pombas e rolas apenas quando reunidos em bando. O caçador poderia se aproximar sorrateiramente das aves com a espingarda no gatilho e atirar quando se levantassem. Júlio Bello aprendeu na juventude, a caçar pássaros. Ele os caçava *de corso*, um modo de caçar que era reputado difícil e requeria *meticuloso cuidado e paciência e calma para ir afastando de leve, com os pés, as folhas secas e depois caminhar passo a passo, sorrateiramente, quase “de gatas”,*

olho vivo e atento como um selvagem (Bello: 203). Henrique Silva, também, preconizou que não bastava saber atirar, era preciso, também, saber se aproximar da caça para um tiro certo. Uma técnica era o caçador *vagar pelo campo, nas proximidades de lagôas ou logares pantanosos, às horas do sol a pino*, aí, então, ao avistar os animais *corta-se o vento, isto é, toma-se o lado contrario d'onde sopra a viração e negociando pela macéga, quase de rasto, facil será se lhe aproximar, á distancia de tiro certo* (Silva: 102).

A tocaia era uma das técnicas para caçar aves. O caçador ao invés de se aproximar de pombas e rolas, como no caso anterior, poderia atraí-las com outra ave presa como chamariz no chão ou numa árvore. O caçador, neste último caso, deveria se esconder num girau feito em outra árvore, distante uns 18 ou 20 passos (Varnhagen: 73). Júlio Bello preferia mesmo esperá-las de tocaia, segundo ele, um modo bem mais fácil de caçar. Era necessário conhecer uma boa espera nas árvores, as comédias de comichá e maria-mole, e saber se disfarçar. Sabia já atirar, pois espingardeava as trocazes e galegas, aves ariscas da região (Bello: 203).

Caçar perdizes requeria conhecimento de como se preparar para atirar, qual a melhor postura, o modo de segurar a arma, como e quando atirar e empregar o cão de caça. Os procedimentos começavam com o bom emprego dos perdigueiros, que apontavam as aves para o dono que, então, se preparava engatilhando a arma, pondo a coronha no ombro e apontando a boca do cano para baixo, do lado esquerdo, para em seguida mandar o animal espantá-las e aí atirar nelas em pleno voo (Varnhagen: 65-6).

O método de caça de veados era soltar os cachorros atrás da caça, fazê-la correr e atirar nela das esperas onde os caçadores se ocultavam em tocaia previamente. Henrique Silva afirma que acertar um tiro num veado poderia ser, de fato, difícil e um caçador que tivesse falhado em atingir o animal nem deveria se envergonhar por ter errado: *Errar um Veado é cousa commum nas partidas de caça, isso não envergonha a nenhum caçador, mesmo aos mais peritos na arte cynegetica. São muitas e complexas as causas do bom ou máo exito de um tiro nas corridas de Veados, Cutias, Pacas e outros animaes qae se distinguem pela muita agilidade* (Silva: 98-99).

Quanto às onças, o que se deveria saber para atirar com êxito neste animal? Henrique Silva fala da precisão do tiro e da munição: *O caçador deverá atirar-lhe com mão firme, em logares mortaes, como a região acima do omoplata superior, que ahi penetrando o projectil vai directamente ao coração. Não esquecer que é com bala e não chumbo que se matam Onças* (Silva: 144).

E para caçar queixadas eram necessárias algumas providências e precauções. Primeiro saber a posição do caçador em relação ao animal, cuja cabeça não se elevava muito acima do solo, em qual exemplar do bando atirar e que cor de roupa usar: “Este [caçador] basta atrepar a um toco de pau ou subir a um tronco de arvore derrubada para de taes posições matar toda uma numerosa vara de Queixadas, que não se affasta emquanto o caçador imitar o latir de cães. Deve-se atirar nos cachaços, os quaes vêm á frente do bando, porque quando estes caem feridos os outros vêm-lhes em cima e ao redor se reúnem todos os demais, - o pello do lombo arrepiado... O caçador preferirá vestir-se de escuro, pelo menos as calças devem ser desta côr, pois se confunde com a delles” (Silva: 153).

Aprendizagem na Infância e Prática na Vida Adulta

Aprender a caçar significava aprender técnicas para encontrar, cercar, atrair ou perseguir animais a fim de capturá-los ou matá-los. Neste sentido o homem deveria se esforçar para adquirir conhecimentos e desenvolver disposições pessoais e habilidades requeridas de um caçador. Ele deveria saber, entre tantas outras coisas, empregar armas, deveria saber lançar projéteis com um bodoque ou atirar com uma espingarda.

A aprendizagem se dava muito frequentemente na infância, o que indica que ela ocorria junto a familiares ou a pessoas próximas à família. Entre os senhores, Varnhagen (1816-1878) relata que aprendeu a usar bodoques e conseguiu matar taperás (andorinhas-do-campo) com eles. Ellis Jr. na biografia de seu avô Francisco da Cunha Bueno (1829-1903) refere a infância deste na fazenda da família na Província de São Paulo. Quando tinha doze anos *na fazenda da Cantareira... o jovem Chiquinho passava em correrias, cavalgadas e caças, juntamente com numeroso bando de seus irmãos mais velhos, muitos dos quais já adultos, com mais de duas e até três dezenas de anos, em perseguição aos bichos de pródiga e opulenta fauna das matas das redondezas* (Ellis Jr.: 2-3).

O senhor de engenho pernambucano Júlio Bello (1873-1951) conta como em sua infância, vivida no final do século XIX, caçava pequenos animais e pássaros usando armadilhas (Bello: 66). Anos mais tarde, após seu retorno ao engenho, encerrados os estudos no Recife, voltou a exercitar a caça com um *mulato caçador* do próprio engenho. Na companhia deste um dos seus divertimentos prediletos eram os simples passeios à mata. Bello comenta como se aprendia sobre o comportamento dos animais. Para um caçador era importante saber que um bando de saguis imóveis significava a ameaça próxima de um predador como um gavião (Bello: 199).

Era comum, portanto, os senhores aprenderem a caçar na infância. Mas não só eles como, também, seus dependentes. Varnhagen registra que não só ele como os *crioulos* de sua casa, então, da mesma idade que ele, isto é, quando crianças, também, aprenderam a usar o bodoque e, assevera o autor, eram muito melhores do que ele próprio no manejo desta arma de arremesso (Varnhagen: 34). Júlio Bello diz, também, que eram os meninos, livres e escravos, que aprendiam a caçar e, no seu engenho, o mais habilidoso entre todos era o moleque mulato Claudino, melhor amigo de Júlio Bello (Bello: 66).

Aprendia-se na infância e se deveria continuar praticando, ao menos, em algumas ocasiões da vida adulta. Certas armas exigiam grande habilidade do caçador e muito tempo de prática para se obtê-la. Era o caso para uma arma regional, o laço e a bola entre os gaúchos, que, inclusive, constituía não só um recurso para caça como podia se tornar arma ofensiva empregada em conflitos armados (Varnhagen: 34-5).

O frequente emprego das armas de fogo na caça exigia que o caçador aprendesse a atirar com elas. E aprendesse a atirar bem, segundo Varnhagen. Ele informa que era uma concepção corrente que ser um bom atirador era condição para alcançar a reputação de ser um bom caçador. As recomendações que procurou sistematizar no manual para o treinamento ideal de um homem na caça esportiva podem servir de guia para os procedimentos que se podiam encontrar efetivamente, talvez não em seu conjunto, na prática da caça em geral. Praticar tiro ao alvo era a primeira orientação de Varnhagen, experimentando-se o caçador em várias distâncias, primeiro com bala, mas logo, também, com chumbo. Devia-se atirar em pássaros pousados ou em voo. Os melhores para o adestramento de tiro eram os gaviões e taperás, rápidos e de voo variado, além do que era fácil encontrá-los. A técnica de atirar em pássaros exigia que se observasse a posição deles em relação ao corpo do caçador, a direção do voo e o ponto a mirar. Num caso, *se a ave passa diante de vós para um dos lados, deixa-a seguir um pouco, voltai-vos para esse lado e apontai á cabeça*. Mas, conforme a direção e o sentido da ave, variava o ponto de mira: *se desce, apontai aos pés, descobrindo-a toda por cima da mira; se sobe, apontai á cabeça e se vai para diante, ao rabo* (Varnhagen: 54-5).

Treinar não exigia só o esforço para dominar as técnicas de caça, mas exigia saber a melhor maneira de treinar. O principal ponto a este respeito era saber quando era favorável ou não a presença de um companheiro ou de outros caçadores. Quando o caçador fosse se exercitar no tiro, era recomendável neste caso fazê-lo sem ninguém por perto *para que a lição seja mais profícua, não se envolvendo nella o amor próprio que tantas vezes nos cega, e impede de aprender*. Mas, para, de fato, aprender a caçar observando todos os procedimentos e cuidados indicados, era melhor que o caçador *só começasse a caçar cada gênero de caça*

em companhia de um amigo de toda a confiança, ou em falta deste, de um camarada, reconhecido por bom caçador, e de condição inferior, a quem tratasse de recompensar ou gratificar indirectamente de alguma fôrma (Varnhagen: 54). A ajuda de caçadores já experimentados era sempre recomendável. Varnhagen comenta que Carlos IX da França já aconselhava os caçadores novos a só caçar no primeiro ano na companhia de *bons veadores práticos* (Varnhagen: 64).

1.3. Cotejo de Facão e Cavalhadas

Os desafios amistosos conhecidos por cotejo de facão e festividades como as cavalhadas constituíram meios dos homens se manterem preparados técnica e fisicamente para enfrentar alguém numa briga pessoal ou combater numa luta entre grupos e, para isso, saber como atacar ou se defender com armas. Tal situação se configurou porque a possibilidade de participar de algum conflito armado estava sempre presente na vida dos homens, transformando atividades da vida social em oportunidades para adquirir capacidade de lutar e exercitá-la com certa regularidade. É, certamente, esta a razão para que a pesquisa não tenha revelado até agora o desenvolvimento de instituições especializadas, fora do âmbito já mais conhecido das forças armadas, que fornecessem treinamento sistemático para aprendizagem de técnicas de luta, incluindo o manejo de armas.

Homens que andavam armados nas atividades de trabalho, conduzindo tropas de burros ou bois, por exemplo, e correndo o risco de assalto armado pelas estradas, aprendiam a atirar com pistolas ou espingardas em alguma escola de tiro? Bandos armados treinavam seus homens ou os coronéis os seus jagunços e capangas? É possível que os homens fossem incentivados ou encontrassem chances para aperfeiçoar a pontaria com armas de fogo por meio de exercícios de tiro ao alvo. Mas, de um modo geral, o que o exame inicial desses problemas revelou até o momento é que não existiam procedimentos formalizados e sistematizados pelas lideranças para padronizar habilidades e capacidades de seus homens.

Será preciso analisar mais detidamente porque numa sociedade na qual os homens eram continuamente exigidos a pegar em armas, não se criaram instituições deste tipo. Parece certo que a obrigação de servir estabelecida pelas relações de dependência tem um peso significativo na configuração de meios de, sem fornecer treinamento sistemático, manter os homens preparados para lutar e usar armas. Era obrigação dos homens se colocarem a serviço de um senhor e atender aos seus chamados e cabia a eles mesmos se colocarem em condições para lutar. Então, era vantajoso criar ou aproveitar chances na vida social de se exercitar. Daí que incitações a mostrar que se sabia lutar desafiando alguém ou aceitando um desafio

permitiam aos homens se experimentarem num enfrentamento; e que certas festividades desenvolvidas como representações de uma luta fossem ensejo para se exercitarem como combatentes numa guerra.

Frederico Lane se preocupou em estudar costumes da população sertaneja em São Paulo, num período não claramente definido, mas que, certamente, abrange do século XIX ao final dos anos 1950. O cotejo de facão, segundo ele, era uma prática bastante difundida, que se estendia de São Paulo até os países platinos, ou seja, por todo o sul do continente (Lane: 23). E difundida entre os homens na vida social, não apenas em atividades de instituições ou grupos armados. Amigos podiam desafiar um ao outro para aquilatar suas habilidades de luta, como o fizeram, num caso relatado pelo autor, um agrimensor mato-grossense e um vaqueiro gaúcho durante uma conversa amigável. Improvisaram pedaços de madeira iguais e lutaram com eles como se duelassem com espadas. Os envolvidos nesses desafios não eram soldados, nem mesmo milicianos, mas homens que na vida social colocaram à prova suas habilidades e capacidades para sustentar uma luta.

Os homens participavam de várias festividades folclóricas como bumba-meu-boi, congo, pastoril, festa de São João e outras (Bello: 1938, 222-35), muitas delas danças ou autos tradicionais em Portugal e Espanha. Em algumas, que se desenvolviam como representação de uma luta, os homens encontravam oportunidades para demonstração e exercício de habilidades para lutar e manejar armas. As mais conhecidas, que foram registradas em relatos de viajantes, memórias, pesquisas folclóricas, tem em comum o motivo principal, uma luta entre cristãos e mouros. No Nordeste o fandango era uma dessas festas, na qual se representava o ataque de mouros a uma embarcação cristã. Homens se vestiam de mouros e cristãos, também, nas mouriscas ou mouriscadas e nos Batalhões de Carlos Magno.

Entre todas essas festas as mais difundidas foram as cavalhadas, objeto principal de estudo do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão. Eram também representação de luta entre cristãos e mouros, mas realizadas inteiramente por homens a cavalo. Constituíam-se, portanto, de simulação de batalhas entre cavaleiros. Mas não só. Elas, também, diferiam das festas anteriores porque se compunham da representação dramática da luta e de competições equestres. Estes dois momentos da mesma festa folclórica foram reunidos sob a denominação de cavalhada, provavelmente, a partir do século XVIII. Anteriormente sob esta denominação de cavalhada ocorriam as competições e sob o nome cristãos e mouros a representação da luta. As cavalhadas continuam a ser realizadas no Brasil, embora, na atualidade, estejam superadas pelos rodeios e, como estes, já não sejam festas comunitárias que contam com a

participação ativa da população local, mas sim, eventos turísticos realizados por profissionais especializados (Brandão: 1974, 62-5).

O motivo principal nas cavalcadas é a representação de uma luta, que seguida de competições equestres, exigia dos homens que se faziam cavaleiros demonstrar suas habilidades e capacidades físicas para montar um animal e lutar com armas. De fato, embora não só a destreza estivesse em jogo nas representações e competições – a elegância dos movimentos também contava pontos – ela não deixava de constituir uma exigência fundamental. Em meados do século XIX, foi a habilidade dos homens que chamou a atenção do viajante Pohl. O combate era ritual – sabe-se quem é o vencedor da luta – mas o domínio do cavalo e da espada eram necessários para a graça da evolução dos movimentos: *o combate foi executado com admirável habilidade; as evoluções, o lançamento de venábulo, o esgrimir das espadas despertaram-me sincera admiração. Era perfeito o manejo dos cavalos...* (Pohl: 1976, 240-2).

Como se pode observar por essas referências, montar a cavalo era uma das principais habilidades exigidas dos homens nesses eventos. Mas os cavaleiros não deveriam ser hábeis apenas com as montarias, mas também, com o manejo de armas. Eles usavam três armas nas cavalcadas, a saber, lança, espada e pistola (Brandão: 1974, 83), no domínio das quais eram igualmente exigidos. Havia carreiras nas quais ocorriam três encontros seguidos dos cavaleiros, em cada qual se empregando uma dessas armas (Brandão: 1974, 90).

O manejo das lanças nas competições constituía um dos pontos altos das cavalcadas. Uma haste de madeira com uma lâmina de metal na extremidade era manejada como lança. Esta haste era, em Pernambuco, um varapau com uma lâmina de folha de flandres na extremidade (Bello: 1938, 63). Habilidade para uma luta era já exigida na parte do desafio cerimonial lançado a outro cavaleiro, quando faziam um primeiro movimento de galopar um em direção ao outro e bater os varapaus para, só então, correrem para a pista (Bello: 1938, 64). Mas a lança deveria, principalmente, ser manobrada de modo a pegar argolinhas penduradas em cordas colocadas no meio ou no fim da pista de corrida (Cascudo: 1956, 10), a mais difundida competição, ou espetar, como em Alagoas, cabeças humanas feitas de papelão (Pompeu de Pina, 1971: 56, apud Brandão: 1974, 109).

O cavaleiro deveria galopar com a lança em riste para atingir seus alvos, como pegar o maior número de argolinhas penduradas (Ellis Jr.: 1960, 58). Os homens eram bem exigidos no uso da lança, pois cada páreo se diferenciava dos outros não só pelo modo de corê-lo como de manejar a haste de madeira. E precisavam executar bem o movimento da lança, fazê-lo com pulso firme (Brandão, Theo: 35). Além das lanças, os homens deviam usar

espadas e facas. Essas armas constituíam nas cavalhadas, primeiramente, objetos para demonstração de respeito quando levantadas para saudação à assistência (Pohl: 1976, 240-2). Mas era preciso saber manejá-las nas simulações de luta. Havia, como se viu acima, carreiras nas quais os cavaleiros cruzavam espadas. Nas competições poderia haver esgrima como um dos jogos (Cascudo: 1956, 10) ou, então, o ataque às *cabecinhas* como em Alagoas. As pistolas eram o tipo de arma de fogo utilizado nas cavalhadas. Elas constituíam arma que apenas os cavaleiros tinham condições de possuir, sobretudo até o século XVIII, quando as garruchas e garruchões de coldre da época eram acessíveis somente a pessoas abastadas ou aos corpos militares (Lane: 1958, 31). Os homens se exercitavam no manejo da arma, mas não efetivamente na pontaria, pois se tratando de uma ocasião festiva, os tiros eram sempre de festim.

As atividades dos homens na realização das cavalhadas mostram, então, como essas festas constituíam para eles ocasião para exercício de habilidades. Ainda mais que Carlos Rodrigues Brandão mostra para nossa atualidade que os cavaleiros ensaiam antes da festa, procedimento que se pode supor fosse o mesmo no passado. Em Pirenópolis os cavaleiros se reuniam quase diariamente de duas semanas a até mesmo mais de um mês antes do evento, realizando exercícios que podiam ocupar o dia inteiro (Brandão: 1974, 103; 148). Isto significa que se exercitam as habilidades exigidas para a apresentação nas cavalhadas, ainda que sejam, no evento, apenas ritualmente realizadas.

Os homens deveriam chegar à vida adulta, e mesmo antes à juventude, possuindo essas habilidades e as condições físicas necessárias para lutar. Eles precisavam saber lutar, usar armas, montar cavalos e para isso dispunham de costumes e ocasiões festivas que lhes permitiam simular lutas e exercitar suas habilidades e capacidade física.

2. Limites de Tempo, Lugar e Risco

Homens do sudeste e sul do país se envolveram em dois movimentos armados importantes na década de 1840. O primeiro foi a Revolta Liberal de 1842 em São Paulo e Minas Gerais e o segundo, que teve duração muito maior, ocorrendo de 1835 a 1845, foi a Farroupilha no Rio Grande do Sul. Em ambos a Guarda Nacional foi intensamente mobilizada, isto é, eram os civis organizados na milícia que compunham a maior parte dos efetivos em combate. Os soldados de tropas de primeira linha do Exército participaram das lutas, mas eram em número muito menor. Estes confrontos militares se constituíram de embates entre forças comandadas por oficiais milicianos, especialmente entre grandes proprietários de terras e escravos ocupando o posto de coronel, que estavam presentes, no Rio

Grade do Sul, em todas as tendências contrárias ou de apoio ao Império e, em São Paulo e Minas Gerais, nos dois campos partidários, liberal e conservador, que entraram em confronto direto no reordenamento político do início do Governo de D. Pedro II. Em Minas o cônego Antonio José Marinho, liberal e um dos primeiros e mais importantes cronistas do que ele define como insurreição contra uma oligarquia opressora, estabelece uma ligação muito forte entre o modo de atuação dos homens e os limites dentro dos quais eles se comprometiam lutar por seus chefes. Na Farroupilha é a própria visão imperial que trazia Caxias sobre o conflito que mostra, nos ofícios do comandante militar ao ministro da Guerra, como procediam os homens das forças farrapas e como estabeleciam seus compromissos com o movimento armado.

Os relatos e estudos sobre a Revolta Liberal tanto na província de São Paulo quanto na de Minas Gerais (Marinho, 1978 [1844]; Almeida, 1944; Andrade, 1942) informam sobre as deserções e debandadas que ocorriam entre os insurgentes e não só entre eles como também entre as tropas legalistas. Aconteciam, também, e com certa frequência, combates de pouca intensidade, quando forças inimigas mal trocavam alguns tiros e uma delas se retirava do confronto ou mesmo as duas o faziam, retornando cada uma para o seu lado sem lutarem efetivamente. No Rio Grande do Sul, ao contrário, ocorreram fortes combates, mas ao mesmo tempo, se verificaram deserções e debandadas, sobretudo no período final do conflito. A historiografia tende a considerar esses procedimentos como sinais evidentes da má organização das forças militares no país.

De fato, os contemporâneos das lutas militares já apontavam as formas de atuação das tropas milicianas ou do Exército como problemas de despreparo e desorganização que demandavam soluções do Governo central. Contudo, se podem observar regularidades nestas formas de atuação que se devem não a despreparo dos homens, mas a maneiras de lutar que atendiam a interesses deles. Na sociedade armada os homens tinham relativa autonomia, não só os oficiais milicianos em relação aos seus comandantes, como os homens em geral em relação aos seus chefes.

Os homens chamados à luta não se recusavam a ela, mas pegavam em armas e continuavam lutando sob certas condições. O que se vê, primeiramente, é que os interesses locais, sobretudo econômicos, tinham um peso fundamental para se decidir a forma e a intensidade do engajamento. Os homens se engajavam em lutas por princípios e objetivos políticos como combater a tirania, defender a constituição e o trono de D. Pedro II, que eram, então, em 1842, propostas dos insurgentes na Revolta Liberal, mas se preocupavam, fundamentalmente, com sua situação pessoal e de sua localidade. Eles atuavam dentro de seus

municípios, sempre preocupados com suas famílias e seus bens. Os homens tinham propriedades (fazendas, terras, escravos, residências, rebanhos) e negócios a preservarem, tinham suas famílias, com seus laços afetivos e econômicos, a proteger.

O cônego Marinho, por isso, elogia muito aqueles que se dispuseram a sair de seu município e a lutar num movimento armado, se afastando, com risco, de suas famílias e bens: *Era na verdade um espetáculo digno da admiração de um povo ainda o mais civilizado e amante da liberdade, o que apresentavam homens da qualidade de Manoel Ferreira, acostumados desde a infância a uma vida de quietação e de sossego, abandonando interesses e cômodos, para seguirem os riscos de uma revolução, e isto, por que entendiam que o país, que o Trono, que a liberdade, deles tais sacrifícios exigiam!* (Marinho: 114).

Tobias de Aguiar na província de São Paulo, onde também ocorreu o movimento armado, *não recuara diante do comprometimento do repouso, da fazenda e da vida*, disposição que o cônego Marinho atribui sempre à adesão ideológica ao movimento armado (Marinho: 225).

Os homens tinham interesses econômicos a proteger. Partir para uma guerra era sacrificar repouso, vida e fortuna. Por isso, também, era compreensível que desistissem de lutar quando, justamente tudo o que pretendiam defender estivesse comprometido se decidissem enfrentar o inimigo até o fim.

A luta na fazenda Ribeirão, próxima ao município de Baependi, Minas Gerais, foi um ponto crítico do movimento armado e os homens ali postados tiveram que avaliar o perigo em que colocavam os seus interesses e famílias. O próprio cônego Marinho, uma das principais lideranças insurgentes, foi em comissão até a coluna postada na fazenda Ribeirão, que havia resistido aos efetivos legalistas de Baependi e pretendia mesmo mudar de posição e atacá-los. Justifica a posição que, no entanto, adotou o comandante Junqueira e, em seguida à decisão dele, a maioria de seus homens, de depor armas ante a uma repressão legal que confiscava ou destruía bens e mobilizava escravos para atacarem a família de seu senhor: *Aquela coluna, porém, era composta em sua quase totalidade de pais de famílias, e alguns de muito numerosas famílias. Como resolverem-se a deixar entregues ao furor do vandalismo legal de 1842 suas esposas, filhas e filhos, que não era possível em tão apertadas circunstâncias conduzir, sem mesmo levar em conta as grandes propriedades que seriam forçados a abandonar, as quais não escapariam do saque, da destruição e do confisco?* (Marinho: 142).

No Rio Grande do Sul em um longo ofício de 11 de setembro de 1844 do quartel na vila de Caçapava ao ministro da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho, o barão de Caxias

dizia que *a gente que comandava já estava cansada de privações, e que os recursos da República estavam quase esgotados pelo estado desgraçado da Província*, nas discussões já estabelecidas para negociação da paz (Ofícios: 137).

Tanto na província do sul, quanto em São Paulo e Minas Gerais antes, Caxias, como comandante em chefe das forças governamentais na repressão aos insurgentes, prometia por avisos e proclamações vantagens ou perdão a todos aqueles que, não considerados cabeças de rebelião, depusessem armas sem lutar. Não se tratava apenas de tática ou praxe militar de um exército contra os inimigos, mas de sinalizar para homens mobilizados por meio da Guarda Nacional que eles poderiam retornar sem problemas para suas famílias, afazeres e bens. Os interesses econômicos eram os que Caxias prometia respeitar na tentativa de dissuadir os insurgentes a deporem as armas. Consignava nos avisos *que tranquilos os deixaria ficar em suas casas, qualquer que fosse a parte que tivessem tomado no movimento* (Marinho: 145).

A tática surtia efeito. Durante a Farroupilha, em ofício de 18 de julho de 1843 do quartel nas Pontas do Camacuam ao ministro da Justiça, Honório Hermeto Carneiro Leão, Caxias envia uma lista de indivíduos que se apresentaram para receber anistia, conforme determinava o decreto de 29 de março de 1841, homens que estavam *cansados de sofrer os efeitos da prolongada Guerra anseiam pelo descanso* (Ofícios: 56).

Por outro lado, o Governo determinava, e Caxias ameaçava, por Aviso de 23 de junho justamente o confisco dos bens daqueles envolvidos com o movimento armado e que não depusessem as armas. A repressão policial que se seguiu à derrota do movimento mostra o quanto os homens poderiam perder no caso de serem vencidos pelos inimigos militares e políticos. Teófilo Otoni, um dos grandes líderes do movimento, preso em uma residência de Santa Luzia onde os insurgentes sofreram em 20 de agosto de 1842 sua derrota militar definitiva, testemunhou e relatou os saques *a que se entregava a soldadesca desenfreada* (Marinho: 266). Mais, talvez, do que a apreensão legal de bens, o que causou enormes prejuízos financeiros e materiais aos insurgentes foram esses saques e depredações que eram a prática dos responsáveis imediatos pela execução das ordens oficiais.

O cônego Marinho relacionou vários homens que, segundo ele, tiveram seus bens oficialmente apreendidos e sequestrados e, na prática, saqueados ou destruídos, de toda forma ilegalmente apropriados, com a conivência das autoridades encarregadas da repressão policial em Minas Gerais, subdelegados, delegados, juízes de paz e direito e o próprio presidente provincial. Depositários dilapidavam os bens que assumiam. Além disso, o Aviso de 23 de junho foi aplicado como retaliação política local, recaindo acusações arbitrárias de ação

rebelde sobre inimigos políticos dos acusadores. A prática foi corrente dos vitoriosos sobre os derrotados e não envolvia apenas aqueles que de ambos os lados participaram efetivamente de confrontos armados, mas se desenvolvia segundo a linha divisória entre liberais e conservadores (Marinho: 303-11).

Por seu lado, o movimento insurgente prometia em proclamações de suas lideranças locais respeitar as propriedades. O ajudante de Milícias Felisberto Soares Paes Leme assim que foi aclamado pelas forças reunidas no Pé-do-morro, Diamantina, fez uma proclamação na qual assegurava que o movimento garantiria a ordem: “Portanto, tranquilizem-se todos, e saibam que daremos a nossos adversários o exemplo de moderação, e do mais escrupuloso respeito às propriedades” (Marinho: 150). O cônego Marinho assevera que os insurgentes, ao contrário dos seus inimigos, respeitaram os bens dos legalistas nos lugares que o movimento armado dominou. Apenas os homens do governo saquearam e depredaram. Diz que as casas tomadas pelos comandos insurgentes não foram saqueadas e que os bens utilizados não foram tomados, mas comprados a crédito garantido por fiadores idôneos e respeitados (Marinho: 312).

A perda de bens era um problema que atingia a todos os homens. Primeiramente a sofriam os homens de maiores posses em cada município. Marinho aponta que, em geral, eram aqueles que ocuparam os postos superiores da Guarda Nacional os extorquidos pelos vencedores para comprarem proteção nos processos judiciais que corriam. Guardas nacionais subalternos, de poucos bens e de baixa renda, sofriam mais com as arbitrariedades policiais na aplicação das penas, pois não podendo comprar sua liberdade acabavam eles pronunciados como cabeças de rebelião (Marinho: 318). Mesmo assim, ainda aconteceu um pequeno comércio de venda de sentenças favoráveis em processos ou extinção dos mesmos que os atingiu financeiramente: *Delfino Vieira da Silva, que foi apenas um simples soldado, que nunca podia ser considerado cabeça, sofreu processo e, se escapou da perseguição, deve-o a ter dado 200\$rs. ao Sr. Penido [Antonio Nogueira Penido, juiz municipal na vila do Bonfim], por intervenção de um seu amigo, que arranhou o negócio por esse preço, quando se lhe queriam extorquir 800\$rs* (Marinho: 320).

Os Interesses e Vontades dos Homens

A consideração dos interesses dos homens, os cuidados com suas propriedades, primeiramente, estabeleciam um tempo determinado para a guerra. Caxias em ofício de 03 de julho de 1843 da Estância do Carmo no rio Jaguari ao ministro da Guerra, marechal Salvador

José Maciel, no combate à rebelião separatista no sul, observava que era costume dos chefes Farrapos licenciar sua gente durante o inverno, além de estabelecer internadas fixas para os cavalos. O inverno era uma época de repouso, não se lutava sob as condições mais duras do tempo. A guerra tinha uma época certa para acontecer, por isso mesmo ele pretendia não interromper a campanha militar para obter vantagem sobre as forças locais (Ofícios: 53).

Outra das mais importantes consequências do fato de que a atuação militar dos homens estava assentada sobre os seus interesses pessoais e locais é que eles conferiam uma relativa autonomia dos homens a chefias e comandos. A vontade dos guardas nacionais contava para seus comandantes. Este é um dos pontos mais importantes do modo de atuação senhorial. A obediência não era automática, cega e apenas imposta, não era a disciplina que os comandantes militares desejavam impor aos soldados do Exército. Não se constata aqui um problema de ineficiência militar por falta de comando, mas a aceitação da autoridade de um comandante que envolve a deliberação dos homens que compõem a tropa.

Os homens poderiam divergir da orientação dada pelo chefe da força, não para deixar de lutar, mas ao contrário, para manter a luta enquanto os seus comandantes já não a queriam. O tenente-coronel José Joaquim Alves não pode dissolver suas tropas, mesmo com a ameaça dos legalistas que capturaram seu filho de mandá-lo recrutado para o sul. Marinho diz que não foi possível ceder à chantagem “pois que não dependia somente da vontade do comandante dissolver uma coluna composta de homens que, voluntários, se reuniam em defesa de sua própria causa” (Marinho: 135).

A tropa na fazenda Ribeirão nas proximidades de Baependi, segundo Marinho, não acompanhou de imediato Gabriel Junqueira e os principais chefes na deposição de armas em 26 de julho e se manteve na posição de continuar a luta: *Era tal o entusiasmo, tão forte a convicção de todos os soldados que compunham aquela coluna, que ao verem que se retiravam os homens mais influentes, ainda assim não queriam depor as armas, e alguns deles, e entre outros os dois irmãos Brandão, se foram reunir à coluna do Claudio, e foram dos últimos teimosos insurgentes que depuseram as armas* (Marinho: 142).

Os chefes tinham limites para decidir o rumo das ações. Em 06 de agosto a maioria do conselho do presidente interino – Galvão, Alvarenga, Lemos, Manoel Thomaz e Joaquim Martins – era pelo fim da revolução, em posição contrária Manoel Ferreira e Otoni. Mas o fim das hostilidades não foi decidido porque a maioria das tropas reunidas estava com disposição para atacar a capital Ouro Preto: “e a não ser o receio de que uma franca declaração em tal sentido seria recebida como pacto de traição pelo Exército que se achava

então no auge do entusiasmo, naquele mesmo dia talvez se dispersassem as forças” (Marinho: 178).

O comandante Joaquim Martins havia se retirado com seus homens no começo da luta em Santa Luzia, contudo, numa reviravolta do embate, voltou sob a ameaça de seus homens: “Joaquim Martins, que cedera além da ponte às instâncias e solicitações de seus soldados que ameaçavam tirarem-lhe a vida, e entre outros o valente sargento Agripa, voltou protestando que ia mostrar no campo de batalha a sua lealdade” (Marinho: 209).

Os dois mil homens que ainda comporiam as forças comandadas por Galvão e Alvarenga que marcharam de Santa Luzia para Lagoa Santa (para o início da luta o cônego Marinho havia estimado 1100 homens) estariam ainda dispostos a lutar – “os soldados relutavam: nem queriam depor as armas e muito menos se dispersar” – o que representava um problema para os dois comandantes encerrarem as hostilidades armadas, mas eles tiveram que considerar que de imediato já não tinham mais como alimentar este contingente e, mais importante, segundo Marinho, não queriam convulsionar toda a província e transformá-la num novo Rio Grande do Sul (Marinho: 255).

Os homens podiam até mesmo fazer exigências, impor condições para lutar, como ocorreu a Caxias no Rio Grande do Sul. Em ofício de 19 de julho de 1843 do Palácio do Governo nas Pontas do Camacuam ao Sr. Vicente José Fialho ele informava que um agrupamento de homens da Guarda Nacional se dispôs a servir no Exército imperial, mas sob a condição de não serem reintegrados aos seus postos na milícia ao fim das hostilidades. Caxias, mesmo contrariado, atende: *Em resposta à sua carta de 8 do corrente em que me fala de uma reunião de Brasileiros que se dispõem a servir no Exército Imperial uma vez que eu não obrigue aqueles que pertencerem aos diferentes Corpos da Guarda Nacional da Província a voltar a eles. Tenho a dizer-lhe que conquanto eu reconheça que é essa medida de péssimo exemplo e mui prejudicial à disciplina desses corpos, nisso consentirei pela necessidade que tenho de Cavalarias* (Ofícios: 56-7).

Deserções, Debandadas e Dispersão de Forças

Essas ocorrências de fuga de combates e de participação na guerra estariam, também, na conta da ineficiência organizacional e operacional das tropas militares e corpos policiais. No entanto, não se trata aqui de incapacidade militar dos homens. Eles lutavam sob as ordens de seus chefes e comandantes em prol de objetivos político-partidários gerais como o combate às leis de reforma judiciária e da instituição do Conselho de Estado que opuseram

liberais e conservadores no país todo, mas a sua adesão ia até o limite de não por em risco seus bens e seus interesses de maneira geral.

As tropas de Guarda Nacional poderiam agir conforme os interesses locais, atuar independentemente das tropas do Exército ou da presença de oficiais militares e mesmo não atender às necessidades ou aos objetivos dos governos provincial e central e abandonar ou recusar combates. Quanto a este último item foi o caso com o coronel de legião José Franco de Andrade que, tendo auxiliado a vitória governamental em Venda Grande na província de São Paulo, recusou-se a seguir para Minas Gerais. Alegou, em primeiro lugar, que o tenente-coronel do Exército Vicente de Amorim Bezerra teria desrespeitado a tropa campineira e, em segundo lugar, que esta já haveria participado da luta – seus homens teriam sido *testemunhas quasi presenciais da tragédia da Venda Grande* (Almeida: 130). O problema, de fato, para o coronel Andrade, parece que atendendo a solicitações de seus homens, era que o objetivo da Guarda Nacional de Campinas já havia sido atingido, ou seja, impedir a tomada da cidade pelos rebeldes. É provável que o oficial de primeira linha tenha solicitado ou mesmo exigido um novo apoio, pois o coronel Andrade enviou um contingente composto de guardas das cidades de Rio Claro, Limeira e Araraquara, que julgava subordinadas ao seu comando. Mas parece que não se empenhou para cumprirem efetivamente a missão, uma vez que partiram a 31 de julho e a 29 de agosto o coronel comunicava ao Governo provincial que todos haviam desertado no caminho, mas que mandava prendê-los (Almeida: 132).

Ao primeiro chamado os homens poderiam se reunir e, em geral, o fizeram em Minas Gerais. Mas a discordância dos homens quanto às táticas e estratégias adotadas pelos chefes ou a desconfiança dos rumos e possibilidades do movimento armado poderiam fazer com que desertassem. Antonio José Marinho observa que ocorreram muitas deserções entre os insurgentes quando o presidente interino José Feliciano recuou para São João d’El Rei ante o avanço de forças legalistas da capital Ouro Preto sobre o município de Queluz tomado ao Governo provincial, deixando tropas na cidade sob o comando do oficial Antonio Nunes Galvão. A situação reverteu desfavoravelmente a disposição dos homens para a luta *apesar dos esforços de Galvão e dos demais influentes, não poucas deserções na coluna tiveram lugar* (Marinho: 124).

A tática dos legalistas de espalhar notícias sobre a superioridade de suas forças parece que surtiu efeito, pois começaram deserções nas fileiras insurgentes: *o destacamento de Santa Bárbara é mandado picar a retaguarda da coluna legalista que avançava para Barbacena, e dissolve-se no caminho....* O mesmo ocorreu em mais larga escala nas restantes localidades da região (Marinho: 135-6).

A possibilidade de derrota poderia significar não só um risco para sua vida e liberdade, mas o imediato comprometimento dos bens do insurgente. Por isso, as debandadas que se observam entre os corpos de guardas nacionais insurgentes derrotados não são indicação apenas de despreparo militar, mas da preocupação de resguardar o máximo possível os seus interesses abandonando o movimento armado e retornando para suas casas.

Contra a cidade legalista de Tamanduá se reuniram os guardas nacionais de Lavras e Oliveira e do curato de São Francisco do mesmo município de Tamanduá, num total de seiscentos homens. A tropa debandou já no início do primeiro encontro, contudo, observe-se que o inimigo também debandou quando encontrou resistência ao seu avanço. Os insurgentes caíram numa emboscada “e o fogo inesperado, feito sobre a vanguarda da coluna, pô-la imediatamente quase toda em debandada; uma parte dela fez corajosa resistência, e conseguiu por fim que se retirassem os legalistas, de sorte que, ambas as partidas combatentes, debandaram-se depois de um tiroteio” (Marinho: 105). Muitos outros exemplos de debandada, inclusive de tropas do governo, se observam em todo o conflito. Era um procedimento que tomavam dentro dos limites que estabeleciam para sua atuação armada.

A dispersão de forças insurgentes mesmo depois de vitórias sobre os opositores constituiu outra prática corrente. Os homens do município insurgente de Arasca começaram a lutar contra os legalistas do município vizinho de Araxá. Contudo, receberam a informação de que São Paulo caíra e forças governistas vinham contra Minas Gerais e julgando que qualquer vitória local estaria comprometida pela derrota estratégica do movimento, simplesmente se retiraram para suas casas (Marinho: 106).

Na região de Santa Luzia e Curvelo verificaram-se novas ocorrências de dispersão e deserção de insurgentes quando se avizinhavam confrontos. Nas proximidades do sítio do Capão houve um confronto em 02 de agosto que repercutiu negativamente entre os insurgentes. O cônego Marinho diz que *esse encontro, bem que de nenhuma importância em si mesmo, teve não obstante mui graves consequências. A força Insurgente retirava-se de Santa Luzia cheia de temores. Os tiros do Capão, pois, produziram um quase geral desânimo, e causaram uma imensa dispersão, debandando-se companhias inteiras; mas a coluna [do Curvelo] contava ainda para mais de quatrocentos homens* (Marinho: 166).

O cônego Marinho atribui a ocorrência de muitos desses eventos ao problema de falta de comando geral do presidente interino. A ausência de uma liderança teria, de fato, peso significativo no resultado de um movimento militar. Mas no caso de corpos constituídos por milicianos e não soldados de linha, ela constituía um dos revezes que fazia com que os homens se voltassem para a proteção de seus interesses pessoais e locais. Todas essas

ocorrências devem ser entendidas como procedentes dos limites que os homens estabeleciam para sua adesão aos chefes e comandantes quando esses os chamavam à luta. Os homens tinham obrigações junto àqueles dos quais dependiam e deviam favores, contudo, seus interesses e vontades deviam ser levados em consideração para que se mantivessem mobilizados. As táticas, as formas de organização, as relações entre subordinados e chefes entre os coronéis e seus dependentes, configuravam procedimentos regulares que são denominados aqui como modo de atuação armada senhorial. Trata-se de um meio para se compreender o surgimento e o desenvolvimento de uma sociedade armada, tal como estava configurada a sociedade brasileira no início do Segundo Reinado.

Ainda fazem parte deste modo senhorial de atuação armada a força muscular como a principal capacidade física requerida dos homens, a aplicação de castigos corporais para sua disciplina e a mobilização deles por meio das relações de dependência. As pesquisas devem formular precisamente e encaminhar esses problemas. Entre estes se pode perceber na argumentação desenvolvida no capítulo que o engajamento dos homens num conflito armado se fazia, primeiramente, por meio da adesão a uma liderança que se estabelecia com o acionamento de direitos e obrigações definidos nas relações entre senhores e dependentes. Tem-se aqui uma das direções a seguir, apresentada agora em um rápido esboço para indicar o conjunto de estudos no qual se insere o presente trabalho.

No Brasil é possível afirmar que foram raras as tentativas de codificação escrita completa das obrigações recíprocas entre os senhores e seus dependentes. No início do século XVIII, o padre jesuíta Jorge Benci em sua obra *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos* se preocupou em mostrar o excesso de violência e o desmazelo dos senhores no tratamento dos seus escravos e com isso procurou, ao menos, reforçar alguns princípios e práticas que seriam salutares nas relações entre eles e não elaborar um tratado sistemático sobre aquelas obrigações.

Há, no entanto, juntamente com obras como essa registros em diários deixados por senhores nos quais encontramos considerações sobre as relações com todas as pessoas e famílias que tinham com eles alguma forma de subordinação econômica, política e social. Para o período da Guerra do Paraguai, entre outros, se tem o *Diário do Coronel Manuel Lucas de Oliveira* com anotações deste oficial gaúcho referentes ao ano de 1865. Em Pernambuco o barão de Goiacana deixou um diário com registros de cunho econômico que abarcam os anos de 1886 a 1890.

No Maranhão, já no começo do século XX, o coronel Domingos Pacífico Castello Branco, também, deixou anotações. E são essas anotações, de um período bem posterior

àquele que se estuda neste trabalho, pois foram escritas em 1912, que interessam mais de perto, pois procuraram sistematizar numa pequena relação de itens os direitos e obrigações dos agregados para com os senhores.

Leda Castello Branco realizou um pequeno, mas interessante estudo biográfico do coronel Domingos Pacífico, um grande proprietário de terras nascido no município de União, Piauí, em 1877 e falecido no ano de 1936, em Buriti, Maranhão, na fazenda Santa Cruz, de sua propriedade. Ele teve uma educação formal refinada tendo estudado dos quatorze aos dezoito anos no Instituto Garnier na cidade alemã de Friedrichsdorf. Foi mandado para lá por um tio com o qual residia em Recife desde os doze anos, quando já era órfão de mãe e pai.

A autora observa que as relações entre o coronel e os foreiros e agregados de suas propriedades eram consensuais, não escritas (Costa: 135). Contudo, Domingos Pacífico registrou em seus diários as *Normas para os Agregados* (Costa: 181-2). Datam de 1º de janeiro de 1912. A primeira questão que se apresenta sobre este fato é porque escrevê-las? Possivelmente não o foram para publicidade das normas. Embora Lena Castello Branco afirme que o coronel baixou as normas, elas estavam registradas no *Livro de Notas*. Parece tratar-se de um livro para anotações pessoais. Portanto, não seriam direcionadas para a leitura dos agregados. A estes as normas poderiam ser lidas. De toda forma, se entrevê um esforço de sistematização das normas, mas cuja publicidade escrita não era um objetivo. No mesmo sentido, observe-se que é num caderno, sem data, intitulado *Horas Vagas – Variedades*, outro texto para registros pessoais, que Domingos Pacífico procura rebater críticas que se faziam aos coronéis.

Leda Castello Branco vê na compreensão e amor pela terra e sua gente o impulso para o coronel tomá-los como assuntos em suas anotações. Por isso propôs-se a estudar nos escritos a sociedade e a família nas quais viveu Domingos Pacífico e os valores espirituais e morais que ele professava. Sem prejuízo desta abordagem é preciso, também, considerar os registros como tentativa pessoal de sistematização de normas que regulavam as relações entre senhores de terras e seus escravos e agregados. Ainda que escrevesse para si mesmo, como parece ser o caso, o coronel não tratava apenas de sentimentos individuais, mas de questões sociais. Escrevê-las para ele mesmo, talvez, constituísse um meio de objetivá-las, um esforço para entender e enfrentar as contestações políticas ao coronelato. Não seria arriscado afirmar que se assistia no período de atuação deste coronel ao crescimento da contestação do papel dos coronéis na vida política.

Esta codificação tardia dos deveres e direitos dos agregados, elaborada já sob o coronelismo republicano, procurou sistematizar princípios, normas e valores que regiam as

relações entre dependentes e coronéis de uma maneira geral e podem, com vantagem, ser aplicadas na presente pesquisa. Leda Castello Branco as analisa (Costa: 135-7), mas é preciso dar peso à sequência com a qual são apresentadas.

Estão divididas em duas partes. A primeira intitulada *Para os Agregados* relaciona direitos e condições para recebê-los. O sujeito principal destes direitos é o chefe de família. A nomeação posterior de homens casados, solteiros e mulheres constituem especificações para detalhar direitos (e depois deveres) dos membros da família. Estabelece-se, então, o direito de fazer uma roça por ano, os tipos de roças e os critérios para definir suas dimensões; a necessidade de demarcação do terreno pelo proprietário das terras, venda dos produtos pelos preços já fixados por este e a área anual a ser capinada.

A segunda parte intitulada *Deveres dos Agregados* nos interessará mais de perto. Segue sua transcrição.

- 1 – Defender a vida e a propriedade dos proprietários.
- 2 – Plantar fruteiras nos lugares onde moravam.
- 3 – Atender a qualquer chamado, de dia ou de noite.
- 4 – Fazer, mediante pagamento, todo e qualquer serviço: os homens – cortar cana, lambicar, trabalhar em roçados, levantar cercas em qualquer parte, tirar madeiras, fazer viagem a qualquer hora do dia ou da noite, a pé ou a cavalo e p^a qualquer parte. Carrear, pastorear bois, ser servente de official, e se for official, trabalhar no seu officio, quando for preciso. As mulheres: dar um mes em serviços domesticos tais como: varrer casa, servirem de copeiras, cozinheiras, gomadeiras, amas de meninos, lavadeiras, e quaisquer outros serviços. O preço de todos estes serviços será justo antes de serem elles começados. O pagamento será por dia ou por empreitada.
- 5 – Nenhum agregado poderá se ausentar, por mais de 15 dias, sem licença, do contrário perde a morada.
- 6 – Ninguém pode hospedar, sem licença, gente de fora, por mais de uma semana, embora seja parente proximo.
- 7 – Evitar, por todos os meios, que gente de fora cace, pesque, tire palmitos, mel, madeira, ou lancem fogo nas terras ou mattos daqui.
- 8 – É expressamente proibido aos agregados se encarregarem da engorda de animais de fora, seja de que especie for.
- 9 – Todo agregado pode ter cavallos quartões raçoeiros para seus serviços; não podem ter cavallos inteiros prezos.

- 10 – Só podem pescar com licença, mas nunca por meio de venenos.
- 11 – Nas festas que derem, deve haver ordem e respeito, e ellas devem cessar logo que sejam advertidos para isso.
- 12 – Os filhos-família, casando-se – homem ou mulher – deixam de ser agregados, salvo se tiverem autorização para isso.
- 13 – Quando matarem alguma caça, repartir com os donos da terra.
- 14 – Qualquer falta será punida conforme a gravidade, ou não tendo roça durante um ano, ou com a expulsão para fora das terras.

Vê-se que o senhor procurava extrair força, trabalho e produtos do agregado controlando seu tempo, comportamento e relacionamentos. As normas obrigavam à realização de serviços domésticos e outros além do roçado, exigiam a disponibilidade do tempo e da movimentação do agregado, controlavam os relacionamentos com pessoas de fora e o comportamento no interior da propriedade, tornavam obrigação a proteção dos recursos das terras contra terceiros, proibiam o cuidado com recursos de outros, definiam quais os recursos que poderiam possuir ou consumir, não tornavam hereditária a condição de agregado e estabeleciam as punições.

Contudo, deve-se atentar para a primeira e a terceira normas. A primeira refere-se à obrigação de proteger a vida e a propriedade do senhor. O agregado antes de ser um trabalhador no roçado, um executor de diversos serviços, deve colocar sua força e suas capacidades para protegê-lo e tudo o que lhe pertencesse. É sua primeira obrigação. A terceira norma, que exigia a disponibilidade integral de tempo do agregado para o senhor, completava a primeira. A maneira como estão formuladas, num primeiro momento, supõe um senhor sob ameaças ou ataques que o poriam em perigo. Supõe, também, o compromisso individual do agregado. Mas não há especificações de tempo, lugar, situações, formas de mobilização. Do que se depreende que o conjunto dos agregados poderia formar uma força da qual podia dispor o senhor, a qualquer tempo, para assegurar-se e a seus negócios. Esta força é o primeiro valor que representa o agregado.

O senhor tem como uma de suas primeiras preocupações a constituição de uma força que pudesse mobilizar quando julgasse necessário. As biografias de coronéis destacam os vultosos negócios que realizavam. As atividades econômicas de comércio e de indústria os ocupavam o tempo todo, como os coronéis Joaquim Alves e Domingos Pacífico que possuíam imensas extensões de terras para administrar. Mas eles, também, necessitavam desta força armada e, contudo, não há pesquisas sobre este problema que o segmento senhorial

considerava fundamental. Os estudos sobre os coronéis na vida política do país, em especial, do coronelismo na Primeira República, nos esclarecem sobre o aparecimento deste segmento social na Colônia, a importância fundamental que tomaram desde então nas relações políticas, seu domínio, sobretudo, nas regiões rurais, seus interesses e suas lutas contínuas. Mas a constituição dos seus recursos bélicos, um dos fundamentos de sua atuação, não são integrados às análises como elementos fundamentais.

Não há referências a episódios bélicos dos quais teria participado o coronel Domingos Pacífico no trabalho de Leda Castello Branco. Ele não mostrou, inclusive, interesse em participar da vida política para além do seu âmbito mais local. Um comportamento que a autora explica em termos da desilusão com as carências de toda sorte do meio e a omissão dos poderes públicos. O fato é que parece que se manteve à distância da lutas políticas estadual e federal e não há registro de confrontos diretos dele com outros senhores. Contudo, ele procurou abarcar todas as obrigações dos agregados, que se não se aplicaram, efetivamente, em sua vida, serviam, certamente, para o segmento social dos senhores grandes proprietários de terras e chefes de gente subordinada a eles.

CAPÍTULO III

MODO MILITAR DE ATUAÇÃO ARMADA

A constituição deste modo de atuação armada está ligada à formação dos exércitos como instituições armadas permanentes dos estados modernos que se formaram na Europa a partir do século XV, concebidas como um meio de afirmação das monarquias européias e do estabelecimento de hegemonias políticas entre elas nas sucessivas guerras que travaram. Entre os muitos desdobramentos destes fenômenos de longo alcance, o fundamental a reter para os problemas tratados nesta pesquisa é que o caráter permanente da organização das tropas militares possibilitou e passou a demandar aperfeiçoamentos técnicos do armamento, modificações das táticas de organizar, conduzir e por em combate tropas militares e, também, novas preocupações com a qualidade do soldado. Os exércitos começaram a investir no aperfeiçoamento contínuo das capacidades físicas e técnicas dos homens para lutarem, na majoração da força muscular, no desenvolvimento da capacidade de atuação conjunta e coordenada com outros homens.

E o ponto fundamental que diz respeito à constituição dos exércitos modernos são as mudanças tecnológicas das armas de fogo, especialmente, aquelas que se iniciaram no final do século XVII. A criação de armas mais leves permitiu maior possibilidade de movimentação do militar no campo, impulsionando o surgimento de outras formas de atuação em batalha e colocando novas exigências de organização tática das tropas e condições físicas dos homens. Todas essas transformações levaram, durante o século XVIII, à elaboração de novos regulamentos militares para os exércitos regulares.

Portugal não ficou de modo nenhum alheio às mudanças na organização dos outros exércitos europeus, ao contrário, as acompanhou produzindo seus próprios regulamentos. A legislação militar portuguesa organizou não só as tropas no Brasil durante o período colonial, mas foi a base para o exército do país independente permanecendo alguns de seus dispositivos válidos até, pelo menos, o final do século XIX. Os regulamentos do conde de Lippe elaborados entre 1762 e 1775, depois os regulamentos do marechal Beresford entre 1811 e 1820, e depois, ainda, outros regulamentos mais específicos organizaram o Exército brasileiro. Eles definiam toda a estrutura de unidades, órgãos, comandos, postos da tropa. Definiam, também, todas as atividades militares de soldados e oficiais segundo as novas formas de controle do corpo por meio de determinação dos gestos, mínimos que fossem, dos homens e da distribuição espacial deles em diferentes formações de campo. Por isso tornaram

necessários como parte indispensável da preparação dos soldados o treinamento sistemático e a disciplina controladora das minúcias do corpo.

É preciso considerar a organização dos exércitos até meados do século XVIII para se avaliar o impacto das mudanças introduzidas. Sabe-se que já no século XVI as armas brancas foram substituídas como recurso bélico principal das tropas militares pelo poder de fogo dos armamentos de nova tecnologia que se difundiam desde o século anterior.

A tática que empregava mosquetões e arcabuzes consistia em colocar os soldados um ao lado do outro, formá-los em linha à frente do campo adversário para realizar o voleio – fogo simultâneo de uma linha de soldados – e atingir o inimigo por saturação de campo (sem fazer mira); realizar ataque corporal ao término dos voleios; consistia, também, na preocupação dos estrategistas com a força do ataque e cálculos sobre a “massa” que deveria atingir o inimigo; e na valorização da força muscular dos soldados, o que tornava mais importante identificar quais eram os homens mais vigorosos e coloca-los na primeira fila.

Toda esta tática e organização foram modificadas com a introdução do fuzil como arma militar desde o final do século XVII. As características desta arma são a cadência de tiro proporcionada pelo carregamento mais rápido, aumentada, ainda, pelas inovações da vareta de metal e do cartucho; densidade de fogo possibilitada pela maior segurança do mecanismo de disparo; portabilidade, pois constituía arma mais leve dos mosquetões e arcabuzes e permitia melhor movimentação do soldado; manuseabilidade, mais leve e menor, o fuzil era mais facilmente manipulável e permitia tiro de precisão (alvejar o inimigo).

A nova tecnologia mudou a forma de atuação dos soldados em campo, a maneira como deviam lutar e empregar as novas armas que lhes eram fornecidas. Colocou novas exigências aos soldados, eles tinham que ser preparados, treinados, instruídos, sistematicamente, para melhoramento de suas condições físicas e técnicas, os seus corpos tinham que responder a novas ações demandadas nos combates e distribuição em campo para realização de grandes manobras de conjunto. Novas técnicas de preparação dos homens foram desenvolvidas e com elas a maior especialização funcional dos comandos, dando lugar a uma hierarquia mais complexa de postos militares. Modificou-se, também, o que era uma unidade militar, como ela atuava em campo, como se articulava com outras unidades formando agrupamentos maiores. Colocou uma nova realidade nos campos de batalha que surpreendendo os comandos militares impulsionou uma nova geração de estrategistas ao estudo das técnicas militares e a repensar o que conferia superioridade militar em campo, a se perguntar como vencer um inimigo, o que dava vantagem sobre ele.

Duas direções de mudanças foram, portanto, desencadeadas. Nova organização tática com as linhas paralelas de soldados perdendo importância para as colunas de soldados e tendo que compor com elas novas formações de ataque e defesa em campo; novo emprego do corpo nas batalhas e novas formas de controlá-lo para atingir este objetivo. Ernest Labrousse e Roland Mousnier analisaram a primeira direção como parte, mas parte importante, da revolução técnica do século XVIII. Michel Foucault analisou a segunda direção no seu estudo do surgimento de uma nova tecnologia política de controle dos corpos, a disciplina.

Resumidamente, os dois historiadores dos *Annales* apontam que com a nova potência de uma linha de atiradores conferida pelo fuzil o que importava era chegar ao campo de batalha e se preparar antes do inimigo para fazer valer o seu poder de fogo. Era preciso, conseqüentemente, que a tropa se movimentasse mais rapidamente na marcha até o ponto determinado da luta. Surgiram destas necessidades a marcha por coluna e a mudança da coluna para linha para iniciar o combate. Apareceu, então, uma das principais inovações militares modernas, um novo tipo de unidade tática, a Divisão como principal formação em campo, baseada nas mudanças da distribuição espacial dos homens, realizadas por conversões de linhas em colunas e vice-versa, que permitiam maior rapidez nas marchas e nas formações de ataque e defesa. A unidade surgiu entre os franceses para o fim específico de aproximação ao inimigo, mas ela começou a ser empregada em manobras de batalha.

Outra grande mudança tática foi a nova importância conferida aos corpos de infantaria, de soldados a pé. O fuzil confere maior mobilidade e rapidez ao soldado da infantaria e é em torno dela que se organizam os movimentos das outras armas táticas e a condução da guerra. A infantaria extingue até mesmo o antigo corpo de piqueteiros (soldados armados com piques, lanças com pontas de metal) com a introdução da baioneta na ponta do fuzil. Ela passou inclusive a carregar canhões leves, pois a artilharia se tornara lenta relativamente às novas possibilidades da infantaria. Por sua vez, a cavalaria, que não podia enfrentar as linhas de fogo da infantaria, passou a ser coadjuvante nos combates, atacando as tropas inimigas com suas cargas de flanco e só depois das salvas da infantaria.

As novas táticas surgiram das práticas em campo impulsionadas pelo fuzil e que foram assimiladas teórica e oficialmente pelos estrategistas e comandantes como táticas militares dos exércitos. A partir daí começou o desenvolvimento de novas técnicas para aumentar o poder de fogo, sobretudo, da infantaria. Inventou-se o tiro de seringa para aumentar a cadência de tiro; se procedeu à aproximação dos soldados entre eles para aumentar a densidade do fogo. Adotou-se o tiro de caçador, o do soldado que se aproxima mais do inimigo e pode fazer mira para atirar. Este tiro apareceu nas práticas de campo e foi

oficialmente adotado na década de 1770. Os austríacos foram os primeiros a criarem um grupo de atiradores que seguia à frente da primeira linha e fazia um ataque inicial para desorganizar a defesa inimiga. A técnica foi oficializada na França em 1745 por Maurice de Saxe; em 1756 de Broglie criou grupos de caçadores no Exército francês.

O treinamento técnico e físico de soldados era já uma exigência antiga na formação de exércitos, mas a partir do século XVIII, diferentemente do que ocorria até este período, ele se tornou minucioso e sistemático, preparando o corpo do soldado nos mínimos detalhes de sua constituição física e dos movimentos que devia realizar. As novas técnicas desenvolvidas não só introduziram outras maneiras de tornar o soldado apto para a luta, como deram novo peso ao treinamento nos exércitos. Um soldado passava a ser o resultado deste treinamento intenso e contínuo, sem o qual o homem recrutado não se transformava num militar e não se podia organizar uma tropa armada.

Foucault analisou as mudanças no treinamento militar no século XVIII em suas pesquisas sobre o aparecimento das disciplinas como técnicas de controle dos corpos em diferentes instituições e mostrou que foi a inovação técnica do fuzil no equipamento das tropas armadas que impulsionou as mudanças na área militar. O fuzil, como já foi observado acima, era menor e mais leve do que os mosquetes e arcabuzes utilizados desde o século XVI. Mas, além de possuir o mesmo poder de fogo, sua manuseabilidade era muito maior e permitia que o soldado se movimentasse mais no campo de batalha. As novas possibilidades de movimentação levaram a novas formas de emprego do corpo do soldado nos combates, primeiro, espontaneamente, depois como tática organizada e oficializada pelos estrategistas militares.

O corpo militar passa a ser muito mais exigido na guerra e o seu treinamento se tornou indispensável para a aplicação das novas táticas. O manuseio da arma e a coordenação de movimentos conjuntos dos soldados demandaram um corpo que respondesse a comandos até chegar ao automatismo dos gestos. Começava-se por treiná-lo nos mínimos detalhes para assumir a postura considerada correta, treinamento sem o qual os soldados não assumiriam a posição ereta que se exigia deles. O exemplo fornecido por Foucault, retirado de disposições militares francesas de 1764, mostra como era preciso exercitar o corpo do soldado: *...afim de que se habituem, essa posição lhes será dada apoiando-os contra um muro, de maneira que os calcanhares, a batata da perna, os ombros e a cintura encostem nele, assim como as costas das mãos, virando os braços para fora, sem afastá-los do corpo...* (Foucault: 117).

Foucault observa que, além dessas técnicas disciplinares de exercício corporal, outras mais foram desenvolvidas no século XVIII para explorar os novos modos de empregar

os homens em combates. Apareceu uma arte da distribuição dos corpos no espaço que, também, passou a organizar as tropas militares – a reclusão em lugar específico, que deu origem aos quartéis, a localização exata de cada indivíduo no espaço, a vigilância do comportamento das pessoas, de sua circulação e da circulação das coisas, a separação num espaço celular. A divisão do espaço e distribuição nele de funções para fazer exames, verificações, observações, registros a partir dos quais se comparavam, se classificavam e calculavam não apenas os corpos, *grosso modo*, mas suas forças e capacidades. O enfileiramento, ou mais exatamente, a determinação do lugar do indivíduo como o resultado do cruzamento de fileiras, não para fixá-lo numa posição, mas para fazê-lo circular numa rede de relações. Tomadas em seu conjunto as técnicas disciplinares levaram à criação do *quadro* como um instrumento geral que permitia aplicá-las efetivamente nas mais diferentes áreas: produção econômica, pedagogia, estratégia militar etc.

O treinamento e disciplina sistemáticos do soldado como componentes fundamentais de um modo militar de atuação armada aparecem com a formação do exército moderno e passam a constituir objeto de regulamentações militares, muitas vezes, extensas, dada as minúcias de gestos e movimentos que se procuravam controlar. Essas regulamentações foram adotadas em Portugal e, por esta via, chegaram ao Brasil e constituíram o conjunto de normas, regras, princípios que orientavam os comandos militares para formação e condução das tropas do país.

Regulamentos Militares Portugueses de Lippe e Beresford

A organização moderna do Exército português foi realizada por dois oficiais militares ingleses. Na década de 1760 pelo conde de Lippe e, entre 1809 e 1820, pelo marechal Beresford.

Guilherme de Schaumburg-Lippe, conde reinante do estado de Schaumburg-Lippe do Sacro Império Romano-Germânico, major-general das tropas prussianas e comandante da artilharia dos exércitos aliados com a Prússia durante a Guerra dos Sete Anos, próximo do final deste conflito, em 1762, foi enviado a Portugal quando o marquês de Pombal solicitou auxílio da Inglaterra para reorganizar o Exército português na iminência de um conflito com Espanha e França. Formado nas doutrinas militares modernas de meados do século XVIII e como marechal-general das tropas em Portugal, trouxe para o Exército português as formações táticas e as técnicas de preparação de soldados que surgiram com a difusão do fuzil como arma regulamentar das tropas militares.

Elaborou seus regulamentos para os corpos portugueses entre 1762 e 1767, nas duas vezes que atuou no país. Os seus regulamentos foram adotados pelas tropas no Brasil a partir deste último ano e publicados nos dois países ao longo dos anos, ainda bem depois de sua morte em 1777. Era, também, considerado um teórico, escrevendo sobre temas militares gerais, constando ainda entre seus trabalhos uma *Memória sobre a Campanha de 1762* e manuscritos de estudos sobre a organização do Exército português elaborados entre 1771 e 1775.

Em 1762 publicou *Instrucções Geraes relativas a varias partes do serviço diário*, reeditadas em 1782, 1794 e, no Brasil, em 1817; e o *Regimento para o exercício e disciplina dos Regimentos de Cavallaria*, republicados em 1763, 1764, 1788, 1794 e 1798. Em 1763 publicou o *Regulamento para Infantaria*, reeditado em 1794. Em 1767 desenvolveu um novo método para infantaria e cavalaria combaterem juntas em campo e elaborou mais uma obra para a infantaria com orientações específicas para suas manobras nas *Direcções para os Officiaes commandantes dirigirem os grandes movimentos de tropas*. Ainda neste ano publicou diretivas para a atuação dos inspetores de tropas. As suas *Meditações*, publicadas desde a primeira vez como complementos dos Regulamentos, em 1782 apareceram autonomamente, mas continuaram integrando outras obras em 1789 e 1794.

No Brasil os regulamentos do conde de Lippe tiveram uma longa vigência. Uma provisão militar de 11 de outubro de 1843 estendia os regulamentos de infantaria e artilharia de 1763 a todas as armas. De todas as normas, regras, instruções, orientações e ordens que fixou nos regulamentos, o conjunto de artigos que definiam punições para as faltas cometidas pelos soldados, que eram parte dos regulamentos, os conhecidos *Códigos de Guerra*, foram dos que tiveram mais longa vigência legal. Ganhando autonomia em relação ao corpo de regulamentos aos quais pertenciam originalmente, atravessaram todo o Império – ainda que em meados do século XIX fossem considerados sobrevivências de um passado violento – e só oficialmente abolidos no início do século XX.

Em 1809 Portugal recorreu novamente à Inglaterra para auxiliá-lo num conflito armado, desta vez para lutar contra a França que o havia invadido. A fim de repelir a invasão francesa, como o confronto é conhecido no Brasil, ou comandar as tropas portuguesas na Guerra Peninsular, como é conhecida em Portugal, foi nomeado general comandante do Exército português o brigadeiro inglês William Carr Beresford, marquês de Campo Maior a partir de 1812 e marechal-general em 1816. Entre 1809 e 1820, quando de seu retorno à Inglaterra após a Revolução Liberal do Porto, Beresford reorganizou o Exército português produzindo uma nova regulamentação que alcançou, também, as tropas no Brasil.

Todas as suas ordens do dia foram publicadas regularmente em compilações anuais desde o primeiro ano de comando. Beresford produziu, depois do conde de Lippe, o segundo conjunto de regulamentos militares que organizou o Exército português e seus corpos na colônia americana, mais tarde, Reino Unido. Entre 1809 e 1811 ele publicou regulamentos para cavalaria, infantaria e caçadores (estes também chamados infantaria leve). Neste período elaborou, ainda, um *Guia* para oficiais em campanha, as *Máximas de Guerra relativas aos campos e aos sítios* e comentários sobre a organização do Exército português publicados em inglês com o título *Observations on the present state of the portuguese army*. Em 1815 e 1816 os regulamentos de infantaria e cavalaria voltaram a ser publicados, além de um *Regulamento para a organização do Exército de Portugal* neste último ano. No Rio de Janeiro o regulamento de infantaria seria publicado, ainda, em 1820 e o de cavalaria em 1852.

Esses dois conjuntos de regulamentos foram parcialmente substituídos no Exército brasileiro apenas na reforma militar de 1850. O decreto 705 de cinco de outubro regularizou as instruções militares que o Exército deveria seguir nas manobras e nos exercícios. Ainda desta vez o regulamento de Beresford de 1816 para a cavalaria foi mantido, mas para a infantaria passou a vigorar o sistema criado em 1827 pelo marechal português Bernardo Antonio Zagalo. Vale observar que as instruções da artilharia, que não são analisadas neste trabalho, também, mudaram e passaram a ser as seguintes: Instruções organizadas pela Comissão Prática de Artilharia para as bocas de fogo montadas em reparos à Onofre, Instruções do marechal de campo João Carlos Pardal para a Artilharia montada e as Instruções da Guarda Real Francesa para as baterias de campanha.

Esta reforma não foi muito satisfatória, pois poucos anos depois, quando Caxias assumiu o Ministério da Guerra em 1855, ele criticou genericamente as instruções e regulamentos em vigor como antiquados e buscou uma melhor sistematização. Naquele momento procurou implantar ordenanças militares vigentes em Portugal. Os regulamentos continuaram a se modificar na segunda metade do século XIX, principalmente sob o influxo de mudanças importantes como a Guerra do Paraguai e a instauração da República. No entanto, já se trata aí de um período no qual surge um novo padrão tecnológico de armas de fogo – o fuzil de pederneira de antecarga foi paulatinamente substituído pelos fuzis de retrocarga a percussão – que deram novo poder bélico às tropas armadas e que exigem a elaboração de novas análises.

O que é necessário para o momento é indicar como os regulamentos do conde de Lippe e do marechal Beresford estabeleceram o contorno geral do modo de atuação militar que organizou o Exército brasileiro. Para tanto são suficientes as *Instruções gerais do serviço*

diário para o Exército do conde de Lippe de 1762 e o *Regulamento de cavalaria* do marechal Beresford de 1816.

Modo Militar de Atuação Armada no Exército Brasileiro

Os regulamentos militares foram os principais instrumentos para sistematizar e garantir a implantação do modo de atuação militar. Os regulamentos baixados pelo conde de Lippe e, mais tarde, pelo marechal Beresford eram extensos e minuciosos. Procuravam definir e controlar nos menores detalhes os mais diversos aspectos da vida militar. Primeiramente, as diversas formações da tropa em campo e todas as ações que os soldados deveriam realizar, estabelecendo rigorosamente toda a sequência de movimentos para executar as manobras e os gestos necessários para a realização de cada movimento, incluindo o manejo da arma implicado nele. Eles traziam *Escolas*, o conjunto de instruções para execução de manobras, que deveriam ser observadas e exercitadas pelos soldados.

Mas determinavam até em seus menores componentes os recursos materiais dos soldados, os seus uniformes, os equipamentos e cuidados com os animais para a cavalaria, regulavam o uso dos mesmos, estabeleciam as atividades e obrigações de soldados e oficiais, especificando-as para cada posto militar e especialização funcional, do mais baixo até o comandante, contemplando o respeito à hierarquia estabelecida entre eles, mandavam observar os cuidados com a saúde, regulavam os aspectos administrativos da tropa como a definição de carreira militar, a realização dos pagamentos e avançavam para a vida religiosa.

O problema principal a ser abordado, a necessidade de treinamento físico e técnico sistemático do soldado estabelecida nos regulamentos militares, exigirá o estudo de diversos aspectos da vida militar que estes contemplavam, como o uso do uniforme ou os cuidados com a saúde, por exemplo, por meio dos quais o corpo e suas capacidades físicas eram acionados. Contudo, a análise desenvolvida sobre as atividades propriamente bélicas, isto é, as formações da tropa em campo e o manejo das armas, permitem abordar os principais elementos do treinamento previsto para os soldados.

Trata-se de analisar, primeiramente, a distribuição espacial da tropa baseada na definição do lugar que cada homem ocupava no conjunto. Cada soldado tinha sua posição específica precisamente determinada. As mudanças de formação da tropa que deveriam realizar mantendo o rigor da ocupação dos lugares previamente definidos, exigiam a prescrição minuciosa dos muitos movimentos a executar. Veja-se o regulamento de Beresford para a cavalaria. Nele se definiam diversas formaturas e manobras possíveis. Era preciso aprender formaturas para abrir fileiras, unir fileiras, para o esquadrão rodar, coluna aberta,

contramarcha do esquadrão, marcha em linha, mudança de posição sobre a esquerda retirando a direita, regimento atacando em coluna pelo centro, regimento formado em linha de divisões depois de ter passado um desfiladeiro, entre outros movimentos prescritos em setenta seções.

É preciso analisar, também, o manejo do fuzil na infantaria e da espada na cavalaria, que exigiam dos soldados aprender todos os movimentos da maneira como previamente definidos.

A distribuição espacial de soldados, oficiais e oficial comandante era precisamente determinada, ligada à especialização funcional de cada categoria. Na infantaria de Lippe na primeira fileira se postava o porta-bandeira da companhia do coronel, na terceira fileira outro porta-bandeira. Ao lado de cada fileira um sargento com um soldado portamachado ao seu lado. O sargento da direita se colocava a três filas abaixo das bandeiras e um dos oficiais inferiores do quarto pelotão a três filas acima das bandeiras. Oficiais e oficiais inferiores, à medida que o batalhão se preparava para fazer fogo se postavam atrás dele para evitar confusão e, principalmente, que os soldados debandassem matando-os de imediato se fosse o caso. Os oficiais se postavam, também, nos lados e na frente da tropa, de toda forma sempre em posição de destaque, afastados alguns passos dos agrupamentos, para garantia de que fossem vistos por todos os soldados e fosse obedecida a sequência de ordens dadas segundo a hierarquia de comando:

...Os Porta-bandeiras se metterão no Batalhão: a bandeira da Companhia do Coronel na primeira fileira e a outra na terceira; ao lado de cada uma dessas Bandeiras se porá hum Sargento, e junto de cada Sargento hum Porta-machado; o Sargento do lado direito se postará a três filas por baixo, e hum dos Officiaes inferiores, que estão detrás do quarto pelotão, a três filas por cima das Bandeiras... Os Officiaes, que houverem de mandar os Pelotões, se metterão nos intervallos, em que estavam os Officiaes inferiores, os quaes se devem enfileirar detrás dos Pelotões com os outros; o resto dos Officiaes passarão pelos mesmos intervallos, e se postarão detrás do Batalhão em huma fileira, a quatro passos de distancia da fileira dos Officiaes inferiores (Cap. IV, arts. 7-8).

Mais tarde, para um esquadrão de cavalaria Beresford determinava procedimentos semelhantes. O comandante do esquadrão se posicionava com seus oficiais à frente dos soldados e os organizava:

O Commandante do Esquadrão completará as filas, nomeará os Officiaes, para os seus respectivos lugares no Esquadrão a saber, hum para cada flanco da primeira fila, coberto por hum Official Inferior, ou Cabos; e fará postar os Officiaes supernumerarios na retaguarda da segunda fileira, em distancia do comprimento de dous cavallos (Seção III, art. 2º)

Os oficiais supernumerários (ou supranumerários em outros documentos) eram excedentes transferidos de outras unidades. Em seguida à primeira movimentação o comandante se postava e a seus oficiais. Ele mesmo à distância de um corpo de cavalo à frente do porta-estandarte dispunha um oficial em cada lado da primeira fileira e junto dele um cabo. Havia três sargentos que se postariam nas divisões (unidades nas quais se dividia um esquadrão), *hum na direita de cada Divisão, excepto na da direita, sendo cada hum delles coberto por hum cabo*. E assim continuava a distribuição dos demais oficiais e inferiores.

Os movimentos para mudanças de uma formação a outra eram exatamente determinados, se regulando seu sentido e extensão a ser percorrida. Na infantaria para a tropa completar sua formação inicial era preciso realizar movimentos laterais de pelotões e unir fileiras de homens:

Os Granadeiros, e os quatro pelotões da direita darão tres passos largos para a sua direita; os quatro pelotões da esquerda tres passos largos para a esquerda; a segunda, e a terceira fileira se unirão apressadamente com a primeira (Cap. IV, art. 7)

Na cavalaria os esquadrões podiam ser organizados em fileiras:

Estando o Esquadrão formado com fileiras unidas; o Commandante respectivo dará a voz – Abrir Fileiras – A esta voz o Official Inferior do flanco por onde o Esquadrão perfila, sahirá logo para marcar na retaguarda huma distancia igual á terça parte de sua frente; e á voz – Marcha – a fileira recuará a distancia assignalada. O Estandarte, e os Officiaes sahirão rapidamente para a frente, a distancia de hum cavallo, dividindo entre si a frente do Esquadrão por modo tal, que fiquem em iguais distancias huns dos outros. O Commandante do Esquadrão se postará em frente do Estandarte, na distancia de hum Cavallo; e os Clarins á direita da primeira fileira. Os Ferradores, &c., ficarão na retaguarda (Seção IV, art. 1º).

Vê-se que os movimentos devem ser realizados não só com precisão, mas coordenados entre si. O soldado era obrigado a aprender a executar seus movimentos observando a sua articulação com os companheiros ao seu lado ou com os grupos mais distantes, conforme a atividade requerida. No exercício de fogo da infantaria (Capítulo V) a articulação de oito pelotões que formavam uma linha para tiro obedecia à seguinte sequência, que se desenvolvia das extremidades, alternadamente, para o centro: 1º, 8º, 2º, 7º, 3º, 6º, 4º e, por último, o 5º pelotão. Mas a articulação era mais precisa, pois enquanto um pelotão atirava os outros cumpriam etapas de preparação para fazer fogo. Quando o primeiro pelotão apontava a arma, o oitavo se preparava e o segundo fazia atenção à ordem de seu oficial dada com a palavra *Pelotão*. Quando, então, o primeiro pelotão atirava, o oitavo apontava, o segundo se preparava e o sétimo fazia atenção à ordem. A sequência prosseguia até que todos os pelotões tivessem atirado.

A regulamentação continuava até o detalhamento dos posicionamentos da arma junto ao corpo, das maneiras de segurá-la, da posição específica dos dedos na arma. O capítulo VII do regulamento de Lippe sobre o manejo das armas descreve todos os movimentos, organizados em *tempos*, que comportava cada uma das trinta e sete ações que os soldados deviam realizar com os fuzis. Era necessário que soubessem como, por exemplo, juntar a mão direita à espingarda, apontar, por o cão (dispositivo para percutir e produzir faísca sobre a pólvora) no descanso, fechar a caçoleta (depósito para a pólvora), meter o cartucho na espingarda, tirar a vareta, pegar nas armas etc.

Veja-se a ação de preparar a arma, que devia ser realizada em dois tempos (tempo era um conjunto de ações simultâneas):

No primeiro volta-se a coronha para fora, pondo o dedão pollegar da mão direita sobre o cão; o primeiro dedo sobre o gatilho e os outros três detrás do guarda-mato [haste curvada que protege o gatilho], e se levantará o cotovelo direito.

No segundo se armará, abaixando vivamente o cotovelo, tendo sempre o dedão pollegar sobre o cão, e o primeiro dedo da mão direita sobre o gatilho (Cap. VII, § III).

Mas não só uma ação minuciosamente prescrita deveria ser executada como toda a sequência de ações. Tendo a arma preparada, se devia apontá-la, o que constituía um tempo, mas que demandava, na verdade, três movimentos:

Leva-se vivamente o calcanhar esquerdo para trás do direito; o couce da espingarda á espadua direita; abaixa-se hum pouco a boca da espingarda, e assim se tem direita diante de si (Cap. VII, § IV).

Aí sim se fazia fogo puxando o gatilho. Em seguida se abaixa a arma para o lado direito apoiando-a firmemente contra o corpo na horizontal, com a mão direita no cão.

A cavalaria tinha instruções para manejar a pistola e a clavina, esta uma arma de fogo de cano longo, mas menor do que o fuzil da infantaria. Contudo, a principal arma dos cavaleiros era a espada. A cavalaria de Beresford, mais de cinquenta anos depois do que Lippe prescreveu para as armas de fogo da infantaria, seguia o mesmo padrão de detalhamento. O manejo da espada faz parte da primeira escola, Lição X. Havia três ações no manejo, a saber: tirar espadas, descansar espadas e embainhar espadas. Será suficiente ver-se a primeira, que se desenvolvia em três tempos:

1º. Á voz – Espadas – os Soldados voltarão os olhos para o punho da espada, levando com muita ligeireza ao travez do corpo a mão direita ao fiador, por cima da espada; pondo o fiador no pulso, e dando com a mão duas voltas para a banda de dentro, para que elle fique seguro. Pegarão ao mesmo tempo no punho, voltando as costas para traz; e nesta posição esperarão pelo segundo movimento, o qual se executará pelo signal, que dever estar na direita.

Toda a sequência de movimentos era definida, à voz de comando *Espadas*, que significava o soldado levar a mão ao punho da espada para segurá-la, os movimentos começavam pelos olhos que deveriam se voltar para o punho da espada. Os movimentos seguintes eram da mão direita. O soldado levava a mão até o fiador (cordão) preso ao punho da arma, o colocava no pulso e o prendia à mão girando-a duas vezes para o lado do corpo. Este conjunto se encerrava com a mão sobre o punho da arma.

No segundo conjunto de movimentos tirava a espada da bainha e a deixava estendida à frente à altura do queixo. Assim, à voz de *Tirar Espadas* o soldado a puxava para cima, mas ao mesmo tempo, voltando a mão para baixo a trazia para a altura do queixo, com as costas da mão ficando para fora e a espada parando perpendicularmente. O último conjunto trazia a espada na mesma posição horizontal para a altura da mão esquerda que segurava a rédea do cavalo. O soldado, então, baixava a mão pondo o cotovelo unido ao corpo e com o pulso levemente curvado para tirar a espada da direção da orelha direita do cavalo.

Detalhava-se toda a sequência de movimentos e a execução precisa de cada um deles. Mas, ainda, se especificava o modo como as ações deviam ser realizadas e os movimentos desenvolvidos. Não bastava saber toda a sequência dos movimentos prescritos, era necessário saber como executá-los. Lippe fez uma recomendação enfática no seu regulamento para infantaria (artigo 09) quanto à coordenação de movimentos, exigindo atenção para que fossem realizados com vivacidade e sem confusão. Observações dessa natureza eram freqüentes. Na formação para atirar *os três Tambores da segunda Divisão correrão a metter-se em fileira de trás dos Tambores do lado direito e a segunda, e a terceira fileira se unirão apressadamente com a primeira*. É Beresford que fez observação em parágrafo específico sobre a rapidez: *As conversões, desfilamentos, formaturas, e geralmente toda a qualidade de movimentos, manobras, mudanças de posição de qualquer Corpo, deverão executar-se com rapidez...* (Seção V, art. 3º), complementando apenas que nas marchas longas os movimentos desnecessários e violentos deveriam ser evitados. Na ação de preparar a arma na infantaria (Cap. VII), no segundo tempo da ação *se armará, abaixando vivamente o cotovelo...*; em outro movimento *leva-se vivamente o calcanhar esquerdo para trás do direito*. Após atirar com a arma o soldado abaixava-a, mas a mantinha *firme contra o corpo*. No movimento de pegar sua espada o cavaleiro *levando com muita ligeireza ao travez do corpo a mão direita ao fiador, por cima da espada* (Lição X, Tirar Espadas).

Aprendendo os movimentos de sua arma e os modos de executá-los o soldado chegaria ao ponto ótimo de atuação, a resposta imediata a uma ordem dada. Beresford se referindo a uma das principais manobras do exército moderno, a conversão de coluna para linha, afirmava:

Sempre que os Officiaes forem bem instruídos em todos os seus deveres, qualquer columnna de Cavallaria, por mais considerável que seja, poderá depois de ter mudado de direcção, entrar em hum dado alinhamento a trote largo, fazer alto, formar em linha, avançar, e atacar sem mais demora entre cada voz, do que a de hum momento (Seção XV).

Todas essas determinações dos dois regulamentos examinados mostram que as prescrições gerais para a tática e organização do exército moderno foram adotadas no Brasil. O Exército brasileiro, e antes dele o Exército português em sua colônia americana, se balizavam pelos exércitos dos estados europeus e procuravam acompanhar as transformações pelas quais estes estavam passando desde meados do século XVIII. O Exército brasileiro

estava afinado, quanto à regulamentação oficial, com os exércitos europeus, seus comandos estavam atualizados com o que se passava com as tropas nos centros militares considerados mais avançados.

Este modo militar de atuação armada não foi de forma alguma uma ficção no Império brasileiro. Uma parte, ao menos, dos oficiais era formada aprendendo nele o que era uma tropa e as unidades táticas que ele criara. A hierarquia de postos, o ensino militar em academias, estavam implantados e eram vivenciados, ainda que quase exclusivamente, por oficiais, especialmente, oficiais superiores e cadetes, isto é, por aqueles postos da carreira militar dominados por famílias dos segmentos sociais de alta renda. A questão que se coloca é que este modo de atuação armada, criado para os exércitos, não penetrava o grosso da tropa do Exército brasileiro, permanecendo distante das práticas efetivas desenvolvidas pelos soldados. Por isto, quando se quer analisar a atuação efetiva das tropas brasileiras, na qual o modo militar constituiu uma pequena parte, é preciso considerar o que se denomina nesta pesquisa de modo dependente de atuação militar. O Exército brasileiro se organizava e operava concretamente a partir de outro modo de atuação armada, o senhorial. É ele que faz o Exército funcionar, mas funcionar com os procedimentos desenvolvidos pelos homens, principalmente os senhores, na sociedade armada. É este modo de atuação militar, de certa forma, híbrido, que se deve agora analisar no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

MODO MILITAR DEPENDENTE DE ATUAÇÃO ARMADA

Este capítulo trata da prevalência do modo senhorial de atuação armada sobre o modo militar no Exército brasileiro. A organização das tropas armadas e a atuação dos soldados no período estudado pouco seguiam as diretivas dos regulamentos militares e se estabeleciam muito mais a partir das práticas desenvolvidas pelos homens na sociedade armada. É esta situação, a apropriação pela tropa militar do estado das práticas desenvolvidas pelos senhores para conduzirem seus homens em ações armadas, que permite entender um exército que manda para a luta homens com armas de baixa qualidade e, muitas vezes, desuniformizados, que não os treina ou treina muito pouco e que os castiga com violência.

A análise das práticas de fornecimento de armas e uniformes e das práticas de recrutamento, treinamento e disciplina dos soldados deve mostrar como, em meio à desorganização e fraqueza do Exército, claramente apontadas pela historiografia, se constituíam comandos militares, se formavam tropas e se as mandava para a luta. É preciso ver na persistente falta de recursos o que se fazia efetivamente para um exército operar, para se colocar tropas em campo. Obrigado a atuar contra movimentos armados internos no país ou contra os países vizinhos, o Exército brasileiro encontrava o caminho para sua organização valorizando a força muscular do soldado, do mesmo modo como nos grupos armados senhoriais, e não suas habilidades físicas como se exigia nos regulamentos militares; aproveitando-se do conhecimento de armas de fogo que os homens já traziam da vida familiar e comunitária que tinham antes do recrutamento, o que marginalizava a instrução técnica e o treinamento militar; e aplicando uma disciplina baseada, sobretudo, nos castigos físicos, mantidos oficialmente nos regulamentos militares, mas que eram, também, punição corporal que os senhores aplicavam aos seus subordinados.

O Exército se organizava e se punha em movimento para as campanhas militares, mas não o fazia apoiando-se na própria regulamentação. Os comandantes buscavam nos senhores, nas famílias, nos homens em geral os recursos para compor suas tropas, não só integrando-os às fileiras ou fazendo junção de tropas milicianas e voluntários civis com tropas de 1ª linha para compor suas forças militares, mas também, e é o que principalmente se procura apontar nesta pesquisa, assimilando no interior do Exército os procedimentos, as maneiras, os modos desenvolvidos pelos senhores de mobilizar homens para lutar.

O que se verificava no Exército brasileiro era a situação conflituosa de dois modos de atuação militar na mesma instituição armada. Ela se instaurou desde, pelo menos, meados do século XVIII. Viu-se que o modo senhorial se formou no Brasil desde os inícios da colonização e que o modo militar se estruturou nos moldes modernos em Portugal a partir da década de 1760, com suas exigências próprias de preparação dos soldados, numa regulamentação que logo alcançou as tropas brasileiras. Já, então, a legislação militar era elaborada regularmente, mas havia um persistente hiato entre o conjunto de prescrições oficiais e as práticas dos soldados. As guerras externas ou as lutas internas, de um modo geral, acirravam no Exército as diferenças entre os dois modos de atuação armada, mas a situação tensa que se criava foi mais acentuada com a eclosão da Guerra do Paraguai. O aumento exponencial da demanda do Exército por recursos para enfrentar um inimigo muito forte colocou, também, na ordem do dia a capacidade da tropa para fazer frente a um conflito externo de envergadura muito maior do que os anteriores dos quais o Brasil havia participado.

O Exército precisava se organizar e a sua dependência dos senhores foi sentida pela oficialidade militar como obstáculo a esta organização. A Guerra da Tríplice Aliança e os anos precedentes a ela constituem um período fundamental para análise do problema formulado. Tratando-se, em primeiro lugar, do problema de apreender práticas efetivas, memorialistas que atuaram no conflito constituem fontes importantes para este trabalho. O cadete Dionísio Cerqueira, os tenentes José Luiz Rodrigues da Silva, José Francisco Paes Barreto deixaram, segundo suas impressões pessoais e interesses, registros das lembranças do que viram e ouviram nos combates, nas marchas, nos acampamentos da guerra que lutaram. Ou, como Benjamin Constant em suas cartas, comentaram e procuraram analisar as coisas, ao mesmo tempo, que participavam delas. As práticas da tropa aparecem, também, nos relatórios do Ministério da Guerra, sob o filtro da preocupação de dar conta à nação, isto é, aos deputados e senadores na Assembleia Geral, do que acontecia no campo de operações de guerra e a atuação do Governo central na condução militar do conflito. Informações, registros e comentários nos quais não se deve buscar a objetividade na descrição de situações, fatos, pessoas, ações, embora tragam informações valiosas, mas a acuidade para salientar o que, à época, significava problema que demandava solução.

Valorização da Força Muscular

A força muscular do soldado é um elemento sempre requisitado para a formação de exércitos. Indicação clara disso é o fato de que no recrutamento para a formação de tropas se empregam, para além de critérios de nacionalidade, estado civil e outros, critérios de

gênero, sempre priorizando homens em relação a mulheres, critérios de idade, buscando-se homens jovens ou adultos e só em casos de extrema necessidade crianças e velhos. A força do homem é uma capacidade física sempre observada nos exércitos. No entanto, se deve, primeiramente, considerar que a importância que se confere a ela em relação a outras capacidades físicas pode mudar nas táticas militares. Ela deixou de constituir o elemento físico mais importante buscado nos soldados com o surgimento dos exércitos modernos na Europa no último quarto do século XVIII. Viu-se como a adoção do fuzil como arma regulamentar das tropas, introduzindo arma de fogo portátil mais leve e manejável do que os mosquetes, criou novas possibilidades de movimentação dos soldados no campo de batalha e deu maior relevância às suas habilidades físicas – rapidez na execução de movimentos, flexibilidade para abaixar e levantar o corpo, velocidade ao correr etc. – tornando-as tão ou mais importantes que sua força muscular.

Cumprir observar que as mudanças nas formas de apropriação das capacidades físicas do corpo humano ligadas às inovações tecnológicas ocorreram não só em atividades militares, mas na vida social de um modo geral, em especial, no aumento da eficiência nas atividades do trabalho produtivo. O historiador Aanson Rabinbach, estudando os efeitos da Revolução Industrial, principalmente na segunda metade do século XIX, argumenta que as realizações tecnológicas que permitiram o controle de formas de energia e incrementaram exponencialmente a produtividade das máquinas, sobretudo, aquelas empregadas na produção industrial, tiveram um grande impacto no conhecimento científico, no pensamento social e político e no desenvolvimento de práticas de intervenção no corpo humano que procuravam o seu melhoramento físico. A partir da metáfora do *human motor*, que concebe o corpo humano como um caso particular do processo universal de conversão de energia em trabalho mecânico, a máquina e seu funcionamento se constituíram na base sobre a qual se criaram noções, conceitos, hipóteses e teorias científicas que tornaram o corpo um objeto a se conhecer e manipular. Desta forma, desenvolveu-se a ideia de que se era possível aperfeiçoar uma máquina para aumentar sua capacidade de realizar trabalho, era possível fazer o mesmo com o corpo humano. Ele era passível de intervenção racional-científica para potencializar suas capacidades físicas e mentais e se podia torná-lo objeto de cálculo e medição por meio de técnicas e experimentos desenvolvidos e aplicados em laboratórios. Era possível vencer obstáculos, como a fadiga, que o corpo podia oferecer à execução de atividades de trabalho. Este propósito levou não só a estudos técnico-científicos sobre fisiologia dos movimentos corporais, “fadiga mental”, dieta e nutrição dos trabalhadores industriais, como a debates sobre a importância da fadiga nos acidentes de trabalho, à preocupação de higienistas sociais

com as causas do rendimento dos trabalhadores em cada tipo de ocupação profissional e a propostas de líderes reformistas para a redução das horas de trabalho como uma necessidade fisiológica (Rabinbach: 1-23).

O corpo humano, tornado uma máquina que podia ser aperfeiçoada, abrangia, certamente, o corpo de soldados, na medida em que este podia ser alvo de técnicas de melhoramentos no desempenho de ações militares. Seja em razão das mudanças tecnológicas no âmbito mais geral dos equipamentos para a produção industrial, seja em razão das inovações no âmbito mais restrito do armamento militar, o que se observa é que as exigências quanto às capacidades físicas dos soldados e a relação entre elas mudam historicamente. Assim, encontramos os exércitos no século XIX desenvolvendo e aplicando a tática militar na articulação de suas tradicionais armas, artilharia, cavalaria e infantaria pesada. Mas empregando, também, a mais nova entre elas, a infantaria leve ou ligeira, na qual a força muscular já não era o principal requisito. Os seus soldados eram denominados caçadores porque usavam armas mais leves para aproximar-se mais do que as outras do inimigo e fazer mira para um tiro certo – como faziam os caçadores para abater um animal. Deve-se, portanto, atentar sempre para o lugar que tem a força física nas mudanças históricas das táticas militares. O Exército brasileiro no século XIX se encontra, como os outros exércitos americanos e europeus, organizado segundo os preceitos modernos, contando com a habilidade de tiro dos caçadores da infantaria leve.

No plano geral da tática moderna, a força muscular não era a única e, em corpos específicos como a infantaria leve, nem a principal capacidade física requerida dos soldados. Além disso, se deve considerar nas práticas do Exército brasileiro o problema do recrutamento de homens sem condições físicas para a atividade militar. Não que a força do homem não constituísse um objeto de atenção por parte das autoridades militares. Os regulamentos e os comandos encarregados de aplicá-los e fazê-los respeitar tinham tacitamente a força muscular do soldado como uma exigência a ser atendida. Quando se deparavam com situações nas quais julgavam ocorrer abusos com a admissão de homens que não preenchiam este requisito, procuravam contê-los expedindo regulamentação complementar.

Contudo, a entrada de homens sem condições físicas para atividades militares no Exército não se devia apenas a abusos eventuais das normas estabelecidas. O que se verificavam eram práticas recorrentes que permitiam o ingresso de homens sem as condições requeridas. Em 1814, portanto, em período bem anterior ao abordado nesta pesquisa, o marechal Beresford, preocupado com a admissão de jovens filhos de oficiais como cadetes

sem que se observasse a *robustez* deles deu ordem para que não se considerasse no ingresso a um posto do Exército apenas o critério da filiação dos candidatos, mas também os de compleição física. Direitos e privilégios estabelecidos na legislação possibilitavam a eles o ingresso ao Exército sem instrução militar prévia e o atendimento a requisitos de capacidade física.

Além disso, era comum o recrutamento militar de jovens de menos de dezoito anos, o que pressupunha a entrada de uma pessoa que não havia alcançado o desenvolvimento físico suficiente para atividades militares. Em princípio a Guerra do Paraguai não alterou regulamentos que excluía menores do Exército. Em relatório de 01 de janeiro de 1865, anexo ao relatório do Ministério da Guerra de 1864, o comandante interino da Escola Militar, tenente-coronel Francisco Gomes de Freitas, informando que seguindo as ordens do Ministério enviadas por ofício de 22 de dezembro de 1864, mandou recolher aos corpos os praças que estavam estudando, com exceção dos menores de idade. Procederam da mesma maneira os ministros Angelo Muniz da Silva Ferraz em 1866 e João Lustosa da Cunha Paranaguá em 1867, argumentando que os jovens de “tenra idade” permaneceram na Escola Preparatória da Corte, pois não haviam atingido, ainda, as condições físicas necessárias para suportarem as fadigas e privações de uma campanha militar.

Contudo, a prática ocorreu com frequência durante a Guerra do Paraguai dada a preocupação com a complementação de efetivos. A apresentação voluntária e aceita de jovens de dezessete anos aumentou neste período. Dionísio Cerqueira, José Luiz Rodrigues da Silva, José Francisco Paes Barreto, soldados e memorialistas desta guerra, entraram com esta idade.

O problema de homens sem condições físicas nas tropas se verificava mesmo em períodos de paz e se estendia à admissão de homens doentes, velhos e inválidos. O relatório do Ministério da Guerra de 1856 exigia mais rigor nos exames médicos a fim de se coibir tais admissões. Em 1867 a exigência é reforçada durante a Guerra do Paraguai, pois os senhores apresentavam escravos velhos e doentes como substitutos, uma possibilidade legal que manipulavam para escapar ao recrutamento. O ingresso de pessoas sem condições físicas ocorreu com tal frequência durante a guerra que o médico da esquadra brasileira, Carlos Frederico Azevedo, atribuiu à entrada de homens muito jovens ou velhos no exército em operações o aumento da incidência de enfermidades no contingente por trazer para as tropas pessoas fisicamente mais suscetíveis a contrair doenças (Azevedo: 15).

Esses casos apontam para o fato de que homens sem condições físicas ingressavam no Exército quando o recrutamento atendia a interesses localizados – senhores querendo escapar à guerra, recrutadores obtendo vantagens desta situação, menores atraídos

pela carreira militar ou pela participação na guerra, urgência para aumentar os efetivos, prerrogativas dos oficiais e seus filhos para ingresso na carreira militar.

A pressão exercida pelas guerras podia levar ao recrutamento mais amplo de homens trazendo para as fileiras uma quantidade maior de soldados fisicamente despreparados para as atividades militares. Dionísio Cerqueira sofreu com sua falta de condições físicas para as longas marchas que já no início de seu engajamento ele foi obrigado a fazer. Ele narra que chegou muito cansado da marcha do ponto de desembarque do navio que transportou seu batalhão até a localidade de Cerro, na cidade de Montevideu. O motivo eram as dores na cintura pelo peso da munição, dos ombros pelo peso da mochila e da carabina (Cerqueira: 54). Vimos que ele mesmo era muito jovem, mas presenciou um número elevado de homens com as mesmas dificuldades, na mesma marcha que fazia: *A princípio, a marcha foi regular; os pelotões mantinham as distâncias e se conservavam alinhados... Depois, começou o cansaço daquela gente, que ainda não estava habituada a marchar de mochila às costas e 100 cartuchos na patrona [bolsa de couro]. Ia-se formando pouco a pouco uma calda de retardatários, que aumentava a cada alto da coluna* (Cerqueira: 53).

É preciso considerar, ainda, que as doenças que se espalhavam pelas tropas constituíam mais um tipo de ocorrência que diminuía ou tornava inútil a força muscular dos soldados. A incidência de doenças durante a Guerra do Paraguai foi bem acentuada. Vimos logo acima uma primeira referência a respeito feita pelo médico da esquadra brasileira que atribuía à baixa idade de muitos recrutados a causa da propagação de doenças. Dionísio Cerqueira observou que muitas doenças eram causadas pelo frio intenso, aumentando as baixas durante o inverno e atingindo muitos homens do norte do país, acostumados que eram a climas mais quentes. Esses sofriam, também, com a mudança de regime alimentar, pois a carne gorda do sul causava neles disenteria, e de maneira tão séria que Dionísio afirma que um batalhão de voluntários foi dizimado desta forma (Cerqueira: 65; 70). A situação se agravava mais ainda pelas condições precárias de tratamento dos soldados. Dionísio Cerqueira conta que fora destacado por Mallet para o *Dia ao Hospital*, ou seja, realizar o serviço de transporte de doentes quando estavam no acampamento uruguaio do Cerro. As instalações eram do outro lado da cidade de Montevideu, distância que, talvez, fosse já medida preventiva para evitar a disseminação das doenças. Dionísio diz que *Impressionou-me mal o cheiro nauseabundo que exala aquele estabelecimento sanitário improvisado*. O odor que sentiu se devia, também, ao fato de que o hospital fora instalado num *saladero*, um frigorífico onde se abatia grande número de reses e preparava-se xarque (Cerqueira: 58).

Constata-se, portanto, no período que examinamos aqui a presença nas fileiras do Exército de homens sem condições físicas para atividades militares. Contudo, a força muscular não deixava de ser nos regulamentos militares um dos critérios para ingresso nas tropas e destinação para infantaria, artilharia ou cavalaria. E o mais importante é que para além dos dispositivos da legislação militar, nas práticas cotidianas das tropas, nos procedimentos efetivos para reunir homens num corpo militar, muitas vezes, não registrados nas normas legais, a força muscular constituía o requisito básico para tornar um homem soldado.

Na legislação, vimos logo acima uma ordem do dia do marechal Beresford, em 1814, recomendando observar a robustez dos candidatos a cadete. E a preocupação permaneceu no Exército brasileiro. No período da Guerra do Paraguai que nos interessa mais de perto, algumas medidas observavam a força dos jovens para fazê-los recrutas para a guerra. Nas *Instruções para os depósitos especiais de instrução* de 14 de fevereiro de 1866, anexas ao relatório do ministério da Guerra de 1865-1866, se determinava no art. 6.º: *Os recrutas, depois de apurados nas províncias, serão logo distribuídos, segundo sua constituição physica, e hábitos, pelas diferentes armas do exercito e remetidos para os depósitos mais distantes do lugar do seu nascimento, ou residência. Os mais inteligentes e robustos serão destinados á arma de artilharia.* Buscavam-se os mais fortes para a artilharia, pois nesta arma era próprio do soldado lidar com o manuseio e transporte de peças pesadas.

No mês anterior instruções específicas sobre a entrada de menores de idade para a arma foram expedidas, reforçando a condição física como condição para o ingresso. As *Instruções expedidas pelo ministério da guerra sobre a organização dos depósitos dos aprendizes artilheiros* de 03 de janeiro de 1866, anexas ao relatório do ministério da Guerra de 1865-1866, fazem referência explícita à robustez do menino ou do jovem para admissão no Depósito. No 1º parágrafo do artigo 3º se determinava a faixa etária: *Ter mais de 12 annos de idade (com exceção de filhos de praças mortos em combate ou em serviço e sem arrimo de família) e menos de 19.* O parágrafo 2º estabelecia que o candidato deveria *Ser de constituição robusta, e própria para as funções de artilheiro.* Mais tarde, no relatório do Ministério da Guerra de 1868 o ministro João Lustosa da Cunha Paranaguá informava sobre o envio de alunos da Escola Preparatória no Rio de Janeiro para aumentar os efetivos mobilizados, mas apenas daqueles *que pela sua robustez e disposição physica se achavão nas circumstancias de marchar.*

Maria Tereza Gatarrino Dourado elencando as violências do recrutamento sobre a população, lembra que meninos de nove a onze anos da Companhia de Aprendizes da

Marinha foram enviados para a guerra, mas em princípio, para atividades como preparo da alimentação, faxina e carregamento da munição a canhões nos momentos de luta (Dourado: 135).

Mas não era apenas aí, nos objetivos fixados pelos comandos na legislação, que a força muscular se tornava a capacidade física requerida dos soldados. Era, principalmente, como único recurso que o Exército conseguia extrair dos homens que não treinava e nem instruía para a luta que a força muscular se tornava a principal exigência. A força muscular estava tão estabelecida no senso comum como critério para ingresso na tropa que era ela que determinava até mesmo a autopercepção que um rapaz como Dionísio Cerqueira tinha do próprio corpo. Ele se julgava *franzino* por aparentar ser mais jovem ainda do que os dezessete anos que já contava. Quando se apresentou voluntariamente ao alistamento, receoso dos olhares desconfiados que lançavam para ele o sargento e o soldado que o receberam, este foi o problema que pensou poderia impedi-lo de entrar para as fileiras (Cerqueira: 50).

Este é o registro memorialístico de um antigo soldado se lembrando de seus primeiros tempos na tropa. Mas, para além das impressões pessoais de componentes da força militar, as práticas de apropriação das capacidades físicas dos soldados no Exército mostram que se procurava aproveitar deles, fundamentalmente, a força muscular. É o que revelam o fornecimento irregular de armas de fogo e outros recursos materiais aos soldados, os exames médicos realizados no recrutamento, a prática do recrutamento forçado, a ausência de exercícios físicos e a aplicação de castigos corporais como punição disciplinar.

O Armamento Fornecido aos Soldados

Viu-se no capítulo anterior, com Michel Foucault para os exércitos europeus e Ernest Labrousse e Roland Mousnier para o exército francês, que o estudo da relação das armas, em especial, as armas de fogo, com o corpo do soldado é fundamental para entender as transformações históricas das táticas militares e das formas de organização dos exércitos. Vânia Carneiro de Carvalho desenvolveu abordagem semelhante, num texto de divulgação geral no qual examinou algumas armas do acervo do Museu Paulista da USP – uma armadura, uma espada, um fuzil Minié e uma pistola Gaulois - chamando a atenção para a necessidade de incorporar as armas como fontes para a pesquisa histórica, buscando, por exemplo, encontrar padrões corporais históricos que tornam inteligível a funcionalidade e os significados de cada tipo de arma.

Mas, quando se examina na história do Exército brasileiro as armas adotadas pela tropa, sobretudo de meados do século XIX até os anos da Guerra do Paraguai, torna-se

relevante, ao lado do problema da relação corpo/arma, o problema do fornecimento de armas aos soldados. Por um lado, sabe-se que as transformações tecnológicas das armas de fogo tiveram impacto nas formas de mobilização do corpo do soldado nas atividades militares; por outro, no caso em tela do Exército brasileiro no referido período, ganha importância o fato de que não ocorreram mudanças no armamento, pois o arsenal que vinha sendo utilizado desde o início da década de 1850 não foi renovado durante a guerra.

Apesar de que, em meados da década de 1860, já se encontrassem em uso militar armas de uma nova geração tecnológica que se difundia naquele momento e se pusessem em campo armas de repetição com um novo sistema de carregamento pela culatra (a parte posterior do cano), o Exército brasileiro permaneceu com seus fuzis e carabinas do padrão tecnológico anterior, de carregamento pela boca do cano e só conheceu as primeiras experimentalmente no campo de operações, em alguns casos com resultados negativos.

Neste ponto nos deparamos novamente com o Estado brasileiro decidindo ir à guerra mesmo com seu exército despreparado, nos deparamos com um Exército que mesmo sem recursos disponíveis entrou em campo para combate. Não que o Estado não tenha tomado providências importantes, sabedor da força do Exército paraguaio e ciente das relações de poder postas em jogo na região. No plano estratégico, tendo em vista objetivos gerais quanto à hegemonia política e vantagens econômicas na relação com os estados hispânicos do sul do continente, a Monarquia brasileira estabeleceu uma aliança militar com Argentina e Uruguai. No plano militar, a aquisição de navios encouraçados mostra que havia recursos financeiros que serviram para aumentar o poder da Marinha e garantir uma vitória estratégica na guerra ao bater logo de início a flotilha paraguaia e fechar a saída para o Atlântico. Atentou-se, também, para outros recursos tecnológicos modernos à época, como comunicações por telégrafo, transporte por trem, vista aérea por balão, o que contribuiu para impulsionar a engenharia militar como arma tática na guerra.

Mas a infantaria, ainda a principal arma dos exércitos no século XIX, aquela que decidia a vitória pela ocupação efetiva do território inimigo, esta no Brasil permaneceu no mesmo padrão tecnológico. Os comandos precisavam, então, mobilizar os homens e colocar um exército em marcha para a luta num quadro de restrições; necessitavam fazer a guerra e estabelecer os procedimentos que permitissem constituir a força necessária com os recursos disponíveis. Nesta situação o problema que se tornava relevante era o provimento de armas. Os homens para irem à guerra precisam estar armados, mas com quais armas, então?

O provimento de armas de fogo para os soldados brasileiros durante a Guerra do Paraguai mostra que os comandos enviavam os homens para o campo de operações mesmo

com armas de baixa qualidade. Como nas guerras anteriores os recursos financeiros não permitiam a aquisição em massa de armamento novo, de boa qualidade e em quantidade suficiente para todo o efetivo mobilizado. Os soldados lutaram mais uma vez com um arsenal não renovado e, em muitos casos, com munição inadequada em razão dos problemas logísticos de utilização de uma grande variedade de armas postas em campo. Essas práticas relativas ao armamento mostram que o Exército só podia fornecer o que era o mínimo indispensável dentro do novo padrão tecnológico das armas em meados do século XIX, dar ao soldado uma arma de fogo, mesmo que já ultrapassada, velha e, muitas vezes, em má condição de uso.

Há uma questão econômica de fundo que não se punha apenas para exércitos relativamente pequenos e sem grande orçamento como o brasileiro ou os outros de origem hispânica na América do Sul. As dificuldades para renovação de arsenais militares apareceram bem cedo mesmo para os estados europeus. O custo das armas de fogo, desde o início de sua invenção no século XVI, era alto para os orçamentos estatais o que impedia a atualização dos arsenais dos exércitos para acompanhar as mudanças tecnológicas nas atividades militares. O problema se colocou para o exército inglês com a adoção oficial do fuzil de pederneira que surgiu no século XVII. De preço elevado à época, foi lenta a substituição dos mosquetes até, então, utilizados. A invenção, no início do século XIX, do mecanismo de percussão para disparo das armas de fogo, mais eficiente do que a pederneira, colocou novamente para os estados europeus o mesmo problema do alto preço da atualização de arsenais.

Os custos de renovação de grandes arsenais militares constituía um problema para os exércitos dos estados modernos. Mas para o caso do Exército brasileiro, viu-se que as restrições ao seu crescimento tinham, também, origem interna ao país, os interesses dos senhores de escravos que se opunham ao seu crescimento. Na dimensão material que interessa ressaltar nesta pesquisa, o modo senhorial de atuação armada, que exigia homens em posse de armas, era um freio para a renovação dos arsenais do Exército e mesmo para que ele tivesse estoques suficientes para a totalidade dos efetivos.

A lenta troca dos estoques de armas de fogo, problema que se apresentava para os exércitos modernos de um modo geral, mas no Brasil resultava, também, do quadro de restrições impostas às tropas do Exército pelo modo senhorial, deu origem a práticas de reutilização e reciclagens de armas antigas, adotadas em vários países e, também, pelo Estado brasileiro, inclusive na Guerra do Paraguai. No que diz respeito ao Brasil, trata-se de um

Exército que não pode deixar de atuar mesmo que dentro do quadro de restrições conformado pelo modo senhorial.

A principal arma de cano longo dos soldados do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai foi o mosquetão de antecarga Minié, ao qual eram acopladas, na infantaria pesada, baioneta de 50 cm, com lâmina de seção triangular, faces côncavas, ponta aguçada e, na infantaria ligeira, sabre-baioneta de ponta de gume, ambos com bainha de sola, bocal e ponteira de latão. Ela foi importada, principalmente, de Liège, centro produtor na Bélgica, mas foi preciso, pela urgência da guerra, adquirir lotes de diferentes países. No acervo do Museu Paulista, por exemplo, há uma carabina Minié, de 1865, italiana (tombo nº 4794). A Minié foi introduzida na tropa em 1851 durante a guerra contra Oribes e Rosas e adotada oficialmente como arma regulamentar em 1853. Os soldados dispunham, assim, de armas que já tinham, em alguns casos, quatorze anos de uso e que resultavam de uma inovação tecnológica do final da década de 1840.

Mas não se tratava de arma totalmente defasada, pois ela aproveitava as tecnologias do cano raiado – canos com estrias internas – e da bala cônica – e não mais esférica – invenções que deram maior estabilidade à trajetória do projétil, aumentaram a potência, o alcance e a precisão do tiro e foram definitivamente incorporadas às armas de fogo. Minié, inicialmente, em 1847, foi um novo tipo de projétil especialmente desenvolvido por Jean-Claude Minié, capitão da Academia militar francesa de Vicennes, que aperfeiçoava o encaixe do projétil às raia do cano e simplificava a operação de carregamento da arma. Apenas em 1849 ele criaria um fuzil Minié, mas a tecnologia foi apropriada por outros países e integrada às armas de que dispunham. A tecnologia se difundiu bastante, tornando a Minié uma arma fundamental na Guerra da Criméia (1854-1856), travada entre Rússia e uma coalisão formada por Reino Unido, França, Sardenha e Império Otomano, e, ainda depois, na Guerra Civil norte-americana (1860-1865).

Portanto, embora no ano de início da Guerra do Paraguai, já existissem armas mais modernas e eficientes do que as Miniés, elas ainda eram empregadas nos EUA e na América do Sul. O problema colocado pelas restrições ao crescimento do Exército brasileiro durante a guerra com o Paraguai, talvez, não fosse tanto a permanência da Minié raiada como sua arma regulamentar, mas sim a necessidade de complementar os arsenais com os expedientes de reutilização e reciclagem de armas mais antigas e menos eficientes do que a Minié e as dificuldades logísticas criadas pela variedade de armas fornecidas ao mesmo tempo aos soldados.

Os primeiros lotes de armas Miniés adquiridas em 1853 eram, ainda, de alma lisa, isto é, com o interior do cano liso, mal aproveitando a tecnologia criada para as almas raiadas. Essas armas mais antigas já estavam recolhidas aos depósitos em 1865, mas foram repostas em circulação para armar os voluntários da pátria que haviam aumentado enormemente os contingentes do Exército.

O outro expediente aplicado às armas consideradas já antigas, além da reutilização pura e simples como acima, foi a reciclagem. Parte das Miniés de alma lisa foi transformada em alma raiada nos arsenais do Exército (Duarte: 162). Mas, por este processo, armas ainda mais antigas entraram em uso novamente. As Miniés eram armas de antecarga (de carregamento pela boca do cano) com sistema de disparo por percussão, no qual a faísca que provoca a ignição era obtida por um pequeno martelo percutindo um orifício com pólvora, o *ouvido* da arma. Elas substituíram armas de tecnologia inventada no século XVIII, as espingardas de antecarga inglesas Tower, que possuíam sistema de disparo por pederneira, no qual a ignição resulta da fricção de uma pedra de sílex, a pederneira, numa pequena chapa de metal. Mas neste caso, como já havia ocorrido com os exércitos europeus no início do século XIX, era possível realizar uma inovação técnica, a adaptação do mecanismo de pederneira ao novo sistema de percussão, o que deu origem às armas de pederneira transformada. No acervo do Museu Paulista há exemplares de pederneiras transformadas para percussão, como duas carabinas Tower (tombo nº 4649 e 4650), mostrando que foram utilizadas no país.

Fuzil Minié, 1860
Acervo do Museu Paulista (Nº RG 4701)

Carabina de pederneira Tower
Acervo do Museu Paulista (Nº RG 4632)

Carabina de pederneira Tower transformada para percussão
Acervo do Museu Paulista (Nº RG 4650).

Ao lado das Miniés belgas, o Exército brasileiro começou a adquirir a partir de 1858 pequenos lotes – 2200 unidades o primeiro – de outra arma equivalente, as carabinas de antecarga inglesas Enfield, também de alma lisa ou raiada, às quais eram acopladas as mesmas baionetas dos mosquetões. No caso dessas armas se criou um problema logístico, pois não havia munição adequada para elas. Por esta razão, durante a guerra se operou, no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, o alargamento do calibre delas de 14,66 mm para o calibre das Miniés de 14,80 mm. Esse procedimento municiou as armas dos soldados, mas comprometeu a eficiência da Enfield, pois o cano alargado diminuía o alcance do tiro.

A variedade do armamento posto em campo foi, ainda, maior. Sabe-se, por exemplo, que o 8º batalhão de caçadores da Bahia seguiu para Montevideú armado com carabina de alma lisa Barnett, pois muitos senhores armaram eles próprios os homens que reuniram e mandaram para a luta. O *Mappa demonstrativo das munições, artifícios e artefactos feitos neste Laboratório* [da Corte] *do l.º de Julho de 1864 a 31 de Marco de 1866*, de 12 de abril de 1866, anexo ao relatório ministerial de 1865-1866, amplia os tipos de armas que estavam em uso. Foram fabricados mais de nove milhões de cartuchos de 14,88 mm para espingardas, mosquetões e carabinas Minié, o tipo predominante. Mas produziram-se, ainda, cartuchos para armas de calibre 17,5, para Enfields, armas a Tyge e armas de calibres 12 e 17 lisas.

Ainda que provendo armas para a tropa por meio das práticas de reutilização e reciclagem, o Exército brasileiro tomou iniciativas para renovação do arsenal testando armas de tecnologia mais moderna à época. Armas dos novos sistemas de retrocarga (carregamento pela culatra) e de repetição (retrocarga de tiro mais rápido) foram experimentadas em combates da Guerra do Paraguai. As novas armas eram superiores às Miniés em alcance, cadência e precisão de tiro. Nos dois primeiros anos da guerra foram adquiridos alguns lotes do fuzil de retrocarga prussiano Dreyse, cujo sistema fora inventado em 1827 pelo oficial alemão Johann Nikolaus von Dreyse. Uma estrutura móvel atrás da culatra, o ferrolho, é acionada pelo atirador em dois movimentos: puxada para trás abre uma pré-câmara na qual os cartuchos são colocados; empurrada para frente fecha a pré-câmara e, ao mesmo tempo, coloca em posição de atingir o projétil uma agulha presa a uma mola. Trata-se da primeira arma portátil de cano longo de carregamento pela culatra utilizada militarmente, adquirida pelo Exército prussiano em 1841 (Castro: 89). O Exército brasileiro as experimentou, como as Miniés, em 1851, adquirindo pequenos lotes. Os exemplares utilizados na Guerra do Paraguai eram modelo 1857. Essas armas, como outras de retrocarga experimentadas pelo Exército, poderiam ter aumentado, efetivamente, o poder de fogo dos soldados brasileiros. Enquanto os

mosquetões Minié disparavam, no máximo, três tiros por minuto, as armas Dreyse podiam disparar de dez a quinze tiros no mesmo tempo.

Fuzil de agulha Dreyse, década de 1860
Acervo do Museu Paulista (Nº RG 4727).

Caxias, após assumir o comando geral das tropas brasileiras em operações no Paraguai em 10 de outubro de 1866, demonstrou o propósito de treinar soldados no novo armamento de forma que ensinassem, conforme resultados positivos fossem obtidos, o grosso da tropa. Em janeiro de 1867 ele nomeou um antigo instrutor de infantaria de origem prussiana da Escola Militar da Praia Vermelha, o capitão Pedro Guilherme Meyer (Duarte: 172). O contingente inicial treinado aumentou até constituir o corpo provisório de atiradores, integrado ao 15º batalhão de infantaria (Galvão: 14).

O experimento da arma em batalha, no entanto, não foi bem sucedido. O general Dionísio Cerqueira conta que no combate do Reduto do Estabelecimento, no contexto das lutas para vencer a fortaleza de Humaitá, *os soldados do 15º lançavam fora as espingardas de agulha, que falhavam muito e se apoderavam, para combater, das 'Miniés', dos mortos e feridos dos outros batalhões* (Cerqueira: 222). O mesmo procedimento dos soldados é relatado por outro oficial, o capitão de voluntários Rodrigues da Silva: *Os soldados, inteiramente desarmados... esperavam a queda dos companheiros servidos da 'Minié', para se apoderarem dos meios de agressão e defesa* (Duarte: 172).

Duas carabinas de retrocarga norte-americanas, Roberts e a Spencer, também, foram testadas para uso, respectivamente, na infantaria e na cavalaria, e reprovadas. Os problemas logísticos de fornecimento de boa munição comprometeram os testes. O ministro

João Lustosa da Cunha Paranaguá no relatório de 1868 informou que *o principal inconveniente notado nessas armas é devido á imperfeição dos cartuxos, que, tendo vindo descarregados, não obstante o exame por que aqui passarão, e a rejeição que se fez de uma grande quantidade, mesmo assim deu lugar a que muitos não se ajustassem bem á câmara da arma, e impedissem o seu machinismo de funcionar regularmente.*

No campo de operações Caxias, procedendo como no caso anterior, solicitara um exame das novas armas ao major de artilharia Ayres de Moraes Âncora. Este oficial emitiu um parecer desfavorável em 14 de abril de 1868 e não recomendou a adoção delas pelo Exército. Mesmo assim as armas Spencer, obtendo alguns resultados positivos, permaneceram em uso, mesmo que em pequena quantidade, durante o conflito. É provável que o mesmo problema logístico da má qualidade da munição fornecida verificado quanto às armas Dreyse tenha ocorrido, também, neste caso.

Vê-se, então, que os soldados receberam durante a guerra armas de tecnologia já ultrapassada naquele período, as armas de alma lisa, as espingardas de pederneira transformada Tower e outras ainda; armas de calibre diferente da munição disponível e que tiveram que ser adaptadas com perda de eficiência, as carabinas Enfield; e não utilizaram, senão experimentalmente, as novas armas de retrocarga testadas no campo de operações.

Todos esses procedimentos mostram que os comandos militares não deixavam de agir dentro das contingências que as restrições orçamentárias criavam. O Exército mobilizava os homens, organizava suas forças, punha-os em campo e improvisava muito conforme as circunstâncias se apresentassem. Perdia-se na qualidade do armamento e criavam-se problemas logísticos de abastecimento das tropas, mas não eram problemas que impedissem o estado de declarar guerra e seus comandos militares fazê-la. Não se podia prover o soldado de uma boa arma, mas ele era enviado assim mesmo para a batalha. Obrigado à guerra, ao mesmo tempo, que sem os recursos necessários para lutar, o Exército brasileiro desenvolveu um modo de atuação armada que, mesmo com falta de armamento de qualidade, contava com o soldado em campo engajado na luta contra o inimigo.

Não levando um bom armamento, o soldado devia se empenhar assim mesmo com sua força, com o que trazia de sua vida anterior ao seu ingresso na tropa. Um procedimento que era o mesmo dos senhores quando convocavam seus homens para uma luta. Assim, o modo senhorial de atuação armada, constituindo-se como uma força de restrição ao desenvolvimento do Exército, também, penetrava na primeira linha.

Uniformes

Os uniformes constituem outro recurso material que entram em relação direta com o corpo dos soldados e nos permitem analisar as maneiras pelas quais se mobilizam, efetivamente, os homens em campo. Os uniformes, claro, tem funções diacríticas, isto é, discriminadoras de classe, categoria, tipo, nível por meio da identificação do lugar que ocupa o militar numa rede de relações hierárquicas, igualitárias, de oposição (sua pertença a um corpo militar específico, seu posto na hierarquia, sua especialização quando a tinha, sua distinção do inimigo no campo de operações etc.).

No início de uma guerra externa que já se anunciava como um conflito de maior envergadura do que os anteriores travados no sul do continente, uma das preocupações do ministro da Guerra Angelo Moniz da Silva Ferraz, num contexto de grande aumento das despesas militares do estado, foi garantir a uniformidade do fardamento para todo o exército que se reunia. No relatório de 1865 ele informa uma das providências que tomou: *Era também necessário uniformizar os fardamentos dos corpos do nosso exercito, de modo que, attendendo-se ás regras da simpleza e da economia, os corpos de uma mesma arma tivessem um só uniforme, com a unica differença no numero dos botões, e que esse mesmo uniforme, com alguns distinctivos, servisse para os dias de gala.* O decreto n.º 3620 de 28 de Fevereiro de 1866 determinou um novo plano de uniformes para o Exército. Certamente, um uniforme simples era mais indicado para poupar despesas de confecção e, ao mesmo tempo, garantir a identificação de um exército nacional.

Mas Dionísio Cerqueira viu como entre as tropas brasileiras reunidas no sul do país a identificação regional ou de grupo tinha grande importância. Em dezembro de 1865 a tropa à qual pertencia estava acampada em Lagoa Brava, nas proximidades da cidade argentina de Corrientes, e ali ele observou a chegada, vindo da Bahia, de um batalhão de *Zuavos*, corpo militar que reunia libertos. Dionísio descreve o uniforme próprio deles, que achou estranho: *largas bombachas vermelhas presas por polainas que chegavam à curva da perna, jaqueta azul, aberta, com bordados de trança amarela, guarda-peito do mesmo pano, o pescoço limpo sem colarinho nem gravata e um fez* [barrete cônico usado em tropas turcas] *na cabeça.* Tratava-se de uma identificação, primeiramente, de grupo, pois ele não deixa de observar que eram todos negros, inclusive os oficiais, e representantes das tradições militares e heroicas dos negros iniciada por Henrique Dias no século XVII; mas identificação regional, também, pois informa que se chamavam Zuavos baianos e que eram como outros corpos de voluntários que haviam chegado da província, representantes do patriotismo dos baianos que comemoravam entusiasticamente as datas gloriosas como da Independência. Na figura do general Osório o Exército nacional se impôs sobre este regionalismo, pois o comandante das

forças brasileiras logo dissolveu este corpo, passando muitos de seus componentes a serventes em hospitais, o que foi lamentado por Dionísio Cerqueira (Cerqueira: 103-104).

Este foi um caso mais isolado. Já os soldados gaúchos eram reconhecidos por seus trajes típicos do sul, com cueiros e chiripás (peças inteiriças de pano que cobrem as pernas no lugar das calças), a segunda presa à cintura por cinto de couro, usados sem camisa, mas com *pescocinho de sola* (gravata). Esta indumentária era inteiramente militar pelos valores e funções atribuídos a ela. Dionísio, também, a achava estranhava, mas ele se via expresso nela algo como um primitivismo atávico, ao mesmo tempo, a entendia, da mesma forma que os gaúchos, como um uniforme militar que conferia os necessários garbo e altivez ao soldado: *Muitos deles haviam substituído as calças por chiripás, outros não as tinham, e alguns, por atavismo, estavam até sem camisa, com cueiros transformados em folhas de videira. Nenhum dos Bois de botas, porém, deixava de ter em volta ao pescoço – o pescocinho de sola, que o nosso comandante [da artilharia, Emílio Luiz Mallet] nunca dispensava. Para o grande velho, como para outros bons chefes daquela época, a gravata de couro era essencial ao uniforme militar; era a peça substancial que dava ao soldado garbo e tom marcial, aprumando-o com mais altivez e fazendo-o olhar de cabeça levantada aos regulamentares vinte passos de distância* (Cerqueira: 81).

Estes uniformes, ainda, proviam distinções pessoais. O ponche-pala gaúcho poderia ser dito até peça regulamentar, tal a sua difusão, comenta Dionísio Cerqueira, mas um comandante militar poderia aproveitá-lo para uma sinalização individual: *O próprio General Sampaio [Antonio Sampaio, comandante da 3ª Divisão de Infantaria], que podia ser apontado como modelo em qualquer exército, ainda o mais rigoroso na disciplina, usava muitas vezes o seu de bicornha, de cor amarelada sobre a farda nova, bordada a ouro. O uniforme dos voluntários da pátria, também, parece ter permitido o mesmo tipo de uso, por meio do chapéu: O uso do chapéu de feltro negro tornou-se geral. O do General Osório, de copa alta, dava-lhe um tom agauchado especial que o tornava muito simpático e criou-lhe o tipo, como a cartola fez o do General Urquiza* (Cerqueira: 64). Este chapéu preto era parte integrante do uniforme dos voluntários, valorizado por Dionísio pelo alto significado patriótico conferido a ele pelas ações militares. Destaca em sua composição o chapéu negro de feltro com aba levantada, número do corpo e tope nacional e a divisa de latão na manga da blusa com os dizeres “Voluntários da Pátria”, que seria uma legenda gloriosa: *Todos, oficiais e praças de pré, tinham esta legenda, que tornaram gloriosa pelos feitos praticados na cruenta guerra* (Cerqueira: 55).

Os trajes gaúchos foram adotados largamente pelo Exército em operações. O próprio Dionísio recebeu uma blusa de baeta vermelha, alpercatas de gringo com sola de corda trançada e calzoncillos (calções) de gaúcho com franjas. Mas, segundo ele pode observar, isto ocorreu em razão das limitações financeiras do Exército que levaram à falta de uniformidade do fardamento. Ele atribuía esta situação à necessidade de aquisição local das peças componentes por falta de recursos dos arsenais em suprirem o fornecimento (Cerqueira: 63).

As funções diacríticas dos uniformes abrem um leque de questões sobre a organização e atuação dos corpos militares na medida em que mostram a importância da dimensão material no estabelecimento das relações entre postos, funções e especializações na hierarquia militar. O lugar ocupado nessas relações vem da competência e do valor reconhecidos pelos atos, pelo comportamento, pelas realizações do militar dos quais seus superiores e subordinados tem conhecimento pela experiência ou pelos registros oficiais que os consagram, mas o lugar não é completamente reconhecido se não houver o uniforme correspondente a ele. Um soldado não pode usar o mesmo uniforme de outro soldado que está em posto superior ao seu, não pode usar, no mínimo, as mesmas insígnias se o vestuário e acessórios forem os mesmos. Seria, certamente, estranho e até mesmo contra a regulamentação, um oficial usar uniforme de posto inferior ao seu. É preciso, em qualquer dos casos, um recurso material como o uniforme para a expressão visual do posto ocupado na hierarquia militar.

Contudo, para o problema levantado sobre o modo de atuação militar das tropas mobilizadas pelo Estado brasileiro, as funções pragmáticas do uniforme são aquelas que interessam examinar mais detidamente. Elas são funções corporais, que dizem respeito a proteção contra choques, exposição a intempéries, movimentação do soldado e constituem, portanto, um dos meios para se conhecer o que, efetivamente, se pretendia obter do corpo do soldado, de suas capacidade físicas.

O estudo deste problema antes mesmo de abordar o uso efetivo do uniforme como recurso efetivamente fornecido aos homens, deve começar, justamente pela situação oposta, a falta do uniforme. Havia, claro, os problemas de ordem econômica. Um estado sem condições financeiras para prover os soldados dos recursos necessários para realizarem atividades militares, situação que criava dificuldades de ordem logística: compra de uniformes fora da regulamentação, demora no fornecimento ou reposição, envio de equipamentos e vestuário de má qualidade etc. Mas o fato a destacar é que tais problemas não impediam os comandos militares de enviarem os homens para a luta, de colocá-los em campo mesmo

desuniformizados enquanto se adquiria lenta, assistemática e, muitas vezes, insuficientemente, os uniformes para a tropa. Dionísio Cerqueira viu chegarem desuniformizados tanto os soldados que haviam feito pouco tempo antes a campanha contra o general uruguaio Aguirre, como os novos contingentes enviados ao campo de operações para a luta contra Lopez. Ele sabia, também, que em razão do problema o ministro da Guerra, visconde de Camamu, havia autorizado ao general Osório a adquirir uniformes com fornecedores locais no Uruguai (Cerqueira: 63).

A força militar organizada para combater as tropas paraguaias que haviam invadido a Província de Mato Grosso, abrindo uma segunda frente na guerra, por um período da marcha de ida conseguiu resolver o problema de falta de uniformes que a atingiu a meio caminho. Os soldados passaram por muitas privações. As tropas haviam saído de São Paulo e Minas Gerais e só na Província de Goiás, no final de julho de 1867 receberam alimentação e novos uniformes. O *Relatório da Comissão de engenheiros desde o rio Taquary até a villa de Miranda, com documentos annexos e trabalhos parciaes de alguns ajudantes da mesma nas Forças em operações ao sul da provincia de Mato Grosso —1866*, anexo ao relatório do Ministério da Guerra, dispõe que as praças receberam alimentos em quantidade suficiente para se recuperar, *ao passo que a nudez a que tinham chegado, é substituída pelas excellentes peças de fardamento que forão então recebidas, formando-se todos os batalhões de novo com garbo e asseio militar.*

Um primeiro ponto a salientar, portanto, é que se os uniformes não eram um recurso dispensável nas atividades militares, sua falta não impedia as autoridades de enviar soldados para a luta ou de mantê-los em campo com uniformes muito estragados. Contava-se com a atuação dos homens, ainda, que sem uniformes ou sem uniformes em bom estado.

Quando se estabelecia um uniforme para a tropa, alguns poucos dispositivos da legislação cuidavam de funções pragmáticas, geralmente, a proteção contra o clima. O decreto n.º 3620 de 28 de Fevereiro de 1866, anexo ao relatório ministerial deste ano, que baixou um plano de uniformes para o Exército descrevia elementos identificadores de posto, arma, função etc. e em dois artigos regulava o uniforme conforme o clima da região onde estivesse o soldado. Prescrevia o artigo 9.º que *as praças que servirem na provincia do Rio Grande do Sul, ou marcharem para lugares, cujo clima seja frio, se abonará durante o inverno, além das camisas uma de lã*; o artigo 10º definia que *todos as praças de pret do exercito serão abonados: 4.º de 6 em 6 mezes, 2 lenços de algodão com 700 millimetros de comprimento e 500 de largura, de quadradinhos vermelhos e brancos; 2.º de 4 em 4 mezes, uma ceroula de algodão que poderá ser substituída por uma de lã, no inverno, quando em serviço em paizes;*

3º em cada anno, um par de suspensorios e 4 pares de meias de algodão, que também poderão ser substituídas por meias de lã, no inverno, nos paizes frios.

Haviam disposições regulamentares semelhantes em relação aos uniformes da Guarda Nacional. Quando se analisa, no decreto nº 957 de 18 de abril de 1852, o segundo plano de uniformes da milícia definido para todo o território nacional pelo Ministério da Justiça, órgão ao qual estava subordinada, se verifica que as disposições relativas a funções pragmáticas se resumiam a prescrever que a cor da calça fosse branca no verão e azul no inverno, procurando regular a temperatura conforme a época do ano. As referências a materiais das peças de vestuário que compunham o uniforme apareciam apenas para definir que os distintivos da barretina (boné de copa alta) eram de metal amarelo e que a banda, faixa cingida à cintura distintiva dos oficiais, deveria ser de lã para sargentos e de seda para os postos acima deles. O material quando especificado cumpria funções distintivas, identificando e diferenciando o lugar de cada componente na hierarquia (Almeida: 58; 96).

Essas poucas referências a materiais na regulamentação dos uniformes da milícia indicam que neles as suas funções diacríticas eram objeto de maior atenção do que suas funções pragmáticas. Não havia elementos da indumentária do guarda nacional especialmente concebidos para o desempenho de atividades militares ou para a realização dos esforços físicos que demandavam. Exigia-se dos milicianos que atendessem convocações e atuassem, mas não se previam os uniformes como um recurso especialmente concebido para isso.

Os guardas nacionais, também, se preocupavam bem mais com as funções identificadoras e distintivas do uniforme. O estudo de suas práticas relativas à indumentária militar mostra que as modificações que introduziam e as solicitações e propostas de mudança em nível municipal ou provincial focavam cores de golas, canhões (extremidade das mangas), carcelas (pequenas tiras de pano colocadas nas abas das casacas), listas verticais nas calças, formatos das barretinas que distinguiam cavalaria de infantaria, introdução de insígnias de posto como dragonas e de diferentes tipos de chapéus, elementos não previstos inicialmente nem para os oficiais superiores (Almeida: 97-114).

Ainda outra prática aponta para a mesma preocupação, a doação de exemplares de uniformes da Guarda Nacional para museus. O Museu Paulista possui uma coleção destes uniformes com oitenta itens, contando-se aí desde distintivos e bonés isolados a alguns conjuntos de calça e farda. Entre estes se considere o conjunto de casaca e fardeta (farda sem as abas traseiras) e a casaca de guarda de cavalaria examinadas em minha dissertação de mestrado e reproduzidos na página seguinte.

(Almeida: *Uniformes da Guarda Nacional*, p. 177)

Estes são exemplares da segunda metade do século XIX, pertencentes ao segundo plano de uniformes definido em 1852 e válido até 1874. Pode-se examinar os elementos

componentes desses uniformes e sua correspondência com as disposições legislativas que os definiam. Mas a consideração mais atenta de seus elementos materiais deixa logo ver as boas condições de conservação física desses exemplares. Não só todas as suas principais partes estão íntegras, como os conjuntos de botões estão completos, as carcelas permanecem costuradas às casacas e as cores dos tecidos permanecem vivas, à exceção da gola da casaca de cavalaria, desbotada pela ação do tempo. Neste estado foram doados pelas famílias dos antigos proprietários.

Mas se pode inferir do fato de sua preservação em tão boas condições físicas que não sofreram desgaste significativo quando eram utilizados antes de sua doação ao museu. Duas hipóteses se podem formular a partir desta constatação. A primeira é que essas peças de uniforme foram pouco usadas; a segunda é que o foram em atividades que não exigiam grande esforço corporal, talvez, apenas em ocasiões festivas ou solenes como paradas cívicas. Certamente, não foram usadas em atividades do serviço ordinário dos guardas nacionais e muito menos em campanhas e lutas militares. E foram elas as selecionadas para a posteridade como acervo de uma instituição pública compondo uniformes cujas funções pragmáticas não foram acionadas ou o foram muito pouco em sua vida útil. Não foi por meio de tais funções que essas peças ganharam valor para sua preservação física para além do âmbito privado no qual foram produzidas e utilizadas.

Os uniformes do Exército no período da Guerra do Paraguai mostram que não eram tomados como recursos materiais que deveriam contribuir para o melhor desenvolvimento das ações dos soldados e de sua proteção e mobilidade corporal. Quando Dionísio descreve o uniforme que lhe foi fornecido após se apresentar voluntariamente para a Guerra do Paraguai, ele comenta como a fardeta, a calça, os sapatos e a boina que lhe foram dados eram inadequados para o seu corpo. Ele recebeu *um par de sapatos reiúnos* [do governo] *enormes, uma fardeta ou jaqueta de pano branco muito ordinário, uma calça que me não abotoava e um gorro de recruta em forma de pão-de-ló* (Cerqueira: 50). Os oficiais e o cabo que foram responsáveis diretos pelo seu recrutamento e lhe forneceram o uniforme, logo se percebe, não tiveram preocupação que suas peças componentes fossem adequadas ao corpo do recruta. Note-se que o próprio Dionísio se preocupou mais com os aspectos estéticos e distintivos do uniforme quando conseguiu trocá-lo. Visitando o grupo com o qual residia numa república estudantil, recebeu um *uniforme fino* dado pelo amigo José Graça e comprou um boné de artilharia que tinha o tope nacional na copa, que era um *distintivo dos que iam para a guerra*. Não desgostou o jovem cadete tanto um uniforme que não servia bem no

corpo, pelo menos não naquele momento no qual, recruta voluntário, queria que o vestuário satisfizesse seu gosto pessoal e o identificasse como engajado na luta que se travava.

Mas se os homens, como demonstra Dionísio Cerqueira, poderiam também valorizar o uniforme mais por suas funções identificadoras, resta saber o que esperavam os comandos militares quanto à ação militar que os soldados deveriam realizar no campo de operações. O que se poderia pretender de um soldado na guerra com um corpo vestido com o primeiro uniforme dado a Dionísio? Este uniforme indica que, certamente, a movimentação do soldado estaria prejudicada, não só quando ele estive em combate, mas simplesmente para marchar com ele, com calçados que lhe saíam dos pés; uma jaqueta cujo tecido se estragaria muito facilmente pelos duros e longos caminhos a percorrer; uma calça que, em todo momento, lhe ficaria caindo e que lhe atrapalharia as marchas ou o simples andar. O que dizer, então, de lutar com um uniforme desses? Ter que realizar movimentos rápidos para se movimentar em campo durante a troca de fogo com inimigos, correr em direção a ele para atacá-lo ou, eventualmente, fugir dele; necessitar de movimentos rápidos, vigorosos, precisos e coordenados se entrasse em luta corporal com um oponente?

A concepção que preside este fornecimento é que basta cobrir o recruta e enviá-lo para o campo de batalha para onde, de fato, foi mandado Dionísio Cerqueira alguns dias depois de seu recrutamento para completar os efetivos já em operações no Rio Grande do Sul. Este exemplo mostra que a facilidade de movimentação do soldado não era uma prioridade para os recrutadores. Não havia preocupação em fornecer roupas com ajuste correto ao corpo dos homens, a mobilidade não constituía uma preocupação dos comandos. Resta que o soldado era enviado ao campo de batalha mesmo sem um bom uniforme e, como se viu mais acima, muitas vezes, sem uma boa arma; e se era esperado que lutasse, era suposto que ele deveria ter condições físicas para isso. Resta, também, que a força muscular era o único recurso suposto, de imediato pelos recrutadores e, de modo geral, pelos comandos militares, do qual o soldado deveria se valer. Não que fosse uma força adequada para a luta, treinada, majorada para constituir ela uma vantagem sobre o inimigo; era a força muscular que o soldado deveria possuir por si só, conseguido, como homem, em sua anterior vida familiar e social.

Os uniformes militares que poderiam ser fornecidos aos soldados no recrutamento apontam para a força muscular como a capacidade física deles que, de fato, era observada pelos comandos. Os exames médicos no recrutamento apontam para a mesma direção. Antes de receber o uniforme Dionísio comenta o exame pelo qual passou e como o médico, para o seu espanto, mal o olhou. Não se procedeu com ele propriamente a um exame, antes se

realizou uma rápida e genérica inspeção corporal. O sargento responsável por avaliá-lo fisicamente somente o fez despir-se por completo, o que não fizera num primeiro momento, observou-o de longe e o aprovou.

O exemplo mostra que não houve avaliação precisa das capacidades físicas para enviar o recrutado à luta. O estado geral de saúde foi o principal elemento observado com relação às condições físicas iniciais para que o homem integrasse o Exército. Este proceder indica que foi suficiente constatar que o indivíduo não era inválido e não estava doente para o fim preciso do recrutamento. Mas o que podiam significar invalidez e doença para a vida militar? Apenas observado nu a certa distância pelo médico, o que se podia verificar quanto à saúde daquele homem? Unicamente uma doença que deixasse sinais físicos bem evidentes ou defeitos anatômicos igualmente bem visíveis. Deste nível do estado de saúde não saiu o olhar do médico que examinou Dionísio Cerqueira.

Recrutamento Forçado

Nas práticas de recrutamento se deve considerar, ainda, a frequência com que se realizava o recrutamento forçado. Tratava-se do cercamento e captura dos homens de uma localidade para, desta forma violenta, integrá-los às tropas militares. O recrutamento pode ser analisado como forma de controle da população econômica e socialmente marginalizada, como chama atenção Maria Teresa Garritano Dourado citando Michel Foucault e Max Weber a respeito do conceito de disciplina. A autora observa, no entanto, que a maioria das análises sobre a Guerra do Paraguai enfatiza a violência e a truculência dos recrutadores e pouco observa o clima patriótico que levou muitos homens à apresentação voluntária (Dourado: 127-128). De fato, como denúncia da violência geral do Estado sobre a população se deixa de lado, também, o problema dos meios efetivos de mobilização militar dos homens por um Exército que, organizado numa sociedade armada, não conseguia os efetivos totais que julgava necessários para completar suas tropas.

Prática comum no período colonial e no Império, os *processos brutais do tempo* como Sodré se referiu uma vez a ela (Sodré: 93), o recrutamento forçado encontrava apoio na Constituição imperial. Formalidades legais para efetuar a prisão de pessoas foram suprimidas em determinadas situações, o que abria uma brecha para garantir o recrutamento de soldados. Primeiramente, o artigo 179, inciso X, estabelecia que *A' exceção de flagrante delicto, a prisão não póde ser executada, senão por ordem escripta da Autoridade legitima*. Esta disposição se juntava à anterior do inciso VIII – *Ninguém poderá ser preso sem culpada formada, excepto nos casos declarados na Lei*, estabelecendo o prazo de 24 horas nas cidades

para realização da prisão e um tempo maior para os lugares considerados remotos. Mas as disposições que formalizavam os procedimentos da prisão não se aplicavam inteiramente ao recrutamento e disciplina dos soldados. O complemento do inciso X definia que *O que fica disposto acerca da prisão antes de culpa formada, não compreende as Ordenanças Militares, estabelecidas como necessarias á disciplina, e recrutamento do Exercito; nem os casos, que não são puramente criminaes, e em que a Lei determina todavia a prisão de alguma pessoa, por desobedecer aos mandados da justiça, ou não cumprir alguma obrigação dentro do determinado prazo.* Por estas disposições o recrutamento forçado poderia ser considerado constitucional.

Os ministros da Guerra enfatizavam nos relatórios anuais que o recrutamento forçado era um recurso de segunda ordem para preencher o efetivo militar considerado o mínimo indispensável para a segurança da nação. Reiteravam que o melhor seria a apresentação voluntária, mas como ela não ocorria satisfatoriamente, os comandos se viam obrigados a forçar homens a servir nas tropas para conseguir os efetivos necessários e estabelecidos por lei. O recrutamento forçado não era desejável, mas, ao mesmo tempo, era indispensável para completar as fileiras.

Nas novas circunstâncias da Guerra do Paraguai o ministro da Guerra Angelo Moniz da Silva, no relatório de 1866, voltando ao problema da elaboração de uma nova lei do recrutamento criticava o sistema brasileiro como injusto e violento e propunha ao Legislativo estudar a adoção da legislação francesa de 1855. O ministro argumentava que a lei devia promover maior igualdade no recrutamento de todos os homens que estavam em condições de pegar em armas e não permitir privilégios. Melhor distribuído o fardo de entrar para o Exército, se evitaria a violência do sistema que ainda era necessária manter no país: *O systema de recrutamento, que herdámos de nossos maiores, apesar de condemnado por todos como injusto e violento, ainda é o meio que temos para preencher o quadro do Exercito. Desnecessários são longos raciocínios para demonstrar a necessidade de substituir tal systema por um outro mais brando, mais accommodado á razão, e adequado ás nossas instituições.* A solução proposta seria um sistema que combinasse conscrição com sorteio, substituição e remissão do serviço.

Inevitável e, ao mesmo tempo, injusto para os comandantes militares e apoiado na Constituição, o recrutamento forçado constituiu uma prática regular para formação de tropas no Brasil. A questão que esta forma de recrutamento coloca é que a propósito dela não se pode falar propriamente em critérios de seleção. O objetivo principal de completar a quantidade de efetivos estipulada nas leis anuais de recrutamento e a questão de recrutar os

homens contra a vontade deles, portanto, tendo que aplicar táticas de captura e usar a força, não incentivavam os recrutadores a discriminar os indivíduos de uma localidade para servir o Exército. Certamente, nestas circunstâncias, não se realizavam exames físicos de qualquer natureza para integrar ou dispensar alguém. A força muscular, neste caso, era o único aspecto que podia ser observado na situação, quando outros interesses não faziam mesmo os homens sem condições físicas entrarem para o Exército, como se viu anteriormente. De toda forma, aqueles levados à força para a tropa só poderiam contar com sua força muscular para a nova vida que teriam pela frente.

Exercícios Físicos

Outra questão é ausência de exercícios físicos no treinamento dos homens no grosso da tropa. A educação física era já uma prática antiga, fora inventada no século XV. No Exército brasileiro do século XIX ela não era totalmente ausente, como também os esportes, mas por muito tempo foram práticas marginais na vida militar. O exercício físico só começaria a ser proposto como atividade regulamentar para os soldados a partir do final do século quando projetos para tornar a educação física obrigatória em estabelecimentos de ensino, civis e militares, foram apresentados ao legislativo. Até este período as capacidades físicas do soldado não precisavam ser aperfeiçoadas, sua força muscular não precisava ser majorada, não sistematicamente por uma prática concebida para esses fins. Da mesma forma como ocorria no modo senhorial, que excluía a preparação física sistemática dos contingentes formados.

A história da educação física no Exército brasileiro, e na sociedade brasileira de maneira mais ampla, mostra claramente esta situação. Nas tropas de primeira linha ela estava restrita, apesar de formalmente recomendada, a uma pequena quantidade de praticantes na oficialidade e não constituía uma atividade regular do grosso da tropa. Estava presente também em algumas instituições de ensino como o Colégio D. Pedro II e poucas escolas particulares de elite. A educação física não era, portanto, uma atividade desconhecida, mas não estava no centro das preocupações das autoridades do ensino e dos comandos militares. Do ponto de vista dos problemas formulados nesta pesquisa a marginalidade da educação física no Exército imperial mostra como não havia nenhum esforço significativo para majorar a força muscular e outras capacidades do soldado por meio do emprego de técnicas especialmente concebidas para esta finalidade. O homem ingressava nas tropas, forçada ou voluntariamente, e não recebia treinamento físico, deveria atuar com as capacidades que adquiriu em sua anterior vida familiar e comunitária.

Estudos sobre a educação física no Exército brasileiro informam que a atividade foi introduzida pelos membros da guarda pessoal da Imperatriz D. Leopoldina. Eles praticavam a *gymnastica*, também denominada prática motora (Arantes: 2). A partir deste início pontual a atividade, certamente, conheceu alguma difusão que impulsionou, mais tarde, um começo de regulamentação oficial. Em 1852 vê-se que a ginástica alemã foi implantada no Exército (Arantes: 6). Na Escola Militar da Praia Vermelha – com esta denominação desde 1840 – a ginástica já era praticada, com instrutores, assim como esgrima de baioneta, de sabre, florete e espada, canoagem, pesca, além de escaladas em elevações como o Pão de Açúcar e Morro da Urca (Marinho: 117; 173).

Ela era ensinada no Estabelecimento dos Aprendizes Menores. No relatório ministerial de 1851 consta que *a gymnastica fôrma actualmente parte da educação d'esses meninos e as despesas resultantes d'esta nova instituição, estão bem compensadas pelo desenvolvimento physico, que se lhe consegue, e pela aptidão obtida para todos os exercícios corporaes*. Ginástica, esgrima e natação eram obrigatórias, em 1860, no Depósito de Aprendizes Artilheiros, situado na Fortaleza de São João. Pouco antes, em 1858 a Escola Militar toma uma série de medidas como a nomeação de novo mestre de ginástica e a determinação de que seus cursos de infantaria e cavalaria tivessem aulas de esgrima e natação. A Escola da Marinha estabelecia, por esta mesma época, esgrima e ginástica uma vez por semana e natação duas vezes por mês e aos domingos antes da missa.

No período da Guerra do Paraguai se pode destacar no *Quadro demonstrativo da distribuição dos trabalhos dos alunos da Escola Preparatória da Corte em 1865*, subordinada à Escola Militar, elaborado pelo secretário interino Henrique de Amorim Bezerra e anexo ao relatório ministerial, constavam lições de esgrima às segundas, quartas e sextas-feiras, de equitação, ginástica, natação. O *Quadro demonstrativo da distribuição dos trabalhos praticos dos alumnos do curso preparatório no anno de 1866, da Escola Militar em 19 de fevereiro de 1867*, traz as seguintes atividades: *Exercício das tres armas para os alumnos respectivos às terças-feira pela manhã; esgrima às quartas e sextas-feira à tarde; equitação, gymnastica e natação por turmas*.

A prática da educação física parece que no Brasil começou de forma bem localizada na oficialidade do Exército, mas em meados do século XIX, para além das áreas escolar e militar a educação física já se estabelecia, ainda que pontualmente, como uma prática social. O esporte começou a se constituir como uma atividade em torno da qual pessoas passaram a se associar. Surgiram os clubes, nos quais, certamente, os exercícios físicos encontravam aplicação. Destacavam-se os clubes Grupo dos Mareantes (1851),

Sociedade de Ginástica de Porto Alegre no Rio Grande do Sul (Sogipa, 1867), Clube Ginástico Português e Jóquei Clube Fluminense (1868), Clube Guanabareense (1874), Clube de Regatas Cajuense e Clube de Regatas Internacional (1885). Militares já na mesma época também praticavam esportes. A Marinha de Guerra, por exemplo, realizou uma regata em 1862, que contou com a presença de D. Pedro II e foi muito noticiada à época (Marinho: 118).

É preciso considerar, ainda no século XIX, que contemplada nas prescrições oficiais e encontrando um suporte de desenvolvimento no esporte, a educação física constituía, ao mesmo tempo, um objeto de estudo. No ensino escolar, ainda na primeira metade do século, em 1828, já aparece publicado no Brasil o trabalho de Joaquim Jerônimo Serpa, o *Tratado de Educação Física-Moral dos Meninos* (Gutierrez: 47). Ela, também, era já tema para estudos acadêmicos. Pesquisas nas faculdades de medicina eram elaboradas, a exemplo da tese, de 1845, do Dr. Manoel Pereira da Silva Ubatuba intitulada *Algumas considerações sobre a Educação Física* (Marinho: 104). Inezil Marinho e Washington Gutierrez destacam a publicação, mais tarde, em 1867, de *Estatutos Higiênicos sobre Educação Física, Intelectual e Moral do Soldado* de Eduardo Augusto Pereira de Abreu (Marinho: 120; Gutierrez: 47). Carlos Bahiense da Silva e Victor Melo de Andrade estudaram o trabalho de Eduardo Augusto Pereira de Abreu, demonstrando que sob o influxo da Guerra do Paraguai, a educação física passou a ser pensada como meio de tornar um homem recrutado um soldado, ao mesmo tempo, que garantia sua adesão à sustentação do estado pelo direcionamento da atividade física como uma “forja” para torná-lo, também, um cidadão. O soldado e o cidadão surgem quando há preparação física do homem. No plano dos estudos acadêmicos a guerra, vê-se agora claramente, impulsionou mudanças na concepção sobre as capacidades físicas do militar. No desenvolvimento da guerra, a ausência da educação física revela que se dispensava, mesmo num conflito de grandes dimensões, a modificação das condições físicas e técnicas que os recrutados já tinham antes do ingresso para as fileiras. A educação física constitui atividade bem afinada com o modo militar de atuação armada que torna o treinamento sistemático do soldado condição para seu desempenho em campo. A marginalidade do exercício físico na preparação das tropas mostra que são os homens que lutavam pelos senhores que o Exército, também, buscava.

Disciplina: Castigos Corporais

Deve-se examinar com toda a atenção o problema da permanência dos castigos físicos como penalidades na disciplina militar do Exército brasileiro. Em primeiro lugar, se deve ter em conta que no conjunto das sanções previstas na área militar, havia as penas não

corporais. Advertências verbais e desonra, por exemplo, faziam parte delas. E existiam, é claro, penas que se não eram propriamente corporais, atingiam de alguma forma o corpo. Entre elas se pode considerar a pena de morte, pena capital privativa do Imperador. Contudo, apesar de sua gravidade, ela atinge o corpo mas para acabar com a vida do condenado, não visa, principalmente, o próprio corpo como nos castigos físicos.

Além dela, questões de disciplina e recrutamento reguladas por ordenanças militares poderiam ensejar pena de prisão sem ordem escrita de autoridade legítima, conforme o artigo 179 da Constituição imperial. A prisão, também, não é um castigo corporal, embora implique em restrição física do condenado a um lugar específico. A prisão, inclusive, como meio de provocar sofrimento físico, vinha sendo criticada desde o início do século XIX na Europa, mas também nos países americanos, incluindo o Brasil. O ministro da Guerra Angelo Muniz da Silva Ferraz, no Relatório de 1865-1866, era claro quanto às más condições das prisões existentes e admitia que os calabouços servissem apenas para detenção momentânea. Conforme esclarece, as prisões militares existentes eram de dois tipos, os *ergastulos de nossas antigas fortalezas, por sua maior parte humidios e insalubres* e os *calabouços existentes em diferentes quartéis, acanhados, sem as condições necessárias para prisões permanentes, e que apenas podem servir para detenção momentânea*. No mesmo sentido, um chefe na Secretaria de estado dos negócios da Guerra, propunha em seu Projeto de Regulamento Geral para as colônias militares e mistas de 1867, anexo ao Relatório da Guerra do mesmo ano, no seu artigo 82 que *haverá na colônia prisões commodas, arejadas, salubres e com a necessária segurança, com separação de sexos, para detenção dos delinquentes, e dos que desobedecerem às ordens dos seus superiores*.

Em várias instâncias do sistema prisional do Exército a mesma supressão do padecimento físico como objetivo da prisão. No *Mapa Estatístico dos Crimes Julgados pelo Conselho Supremo Militar de Justiça em 1864*, anexo ao relatório do Ministério da Guerra, não constava entre as penalidades aplicadas qualquer castigo corporal. Elencam-se as penas de prisão, suspensão temporária de comando e baixa de posto. A pena de prisão, também, era aplicada aos alunos infratores da Escola Central. Conforme o *Mapa dos Alunos da Escola Central* que foram presos em 1864, seis deles por desobediência ou assoadas sofreram a penalidade. No Mapa de 1865 constam as penalidades de prisão temporária, prisão perpétua, morte, suspensão temporária do comando e expulsão do serviço. Nomenclatura semelhante se aplicava na Escola Militar às penalidades. Nos *Mapas Estatísticos Criminais*, dos 44 penalizados, 28 foram de presos para simples correção e 13 foram repreendidos em ordem do dia. Além deles três foram condenados em pena não capital e três réus foram julgados em

Conselho de Disciplina. No Batalhão de Engenheiros, subordinado à Escola Militar, 146 foram presos para simples correção, nove foram julgados em Conselho de Guerra, seis foram condenados a pena não capital e três foram rebaixados de posto.

O Regulamento para o Presídio de Fernando de Noronha, publicado no decreto de 11 de fevereiro de 1865 e reproduzido no relatório ministerial do mesmo ano, dispunha em seu artigo 8º: *Manterá mais rigorosa disciplina no presidio, adoptando todas as medidas, que, dentro da orbita da lei, forem necessárias para impedir desordens entre os sentenciados, e evitar máos tratamentos da parte dos empregados.* No *Mappa estatístico dos crimes commettidos por militares julgados pelo Conselho Supremo Militar de Justiça durante o ano de 1866*, anexo ao relatório da Guerra de 1867, foram aplicadas as seguintes penas: prisão temporária a 131 praças, prisão perpétua a cinco praças por insubordinação, resistência ou morte, expulsão do serviço e prisão temporária a uma praça por roubo, expulsão do serviço a uma praça por vender peças do fardamento. O ministro João Lustosa da Cunha Paranaguá baixou as Instruções para o Serviço dos Inválidos em 21 de abril de 1867, reproduzidas no relatório ministerial do mesmo ano. Elas proibiam, explicitamente, os castigos físicos como penalidade para faltas: *Art. 35. A's praças invalidas serão applicados correccionalmente, pelas faltas que commetterem, castigos moderados, e prisão solitaria sem redução de alimentação, ou com esta, conforme a gravidade do delicto; para o que houvera no estabelecimento uma prisão apropriada: § 1. Não será applicado, em caso algum, o castigo de pancadas aos inválidos; § 2. Serão, por ordem do ministério da guerra, expulsos do asylo os inválidos que se mostrarem incorrigiveis, ouvindo-se sempre um conselho de disciplina, e nomeação do ajudante general do exercito.*

Mas os castigos físicos, em que pesem todas as proibições legais e oficiais à aplicação deles no Exército, não foram nem mesmo formalmente abolidos dos ordenamentos militares, embora sempre criticados e contestados. O conde de Lippe os manteve nos seus regulamentos como se viu anteriormente e seus Códigos de Guerra – a parte dos regulamentos que prescrevia os castigos e constituía a base legal das punições – embora já fossem considerados violentos e antiquados à época da Guerra do Paraguai, no Exército só foram abolidos formalmente em 1874 e na Marinha apenas no início do século XX. Uma longa sobrevivência legal no Brasil.

Os golpes com uma larga espada de prancha, as pranchadas, eram o castigo regulamentar no Exército. Dionísio constatou a aplicação de pranchadas durante a campanha do Paraguai para castigar soldados infratores (Cerqueira: 91-4). A chibata era o instrumento para aplicar castigo físico na Marinha. Havia outros castigos físicos além desses, como

carregar em armas (sustentar o peso de muitas armas nos ombros) e ser preso por corrente de ferro nos tornozelos.

Por isso mesmo, permanecendo nos regulamentos militares o castigo físico não era inteiramente arbitrário. Além disso, na disciplina do Exército havia processos formais de investigação e julgamento na aplicação de penas de todo tipo, conduzidos por instâncias legalmente criadas da justiça militar como os Conselhos de Investigação e de Guerra. Desde o início eles são relatados nos diários do exército em operações no Paraguai (Campanha: 9; 12). De fato, os castigos corporais não se tornaram ilegais no Império brasileiro ainda que o mesmo artigo 179, analisado anteriormente para a questão do recrutamento forçado, em seu inciso XIX, determinasse a abolição de açoites, tortura, marca de ferro quente e de todas as demais penas definidas como cruéis.

Esta situação algo dúbia de uma prática que permanece, até com sanções legais, mas sempre contestada, se deve, certamente, ao surgimento da disciplina moderna, aquela que começa a se formar em meados do século XVIII, que tende a dispensar o castigo físico como forma de sanção a infrações, mesmo dos homens recrutados para a vida militar, em proveito da aplicação de outras formas de controle não violentas. Desde este período as penalidades ditas “cruéis” começaram a ser proibidas na grande maioria dos ordenamentos jurídicos.

Em meados do século XIX, no âmbito do Governo central o ministro da Guerra Jerônimo Coelho propôs, no Relatório 1857, a isenção de castigos corporais ou sua aplicação somente precedida por certas formalidades como dispositivos para uma boa lei do recrutamento que incentivasse os homens a se apresentarem. À época da Guerra do Paraguai, e justamente por causa dela, os debates no Legislativo, tornam clara esta situação: ao mesmo tempo, a aplicação dos castigos físicos é uma prática e recebe fortes críticas. Naquele momento tratava-se de um esforço para abrandamento das penas nas forças armadas com o fim de atrair homens para o recrutamento. A pena de morte constituiu um tema de debates. Uma Resolução abolindo-a entrava em primeira discussão na Comissão de Justiça Criminal, em sessão de cinco de junho de 1865 na Assembleia Geral.

Neste mesmo ano, na sessão de 30 de maio, no início dos muitos debates motivados pela Guerra do Paraguai, o castigo físico no Exército estava novamente em discussão. Ele seria *um systema anachronico: é, senhores, uma Lei Penal que tem cheiro de sangue! Não está em harmonia nem com as luzes do século, nem com a nossa civilização, nem com os nossos costumes....* Considerava-se de elevado alcance a proposta de abolição de um castigo *bárbaro e infamante*. O sangue, destacado no trecho, indica que era bárbaro, aviltante, infamante e anacrônico atingir o corpo do soldado. Era o corpo físico que estava no

centro desses debates sobre recrutamento, era a sua punição física que motivava a resistência dos homens a se apresentarem voluntariamente e criava para o Exército a necessidade do recrutamento forçado.

Mas na Guerra do Paraguai se vê que os castigos físicos não só permaneciam como foram no período aplicados com maior frequência. Num dos mais recentes estudos sobre o conflito, Hendrik Kraay afirma que a disciplina dos soldados era uma dificuldade para os comandos e eram os castigos físicos que mantinha alguma ordem nas fileiras: *Not surprisingly discipline remained a constant headache for allied commanders. Flogging and beatings maintained a semblance of order in the ranks but belied the rhetoric of citizenship and service to the nation that motivated the early mobilizations* (Kraay: 14).

Sobre a vigência dos regulamentos do Conde de Lippe, um colega de estudos de Dionísio, primeiro sargento, *por falta de somenos importância* foi ameaçado por seu capitão de baixa do posto e de outra *pena humilhante*, o castigo corporal: *naquele tempo, havia o castigo corporal, legitimado pelos regulamentos que vigoravam*. Os castigos não foram aplicados neste caso, mas o fato de ter sido ameaçado com eles, conforme relata Dionísio Cerqueira, envergonhou e abateu o colega, o fez afastar-se do convívio com os companheiros e a solicitar transferência de corpo, o que conseguiu (Cerqueira: 55). Dionísio destaca, então, a arbitrariedade dos oficiais encarregados de aplicar esses castigos e o fato do castigo físico ser humilhante, uma forma de rebaixamento social.

Significa dizer que apesar de contestado, o castigo corporal permaneceu, durante todo o Império e para além dele, como prática disciplinar nas tropas e sanção regularmente empregada nas infrações e crimes cometidos pelos soldados. A permanência do castigo físico está ligada à valorização da força muscular do soldado. O castigo que causa dor física é demonstração de força de quem o aplica sobre aquele que recebe a punição naquilo que trouxe para a tropa, o seu corpo e as forças que ele tem.

Conhecimentos Prévios dos Homens adquiridos na Vida Familiar e Comunitária

Como atuavam em campo soldados que não eram treinados regularmente ou recrutas e voluntários que mal recebiam instrução militar e, também, seguiam para as lutas? O problema que surge para a análise é o envio de homens para as guerras e outros conflitos armados sem preparo físico e técnico para se engajarem em atividades militares. O que se podia esperar quanto ao desempenho desses homens em combate?

Anos antes da Guerra do Paraguai, na década de 1850, os comandantes militares apontavam o problema da falta de treinamento e instrução prática dos alunos nas escolas

militares. A começar pelo problema dos cadetes, como visto anteriormente, que ingressavam na vida militar apenas com aulas teóricas e sem receber instrução prática, questão abordada novamente em meados do século, no Relatório do Ministério da Guerra de 1851. Mas o problema se estendia aos outros alunos e nas duas escolas militares existentes na década de 1850, a Escola de Aplicação do Rio Grande do Sul e a Escola Militar da Corte. Exercícios específicos de tiro, então, estavam apenas em projeto nas escolas, conforme anunciavam os Relatórios de 1851, 1857, 1858. Mais tarde, se constata que alguma instrução militar já era fornecida no ensino militar. Dionísio relata que recebeu instrução de infantaria quando, em 1864, era aluno paisano na Escola Central. Ele e os colegas entravam, por exemplo, marchando para a sala da aula (Cerqueira: 65). Mas por sua filiação, pouco tempo depois, já na guerra, conseguiu passar de recruta a cadete no corpo militar que viajaria para Montevidéu por instâncias de um amigo, o 1º sargento Juvêncio. Dionísio afirma que *tinha direito por meu pai a 2º cadete e por meus avós a 1º* (Cerqueira: 51).

De fato, os relatórios anuais e outros documentos oficiais dos diretores das escolas enfatizavam que ao lado do ensino teórico era, também, ministrado o ensino prático. A guerra, então, em curso levava-os a demonstrar a preocupação em preparar os alunos que ainda não tinham idade suficiente para engajamento na frente de batalha, mas teriam condições físicas e técnicas para fazê-lo depois caso a guerra prosseguisse.

No Relatório da Escola Militar de 1864, anexo ao relatório do ministro, se apresentava o mapa de alunos matriculados e formados com resultados considerados bastante positivos. Informava-se que *dos 109 alumnos, que se matricularão nos três annos do curso da escola... se vê, haver se conseguido o importante resultado de apresentar a escola 31 officiaes e uma praça de pret com o curso completo theorico e pratico da arma de artilharia; e 15 officiaes e 13 praças de pret com os estudos completos e a pratica respectiva de infantaria e cavallaria. O Quadro demonstrativo da distribuição dos trabalhos dos alunos da Escola Preparatória da Corte em 1865*, elaborado pelo secretário interino Henrique de Amorim Bezerra, e o quadro do ano seguinte, traziam na programação escolar lições de esgrima às segundas, quartas e sextas-feiras, de equitação, ginástica, natação e exercícios de Infantaria às quintas-feiras, e nomenclatura e conhecimento dos armamentos aos sábados. Além disso, os alunos todos os dias se preparavam para revista pela manhã e faziam formatura geral depois do almoço. Nos dias santos de guarda faziam a guarnição da Escola.

Mas, para além do ensino militar, há informações oficiais de que recrutas recebiam instrução militar nos depósitos de recrutas, como eram denominados os locais para onde eram inicialmente enviados (Guimarães: 289; Werneck: 129). Contudo, as próprias

autoridades militares constatavam que o soldado nestes depósitos recebia apenas instruções iniciais sem continuar a exercitá-las regularmente depois. Uma das razões apontadas em relatórios ministeriais para isto era o desvio dos soldados no interior do país para funções policiais, uma prática recorrente que atendia dificuldades orçamentárias dos poderes locais e proporcionava aumento de renda a soldados que, via de regra, recebiam muito irregularmente o pagamento de seus soldos.

Já no período da guerra o ministro Angelo Muniz da Silva Ferraz informava no relatório de 1865-1866 que a criação de depósitos para instrução de recrutas e filhos de praças e de famílias pobres fora autorizada pela lei 1246 de 28 de junho de 1865 e regulamentada pelo decreto 3555 de 9 de dezembro de 1865. Anexas aos relatórios ministeriais foram publicadas três instruções. Em 03 de janeiro de 1866, cumprindo o decreto, foram publicadas as *Instruções expedidas pelo ministério da guerra sobre a organização dos depósitos dos aprendizes artilheiros*, destinados aos filhos dos praças do Exército e de outros desfavorecidos de fortuna. Foram publicadas, em 14 de fevereiro de 1866, as *Instruções para os depósitos especiais de instrução*, anexas ao relatório do ministério da Guerra de 1865-1866. Finalmente em 15 de fevereiro de 1866 foram publicadas as *Instruções para organização dos depósitos de disciplina*, lugares para onde seriam enviados os soldados considerados incorrigíveis em seus corpos militares.

As justificativas do ministro e os objetivos fixados em todas essas Instruções mostram que se atribuía grande importância à instrução prática. Em especial para os Depósitos de recrutas ministrava-se a instrução de modo a destinar cada um deles à arma que melhor se adequariam conforme eram observados seus hábitos, costumes e tendências. Em todas elas o contato com veteranos ou soldados inválidos do Exército que frequentariam os depósitos ou os administrariam era reputado fundamental para que os internos aprendessem com a experiência dos velhos e bons soldados que, também, lhes dariam exemplos morais, posto que a boa reputação dos soldados era critério para engajá-los de alguma forma na instrução. O ensino prático para emprego do armamento e para o desempenho de atividades militares era claramente especificado.

O artigo 4º das instruções para o Depósito de Aprendizes Artilheiros determinava que a *instrução dos aprendizes artilheiros será theorica e pratica* e que a instrução prática incluía a aprendizagem do uso de armas de fogo. O §2º prescrevia: *Nomenclatura da carabina, do mosquetão e do equipamento respectivo; Limpeza, armamento e desarmamento do mosquetão e carabinas; Noções sobre o tiro das bocas de fogo, mosquetões e carabinas*. No artigo 34 se reforçava a necessidade de treinamento em armas: *Em épocas, que o ministro*

da guerra marcar, os aprendizes artilheiros se exercitarão ao alvo na escola do tiro. O artigo 8º das instruções para os Depósitos de Recrutas determinava que os recrutas receberiam instrução primária e instrução prática. O §2º definia que *a instrução pratica será a seguinte: em todos os depósitos a instrução de infantaria desde a escola do soldado até a de pelotão: nos de infantaria explicarse-ha a nomenclatura e manejo das respectivas armas: nos de artilharia a nomenclatura e exercicio de bocas dê fogo; e nos de cavallaria além da nomenclatura das respectivas armas, os principios de equitação, e escola de soldado até o de esquadrão.* Conforme o artigo 13, completado o tempo de seis meses de aprendizagem o recruta seria mandado para o corpo militar designado pelo comando. O artigo 13 dos Depósitos de Disciplina definia que os praças teriam como obrigação fazer exercícios três vezes por semana, além de executarem serviços de faxina nas fortalezas e quartéis ou trabalharem nas obras militares.

Tanto o ministro da Guerra de 1866, Angelo Muniz da Silva Ferraz, como o ministro de 1867, João Lustosa da Cunha Paranaguá, falaram do sucesso da implantação desses depósitos em seus respectivos relatórios à Assembleia Geral. Um depósito de recrutas como o de Santa Catarina já organizado antes da publicação do decreto, teria se desenvolvido ainda mais e o depósito para menores artilheiros na Corte teria recebido muitos jovens e meninos de várias províncias, especialmente as do Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e Pernambuco. Os bons resultados são comemorados, também, porque esses depósitos constituíam uma estratégia de estabelecer controles sobre uma população de baixa renda retirando homens jovens do espaço público, ao mesmo tempo, procurando empregá-los nas atividades militares do Estado. *As províncias concorrerão com muitos menores, e estes, sem arrimo então, achão-se hoje amparados, e habilitão-se para mais tarde prestarem bons serviços ao Estado, que lhes deu abrigo, forneceu-lhes alimento, e desvelou-se na sua educação, instruindo-os para se tornarem cidadãos úteis e laboriosos.* A instrução militar serve ao estado para retirar indivíduos da situação de vulnerabilidade em que viviam e que poderia fazê-los perturbar a ordem pública, ao mesmo tempo, que permitia a apropriação das capacidades físicas dos homens para os fins militares do estado.

Iniciativas para treinamento dos soldados foram tomadas quando se avizinhava a guerra com o Paraguai. O presidente da Comissão de Melhoramentos do Material do Exército (organizada sob o Regulamento baixado com o decreto nº 663 de 24 de dezembro de 1849) depois de relacionar em relatório de 20 de março de 1865, anexo ao relatório ministerial de 1864 informa que *para o ensino pratico de manobras, tanto aos alumnos da escola geral de tiro, como das praças do 7º batalhão da guarda nacional, mandou o governo construir o mais*

próximo possível desta escola, no terreno da carreira de tiro, uma praça de 2,500 braças quadradas.

Há relatos de tropas bem treinadas ou que estavam recebendo treinamento nos preparativos para a guerra. No *Relatório Geral da Comissão de engenheiros junto às forças em expedição a Provincia de Mato Grosso em 1865-1866* publicado no relatório de 1867 do ministro João Lustosa da Cunha Paranaguá, os engenheiros registraram no início da marcha para o Mato Grosso que *durante esse tempo, a comissão de engenheiros tomou posse dos instrumentos próprios para a campanha, empregando-se em diversos e seguidos exercicios, rectificação e seu conhecimento completo. As tropas exercitarão-se por todo tempo convenientemente e receberão a instrucção peculiar desde os primeiros dias de chegada (18 de Abril) até o da sahida de Campinas (20 de Junho).*

Havia planos de organização militar para tornar colônias militares nas fronteiras forças de defesa externa e segurança interna do país. José Rufino Rodrigues Vasconcellos, Chefe da V secção da directoria fiscal da secretaria de estado dos negócios da guerra propôs um *Projeto de Regulamento Geral para as colônias militares e mistas* de 1867, anexo ao Relatório da Guerra do mesmo ano. O artigo 65 estipulava que um dos corpos previstos, as guardas fronteiras, *serão adestradas nas três armas de artilharia, cavallaria e infantaria, sendo obrigadas a manobras e exercícios nos domingos e dias sanctificados, e em um dia de cada semana.*

Entre as iniciativas do estado para implantação da instrução militar senão para o grosso da tropa, ao menos, para oficiais de menor escalão, estava a determinação para que a instrução formal obtida em escola militar fosse condição indispensável para se receber a patente de oficial da cavalaria. Dionísio Cerqueira observou no seio da tropa as consequências da nova regulamentação. Velhos soldados gaúchos, como um tenente que era excelente cavaleiro, um *centauro*, como se dizia na província, eram obrigados a trocar de arma ou de função (Cerqueira: 73).

Mas, de imediato interessa a esta pesquisa uma realidade bem mais difundida do que o treinamento sistemático dos soldados. E é justamente o seu contrário, a falta de treinamento deles e a forma de apropriação das capacidades dos homens que se realiza sem o treinamento.

No âmbito do Governo central, avizinhandose uma guerra importante, a instrução das tropas constituía um problema. Os Regulamentos do conde de Lippe que a orientavam eram já vistos como antigos, superados, muito alterados e disseminados em uma legislação fragmentada. É como entendia uma alta comissão instituída por Aviso do Ministério da

Guerra em 18 de dezembro de 1865, anexo ao relatório ministerial do mesmo ano, para rever toda a legislação militar, iniciativa imperial na organização do Exército para a estratégia ofensiva contra o Paraguai. Era dirigida por três figuras do maior destaque, o conde D'Eu, seu presidente, Caxias e o barão de Saruí, vice-presidentes. Dizia em seu preâmbulo: *Senhor.—A nossa legislação militar reclama a maior atenção dos poderes do estado. As regras, não só sobre a policia e disciplinados corpos do exercito, como tambem as que ficam relativas ao serviço interno, quer em tempo de paz, quer no de em marcha ou nos acampamentos, e a sua instrucção de guerra, pratica, tendo ainda por base as instrucções annexas ao regulamento de infantaria do 18 do Fevereiro de 1763, achão disseminadas por um não pequeno numero de ordens e avisos, mais ou menos alterados por estylos e ordéns de diferentes chefes, conforme o tempo e as circunstancias, não acompanhando talvez o progresso, que em quasi todos os paizes tem tido a arte da administração militar.*

O treinamento regular dos soldados constituía uma preocupação das altas autoridades militares na capital do país, mas não dos comandos que estavam atuando em campo durante a guerra. Mesmo com as urgências que criou um conflito de grandes dimensões como a Guerra do Paraguai, o cadete Dionísio Cerqueira constatou a falta de treinamento dos homens enviados ao campo de operações até mesmo em atividades de apoio como colocar arreios nos cavalos de carga com o que se atrapalhavam os recrutas (Cerqueira: 69). Os soldados aprendiam marchas e manobras já atuando em campo. Ele mesmo foi enviado à guerra sem nenhuma instrução e sofreu inicialmente por não saber carregar corretamente o fuzil ao ombro: *Apesar de não ser longa a marcha, cheguei ao Cerro cansadíssimo... e os ombros pisados pelas correias da mochila e pela carabina, que passava, alternadamente, de um para outro.* Ele ainda não era destro com o equipamento, não sabia arrumar corretamente as alças da mochila bem no alto dos ombros. Exatamente com essas mesmas dificuldades ele observou muitos retardatários não acostumados, segundo ele, ao peso dos equipamentos (Cerqueira: 54).

A passagem de Dionísio pela artilharia, na qual foi engajado inicialmente, permite verificar a ausência quase completa de instrução militar. No campo de luta o cadete Dionísio foi promovido a chefe de peça, isto é, de um canhão. A responsabilidade pelos disparos feitos pela guarnição era dele, mas não recebeu instrução de artilharia e se tornou autodidata na operação do equipamento. O único exercício de tiro de canhão, segundo o autor insuficiente e assistemático, que ele e seus companheiros receberam, foi o seguinte: *pegar na palamenta, limpar e carregar (sem cartucho nem bala) e fogo (sem pólvora), depois atracar a palamenta e nada mais.* Além do que não tiveram exercícios de tiro ao alvo (Cerqueira: 65).

A questão, no entanto, não dizia respeito apenas à sua situação particular. Dionísio observou que nos quatorze meses entre a rendição de Montevideú e a passagem do rio Paraná os soldados não fizeram, que fosse do seu conhecimento, exercícios de tiro ao alvo em qualquer das três armas (Cerqueira: 66). O problema era, na verdade, mais geral. Os paisanos que se alistavam como voluntários da pátria não tinham tempo para passarem a prontos dos exercícios de recruta e os soldados de guarnições do interior, desviados para outras funções não-militares, não se exercitavam sistematicamente (Cerqueira: 63). Não que não houvesse ocasiões nas quais se podiam verificar até mesmo corpos de voluntários marchando corretamente. Dionísio mesmo os viu, em fevereiro de 1866, desfilarem quando da visita do conselheiro Francisco Otaviano de Almeida, ministro plenipotenciário do Brasil na Argentina: *Fazia gosto ver aquela massa imponente de homens dominados pelo amor da pátria marchar com garbo e galhardia, em cadência, ao som dos dobrados sugestivos, desfilando, orgulhosos de sua nobilíssima missão... Era difícil distinguir os corpos de linha do Voluntários da Pátria. Confundi-los-ia o mais abalizado observador, pois todos tinham a mesma correção nas manobras, marchavam todos sem perder o alinhamento, com o mesmo ar marcial e batendo o chão com a mesma força* (Cerqueira: 111). Esta não era uma situação generalizada.

O treinamento físico e técnico, embora fosse uma exigência dos regulamentos militares, não se implantava como prática efetiva do grosso da tropa. À falta da instrução militar a atuação dos soldados no Exército se fazia a partir das formas de apropriação de capacidades físicas e técnicas desenvolvidas no modo senhorial. O recruta e o voluntário da pátria na Guerra do Paraguai não eram treinados ou eram pouco treinados, mas levados assim mesmo para a luta com o inimigo, porque se contava, por um lado, com a disposição moral dos homens para lutar mesmo sem fornecimento dos recursos necessários; e por outro, com os conhecimentos que já tivessem adquirido na vida social e que pudessem aplicar na realização das atividades militares que eram exigidas deles.

No início da Guerra do Paraguai autoridades militares enfatizaram em várias oportunidades valores morais nos soldados brasileiros como bravura, denodo e resignação, que compensavam os muitos problemas encontrados nos corpos militares. Em 1864 o Exército estava desorganizado, seus soldados mal preparados, mas as tropas brasileiras obtiveram vitórias nas lutas que travaram. No relatório de 1864 o ministro da Guerra, visconde de Camamú, afirmava que apesar da falta de organização e disciplina dos soldados do Exército, espalhados por todo o território, muitos em locais distantes, para serviço policial nas províncias, eles foram para a guerra com o Estado Oriental *com o valor e o arrojo, que se*

admirão nos melhores Exércitos das nações cultas. Ainda mais que isso, a tomada do forte de Paissandu, que definiu a vitória contra o general uruguaio Aguirre em 1864, bem guarnecido e com trincheiras e a resistência de cem homens contra quatro mil inimigos que investiram o forte Coimbra no mesmo ano em dezembro, mostrariam *que o soldado brasileiro em valor, disciplina e bravura, nada tem de invejar aos melhores soldados do Mundo.* Ainda que o soldado não tivesse o preparo técnico requerido para combater numa guerra, esperava-se dele a adesão aos objetivos fixados pelo estado e pelos comandos militares e o acatamento à determinação superior para lutar. A disciplina que aparece no relatório do ministro significa antes obediência às ordens recebidas, subordinação a um comando, do que a execução correta e coordenada das ações numa batalha.

É o que se depreende, também, dos comentários dos engenheiros que seguiram com a força enviada para a Província de Mato Grosso no *Relatório da Comissão de engenheiros desde o rio Taquary até a villa de Miranda, com documentos annexos e trabalhos parciais de alguns ajudantes da mesma nas Forças em operações ao sul da provincia de Mato Grosso —1866*, anexo ao relatório ministerial deste ano. Ao lado da bravura e do arrojo o valor do soldado brasileiro estaria, também, na resignação ao suportar as maiores privações sem reclamar. Acampados em Miranda, analisando alguns revezes sofridos pela tropa na longa marcha, eles puderam observar que *Um conjunto contudo de circumstancias tão tristes fez mais realçar as virtudes que imperão no soldado brasileiro, patenteando o seu character eminentemente soffredor e resignado, a subordinação e disciplina que lhe são naturaes. Depois de dias em que nada se distribuía, nenhuma queixa se erguia, nenhuma reclamação se ouvia; todos se compenetravão das difficuldades que impedião a tomar-se qualquer providencia e calmos esperavão pelo que lhes reservava a sorte.*

Na batalha de Curuzu entre 1º e 3 de setembro de 1866, o ministro João Lustosa da Cunha Paranaguá, no relatório ministerial deste ano, elogia o denodo, o ardor, o arrojo dos soldados, que mesmo com certo atropelo das ações, venceram com heroica valentia o inimigo. Relata que *quando a linha de batalha chegou á bateria inimiga, mandou-se cessar o fogo de artilharia, e, ao signal de avançar, os nossos soldados, possuídos do maior entusiasmo e animados, do ardor do combate, com arrojo galgarão e saltarão o fosso uns sobre outros, çom admirável intrepidez escalarão fortes trincheiras e combaterão heroicamente peito a peito, sendo seus esforços coroados pela mais esplendida victoria, a queda de Curuzú, de cujo forte tomou logo posse o 2.º corpo de exercito.*

O valor dos soldados supria, para os comandos militares, o despreparo técnico e físico para a guerra. Este valor devia, no entanto, se mostrar na execução de ações em campo.

Sem recursos e sem treinamento os soldados usavam o que haviam aprendido na vida para realizar as atividades que se exigiam deles. O costume de andar descalço, por exemplo, fez muito para a atividade de marchar. Os comandos do Exército tomaram iniciativas para fornecer calçados às tropas e os oficiais no campo de operações se preocupavam em obter este recurso para os subordinados. A pedido do marques de Herval, o general Osório, três mil pares foram enviados para o acampamento no Passo da Pátria em julho de 1867 (Campanha: 4). Essas providências atendiam não só à preocupação com recursos materiais que garantissem a eficiência das ações em campo, como respondiam, de maneira mediata, a práticas de clivagem social que procuravam reproduzir relações de domínio entre os segmentos sociais. É preciso lembrar que aos escravos era proibido se calçarem e que, no mesmo sentido, senhores abastados podiam calçar seus escravos domésticos como forma de mostrar seu poderio econômico e posição superior na hierarquia social.

Mas o que se verificava com frequência eram soldados descalços, primeiramente em razão da falta de recursos financeiros para o Exército, que persistia, ainda, ao tempo da guerra. Os memorialistas da Guerra do Paraguai registraram a prática. Dionísio Cerqueira encontrou seus colegas da Escola Central do Rio de Janeiro no campo de batalha carregando mochilas, com as calças arregaçadas e descalços, mas sem se importarem com pedras e urzes (Cerqueira: 97). Ele informa que os soldados mesmo em batalha atuavam sem calçados: *E os pés nus e robustos passavam incólumes sobre espinhos e tremedais, pedras cortantes e areais abrasados pelo calor do verão* (Cerqueira: 63). Tratava-se do 13º batalhão apelidado por este motivo de *Arranca-toco*.

Contudo, numas das marchas pelo Chaco, por volta de agosto de 1867, Dionísio observou mais uma vez os soldados caminhando descalços e começou a avaliar de modo diferente a situação. Leitor de teóricos militares considerou que enquanto comandantes e estrategistas da Europa – cita Wellington, Napoleão, general Izzet Fuad – preconizavam como indispensável o uso de calçado na guerra, *o nosso soldado do interior do país pode bem, sendo preciso, dispensar o calçado*.

É um assunto que representou uma oportunidade para Dionísio afirmar um ponto de superioridade do soldado brasileiro sobre o europeu. Observação importante, no entanto, é que andar descalço era um expediente muito eficaz: *as botas enchiam-se de água e de lama. Com os sapatos e as botinas acontecia o mesmo e os pés se feriam. Raro era o soldado calçado*. Esta prática era muito comum no interior do país e não representava um problema para os soldados brasileiros. Na verdade, como a prática permitia uma marcha muito melhor os soldados se adaptaram a ela. Dionísio Cerqueira não só constatou a prática entre os

soldados, como se adaptou a ela pelas vantagens que tinha em relação aos coturnos e outros calçados para marchar: *a princípio custaram-me demasiado tantas inclemências, principalmente quando o batalhão marchava por terrenos pedregosos ou cobertos de malícia* (Cerqueira: 208-9). O oficial prussiano Max von Versen que acompanhou as tropas paraguaias, também, passou a andar descalço com os soldados e, da mesma forma, reclamando do sofrimento nos terrenos com plantas espinhosas (Diniz: 73). Vê-se aqui que andar descalço era, também, uma prática dos soldados paraguaios e que, como aos brasileiros, lhes dava algumas vantagens na guerra. O comandante argentino Emilio Conesa em correspondência oficial sobre a batalha do Passo da Pátria observou que os paraguaios conseguiam fugir através de bosques e charcos correndo descalços e mais velozes do que seus soldados calçados (Diniz: 72).

Andar descalço, nos restringido ao caso brasileiro, era uma prática muito difundida para vencer terrenos difíceis e grandes distâncias. Este caso aponta para um campo de pesquisas sobre a atuação militar dos homens, em especial dos segmentos de baixa renda que compunham o grosso das tropas, na Guerra do Paraguai, mas também, em muitas outras, internas e externas, num exército sem organização, sem recursos materiais e financeiros, mas que se punha em campo contra inimigos. O Exército brasileiro se punha em movimento, efetivamente o fez na grande guerra contra o Paraguai, mas a partir do modo de atuar desenvolvido pelos senhores e seus homens na vida social e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resumo e Perspectivas

O recorrente emprego da violência armada na vida social e política do Império brasileiro foi o problema do qual partiu este trabalho. Esta forma de violência aparece como um problema ao escrutínio do historiador quando a observação procura integrar num mesmo conjunto, por um lado, a frequência dos crimes violentos por desentendimentos entre os indivíduos, desavenças entre as famílias e confrontos entre senhores, investidos de patentes militares, conduzindo seus homens em armas; e, por outro, a constância dos movimentos armados de contestação política e da repressão policial ou militar a forças locais e regionais em rebelião contra o Governo central.

Contudo, acompanhar o desenrolar das lutas e das ações que deram a vitória a um dos lados dos confrontos não significa compreender esses problemas. Este trabalho não objetivou entender, em cada conflito, os motivos da vitória de um lado e a derrota de outro. O problema que se apresentou à reflexão foi o emprego tão frequente de armas como meio de resolução dos conflitos de interesses. É este o problema que demandava estudo e que remetia não às condições específicas deste ou daquele confronto, mas a um fenômeno de maior alcance social, o acesso dos homens a armas e a capacidade de empregá-las. O porte e o uso de armas eram generalizados no Império brasileiro. Não se tratava, portanto, de fenômeno restrito a um segmento social em particular ou a localidades bem delimitadas ou mesmo a regiões claramente determinadas. Tratava-se, na verdade, de fenômeno social de amplo alcance, de uma característica da sociedade imperial. O estudo da violência armada significa caracterizar essa sociedade a partir do uso que nela se fazia de armas quando interesses divergentes ou antagônicos entravam em choque.

Propôs-se, então, uma primeira noção, a de Sociedade Armada, definindo-a como sociedade com capacidade para obter e empregar armas independentemente das instâncias governamentais. Estabeleceu-se, assim, o quadro mais amplo no qual se desenvolveria o trabalho e definiria os seus recortes. Logo se percebeu que o problema de uma sociedade deste tipo se colocava desde o início da colonização do território e que fazia emergir como uma questão de fundo a formação do Estado brasileiro, posto que a organização das forças policiais, militares e de segurança interna das instâncias de governo tinha que levar em conta a capacidade armada da população. Daí porque a opção, primeiro, por trabalhar com o período imperial para estabelecer um recorte temporal que permitisse elaborar pesquisa individual

consistente e, depois, por trabalhar com o período mais específico compreendido entre 1842-1870, para abordar um movimento armado com expressiva participação dos senhores, a Revolta Liberal de 1842 (com alguns exemplos da Farroupilha mais ao sul) e a Guerra do Paraguai como um dos momentos de maior fricção entre a sociedade armada e o estado.

A sociedade armada colocou, então, como problema para estudo o exercício do poder por meio do emprego da violência física. Isto significa que reunir e constituir forças com capacidade bélica eram formas de reprodução de uma sociedade. Daí se entender que esses eram procedimentos regularmente desenvolvidos numa sociedade que precisava manter-se na posse de armas e em condições para empregá-las. Era necessário constituir modos de realizar esses objetivos, que denominei, então, Modos de Atuação Armada. Como, nesta sociedade, os polos dominantes (lideranças senhoriais ou populares, comandos militares etc.) das forças que se constituíam se apropriavam das capacidades físicas dos homens para direcioná-las para os objetivos que fixavam? Como formar uma tropa militar ou um grupo armado e capacitá-los para a luta?

Essas questões conduziram o trabalho não só porque permitiram esboçar as maneiras pelas quais a sociedade armada podia se reproduzir – que desenvolvidas, principalmente, pelos senhores se podem chamar Modo de Atuação Armada Senhorial – como permitiram enfocar as maneiras pelas quais o Estado organizava suas forças (em especial, o Exército) e a dependência que ele tinha em relação à força da sociedade armada da qual emergia. Esta abordagem permitiu, também, retomar a problemática das relações entre sociedade e estado no Brasil Império, tal como elas se desenvolveram no que diz respeito à dimensão física e material do exercício do poder no período estudado.

Procurei defender, portanto, que procedimentos militares do Exército brasileiro no período imperial, no recorte estabelecido, tinham origem em práticas desenvolvidas na sociedade senhorial que os senhores levavam para o Exército quando chamados a cooperar com o estado e os homens em geral quando eram recrutados para as fileiras. Nesta abordagem práticas como mandar os homens para o campo de batalha sem treinamento adequado e castigá-los fisicamente como sanção para faltas, não devem ser vistas unicamente como disfunções de um Exército mal organizado e sem recursos, mas também, como maneiras de lutar e controlar o comportamento deles desenvolvidas na sociedade armada e aceitas pelos comandos militares.

Está claro que o estado organizava forças militares sob seu comando e para sua sustentação. No caso do Exército brasileiro se aproveitando da estrutura deixada pelo Exército português após a declaração da Independência e reorganizando-o a partir dos anos 1840

quando começou a superar os problemas de comando e fidelidade ao novo estado que se instalaram durante o I Reinado e o período regencial. E desde o início, seguindo a organização instituída pelos exércitos modernos, o Exército brasileiro constituiu um Modo Militar de Atuação Armada como uma série de disposições na legislação militar que apontavam para o padrão que deveria vigorar integralmente nas tropas.

Mas, embora, tenha desenvolvido uma regulamentação própria não era, principalmente, a partir dela que o Estado obtinha capacidade de atuação armada. Ele era obrigado a lançar mão dos recursos e do apoio dos senhores e, também, do modo desenvolvido por estes para mobilizar seus homens para a luta. As forças militares do Estado se organizavam na vigência simultânea dos modos senhorial e militar de atuação armada nas tropas. Em razão desta dependência do estado em relação aos senhores denominei as formas de organização das forças militares de Modo Dependente de Atuação Armada. Ele se instaurou, portanto, na distância, sempre presente, entre as prescrições militares oficiais e as práticas efetivas da tropa em campo, isto é, na valorização da força muscular do soldado, tal como faziam os senhores em relação aos seus homens, e não no desenvolvimento de habilidades físicas como previa a legislação militar; no conhecimento prévio a qualquer treinamento militar que os homens tinham do uso de armas de fogo, se dispensando a instrução técnica dos contingentes; e castigando o corpo para manter a disciplina, procedimento dos regulamentos militares, mas que constituía, sobretudo, punição a faltas no modo senhorial.

Após toda a argumentação desenvolvida ao longo do trabalho não é um fechamento que se apresenta agora. Na verdade, é o contrário, é a abertura para novas pesquisas. Por um lado, este estudo sobre dois modos de atuação armada no país, de meados do século XIX até o final da Guerra do Paraguai pretendeu mostrar não uma mudança, mas uma permanência. Os homens em armas, senhores à frente, foram muito exigidos pelo Estado na guerra contra o Exército de Lopes. Resistiram de diversas maneiras ao recrutamento, se engajaram ainda de outras. Foram a campo lutar, contribuíram custeando despesas, levantando e enviando recursos materiais, financeiros, humanos. Eles viram, ainda, o fortalecimento da tropa de primeira linha e seus comandos, um Exército que começava a exigir prerrogativas de comando único na guerra. Mas a guerra, em que pese sua intensidade, o quanto exigiu das tropas do Estado e do engajamento dos homens em geral, não diminuiu a força do modo senhorial de atuação armada na sociedade. Os homens, especialmente, os senhores continuaram armados como estavam antes, desde o período colonial. Eles, também, não se engajaram em atividades militares mais do que faziam antes da guerra – a lei nº 2556

de 26 de setembro de 1874 que instituiu o sorteio para recrutamento militar dos homens permaneceu letra morta.

Não se modificou a presença deste modo senhorial no Exército brasileiro e, por consequência, nem o modo de atuar das tropas de primeira linha baseado nele. O soldado brasileiro continuou a ser requisitado pelos seus comandantes com a força muscular e os conhecimentos para atirar com arma de fogo adquiridos por ele próprio em sua vida familiar e comunitária anterior ao recrutamento. Ele continuou a ser recrutado, muitas vezes, à força, a não ser treinado e nem instruído, a ser castigado fisicamente, a ser mal alimentado e a sofrer com as doenças decorrentes das péssimas condições higiênicas que era submetido e da falta de tratamento médico adequado e continuou, também, a receber armas antigas ou de má qualidade. Quanto ao armamento, as armas modernas de retrocarga (a Comblain, a Winchester etc.) entraram para o Exército alguns anos após a guerra e, ainda, no final do século XIX havia notícias de que as antigas Miniés do tempo da guerra continuavam em circulação na área militar e policial (Castro: 8).

E a história da sociedade armada no Brasil prossegue, sem dúvida, após a Guerra do Paraguai. A luta em Canudos no final do século, também, mostraria, já bem além dos limites tratados nesta pesquisa, que a população continuava armada e podia quase impor uma derrota ao Exército, que ainda se podiam ver soldados de primeira linha descalços, sem uniformes por falta de reposição e enfrentando dificuldades com os problemas logísticos decorrentes do emprego concomitante de diferentes tipos de armas de fogo.

Ao mesmo tempo, em meio a todos esses elementos que permaneceriam na segunda metade do século XIX e início do século XX, ocorreriam modificações significativas na atuação militar do Exército. Na composição das forças governamentais quando da luta em Canudos o Estado federal mobilizou alguns corpos de polícia para coadjuvar o Exército. A Guarda Nacional foi pouquíssimo convocada e já não era mais empregada em atividades militares como, ainda, o fora contra o Paraguai. Mudanças vão se insinuando e se fortalecendo na organização do Exército.

Na carreira militar acirrou-se a disputa entre a experiência prática em atividades militares e a formação teórica como principal critério para a progressão no oficialato. Esta oposição, em parte, recobria a concorrência entre o modo senhorial de atuação armada e o modo militar no interior do Exército. A experiência em campo tendia a valorizar os conhecimentos práticos dos oficiais, bastante ligados àqueles procedimentos senhoriais que entraram para as tropas de primeira linha, enquanto a formação teórica, muitas vezes acusada de não ter aplicabilidade militar efetiva, valorizava uma formação específica do militar e sua

distinção em relação aos civis. A oposição entre oficiais *tarimbeiros*, dos quais um dos principais representantes foi o general Osório (Cerqueira: 59-60), e oficiais *científicos*, entre eles Benjamin Constant, percorreu a estruturação do ensino militar durante o século XIX. Leonardo Trevisan estudou, deste período até a década de 1920, as reformas das escolas militares e as discussões entre um modelo alemão e um francês de instrução para as tropas, mostrando que o problema se estendeu por décadas após a Guerra do Paraguai.

Em relação à organização geral do Exército outras medidas procuraram tornar sistemática a preparação militar prévia dos homens, ao mesmo tempo, que os colocavam mais na órbita das tropas de primeira linha do que dos senhores. É o que significava a organização dos Tiros de Guerra. O serviço militar obrigatório, um objetivo que o Exército perseguia havia muito tempo, no início do século XX começou a ser implantado com a lei promulgada em 1908 e com a campanha de Olavo Bilac em 1915-1916. A educação física e os esportes penetraram nas atividades físicas do Exército. Os castigos físicos não desapareceram inteiramente, mas se tornaram uma prática marginal na disciplina dos soldados. Em que pese a capacidade bélica e a força política dos senhores que se mantinham, o Exército não permaneceu o mesmo da Guerra do Paraguai, o que configura um novo período para a pesquisa histórica.

Comunidades, Estado, Capacidade de Organização

Gostaria de encerrar essas considerações com outra questão geral colocada pela abordagem desenvolvida neste trabalho, que convém melhor formular e que necessitará de estudos posteriores. Ela diz respeito à capacidade de atuação armada de forças políticas e sociais. Ao se falar em modos de atuação armada senhorial e militar, o que se procura trazer à reflexão é a capacidade que comunidades locais e o Estado brasileiro tinham para mobilizar recursos humanos e materiais para empregar violência física quando diferenças de interesses levavam a conflitos. Quando julgavam necessário governo e sociedade conseguiam se organizar como força armada e lutar contra adversários. E conseguiam fazê-lo mesmo populações do interior rural do país que experimentavam carências materiais e econômicas e os governos com deficiências de organização e faltos de recursos. A pobreza material dessas populações e as fraquezas do Governo central não os impediam de conseguir formas de organização que lhes permitissem o exercício do poder por meio da violência armada.

Comunidades pobres dos rincões do país podiam se juntar e iniciar movimentos armados fortes o suficiente para enfrentar um exército, como o fizeram, por exemplo, em 1835, na Província do Pará durante a Cabanagem; ou, em período bem posterior ao abordado

nesta pesquisa, no estado da Bahia sob a condução de Antonio Conselheiro, ou ainda, de lideranças locais na região contestada entre Paraná e Santa Catarina entre 1912 e 1916. Mais importante, talvez, que esses casos que se destacaram pelas dimensões que tomaram e intensidade das lutas travadas era o banditismo social – cangaceiros e jagunços – com seus bandos sempre armados e atuantes que, por isso, chegaram a estabelecer relações com as forças políticas locais, num sistema de apoio mútuo para obtenção de rendimentos financeiros e de prestígio político e social. Elites regionais poderiam se armar contra o Governo central, tal o caso dos liberais paulistas e mineiros em 1842, que na oposição e longe dos cargos públicos, ainda assim, reuniram homens de suas províncias e conseguiram que cada localidade, cada chefe, cada indivíduo procurasse suas próprias armas para derrubar ou, ao menos, encurralar os conservadores encastelados na Corte. Uns tirando do fundo de um gavetão a velha espingarda, outros o bacamarte, o trabuco, a espada do pai ou do avô, fazendo aparecer toda sorte de armas antigas, até um canhão há muito abandonado que nem atiraria, mas que, talvez, servisse para assustar o inimigo.

No lado oposto se encontrava um estado que, à falta dos próprios recursos, arregimentava homens das províncias ou regiões convulsionadas, ou o que era frequente, de outras províncias, próximas ou distantes, para lançá-los contra os rebeldes, fornecendo-lhes armas que estavam esquecidas em depósitos, quase imprestáveis, mas que seriam de toda maneira os únicos instrumentos disponíveis para empregar na luta. Contra os dissidentes da ordem havia o barão de Caxias que não tendo soldados suficientes para combater aqueles mesmos liberais armados contra o governo, trouxe contingentes de forças rebeldes derrotadas e anistiadas do Maranhão em 1841. Nas lutas externas havia, por exemplo, o batalhão “Arranca-toco”, feroz nas investidas contras as forças argentinas em 1851, com seus soldados que iam à luta ainda que estivessem descalços. Bem mais tarde, em 1897, um exército enfraquecido pelos combates seguidos na Revolta da Armada (1893) e Revolução Federalista (1894) foi obrigado a entrar em ação contra um inimigo no sertão baiano que não se esperava tão forte, e que opôs grande resistência antes de se esgotar frente às tropas governamentais que, também, elas davam sinais de esgotamento.

Estes e outros exemplos que se poderiam arrolar, que juntam mobilização para a luta e precariedade de recursos, deixam ver que capacidade de ação não significava eficiência da ação. As referências nesta pesquisa a técnicas, aprendizagem, conhecimentos, habilidades não remetem, em absoluto, à preocupação com aperfeiçoamento contínuo, à busca de excelência em lutar, atirar, manusear espadas, atacar e vencer um inimigo. Trata-se da capacidade para obter resultados, mas partindo-se de uma situação de carência, empregando-

se o que estava à mão, preenchendo faltas. Um estado que procurava se organizar e consolidar, comunidades que se reconheciam como tal e se mobilizavam pela defesa de interesses comuns, nenhum dos dois recusava o enfrentamento armado para atingir seus objetivos e organizar forças para pô-las em campo.

Assim, o problema das populações pobres pelo interior do país, com carências materiais e econômicas, desassistidas pelo Estado que atuava apenas como estado fiscal, submetidas à exploração econômica e à opressão política, que faziam uso recorrente da violência física na vida social e política, não deixou e não pode deixar de constituir uma preocupação dos intelectuais que refletem sobre as condições de vida no Brasil.

Mas essas populações devem, também, ser estudadas a partir dos modos de vida que desenvolveram, das técnicas que conceberam nas diversas atividades ligadas à sobrevivência física e à vivência social: conhecimentos em habitação, alimentação, cuidados de saúde, por exemplo, e, no que interessa mais de perto a este trabalho, em tipos de luta. Este é um programa de pesquisa do qual se procura obter alguns resultados iniciais no estudo da capacidade de lutar.

Mas uma questão prévia que se coloca ao seu desenvolvimento é o desestímulo ao estudo das formas de organização social das populações do interior do país nas análises que enfatizam as limitações materiais, econômicas, sociais e políticas que elas apresentariam. Nas mais diversas áreas e nos mais diferentes autores essas formas de organização social eram vistas como entraves ao desenvolvimento do país e à formação da nação e, por essa razão, embora fossem muitas vezes o foco da discussão, não era nelas que se percebia o potencial para as mudanças positivas que se almejavam.

Há estudos que configuram uma linha diversa e que analisam as formas de organização social e os modos de vida das populações do interior do país, sobretudo das áreas rurais, e dos segmentos sociais de baixa renda, para conhecê-los, saber como se estruturaram, se desenvolveram e se modificaram no passado e como são no presente. Há os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda, sobretudo, *Monções e Índios e Mamelucos na Expansão Paulista*. Trabalhando com conceitos como *meio físico* e *adaptação ecológica* na análise do modo de vida dos bandeirantes paulistas, Sérgio Buarque mostrou como ao lado dos recursos tecnológicos europeus trazidos pelos portugueses, a apropriação das técnicas indígenas de exploração e ocupação do território, de aproveitamento de seus recursos, de luta e outras, foram fundamentais no desenvolvimento da organização social que estabeleceram no planalto.

Outra referência que permanece importante ao longo do tempo e chega até nossa atualidade é Antonio Cândido com a sua tese de doutorado *Os Parceiros do Rio Bonito*.

Procurando desenvolver nele, como introdução ao estudo mais amplo sobre a cultura caipira ou cabocla, uma sociologia dos meios de subsistência e colocando em jogo conceitos como “necessidade”, “meio físico”, “recurso”, “equilíbrio”, “grupo social”, sua abordagem torna a apropriação social de recursos materiais um objeto de estudo. É preciso estudar técnicas desenvolvidas pelas populações caipiras, populações do interior rural de um território que nos séculos XVIII e XIX era muito maior do que o interior paulista que o termo “caipira” recobre na atualidade.

Essas são abordagens que se desenvolveram a partir da década de 1930. A questão é mais antiga e diz respeito, mais amplamente, à produção intelectual científica, humanística e literária do último quarto do século XIX aos anos 1920 que configurou o pensamento moderno no Brasil. Um estudo de grande valor e bastante abrangente que pode servir de guia inicial para o encaminhamento dos problemas foi desenvolvido recentemente por Luciana Murari. A autora analisa uma miríade de autores do período e fornece um enquadramento geral do qual se poderá partir em futuras pesquisas.

Murari mostra que a questão das formas de organização social das populações rurais e baixa renda no país se estabeleceu já de maneira importante com o surgimento de uma literatura romântica no país. Os autores românticos, que acompanharam as primeiras décadas do estado brasileiro, consideravam estreita e atrasada a vida social no país. Uma razão para que esta situação se estabelecesse é que a crítica social, tal como ela havia se desenvolvido no romantismo europeu, se enfraqueceu, se não foi completamente impedida, pelo apoio do estado à produção intelectual que a tornou muito próxima do discurso oficial. De toda forma, como consequência, foi na afirmação e defesa da exuberância da natureza brasileira que a nossa literatura romântica buscou fundamentar a identidade nacional. Um caminho que enfatizou na criação literária a descrição dos elementos naturais muito mais do que a ficcionalização da sociedade e atribuiu ao meio físico um papel positivo na afirmação da singularidade do país e do povo que o habitava (Murari: 64).

Já o pensamento moderno que emergiu na década de 1870 e tal como ele se desenvolveu até as primeiras décadas do século XX na literatura, produção científica e no pensamento social, com suas concepções realistas e naturalistas, enfatizou, preferencialmente, as severas limitações que viu na sociedade brasileira. Em especial, nas populações rurais do interior do país, quanto à capacidade que tinham para instalar-se num território e explorar os elementos naturais para a produção econômica e instituir relações sociais e políticas não violentas, regidas pela legalidade do estado. Este pensamento moderno, no entanto, não engendrou apenas posições que procuravam identificar aspectos – culturais, psicológicos,

sociais – de um determinado modo de vida que fossem considerados negativos, ao contrário, dele surgiram posições que buscavam ressaltar seus aspectos tidos como positivos e que, por isso, o possibilitavam contribuir com a sociedade em geral.

Estabelecendo-se na oposição ao romantismo, o pensamento modernista desenvolveu-se a partir da crítica ao papel da natureza na construção da identidade nacional. De um modo geral os intelectuais modernistas entendiam que as relações entre sociedade e natureza eram marcadas pela violência e precariedade. Por um lado, a natureza determinava duplamente o homem. Ela constituía o substrato que definia o que ele era, o seu comportamento e o seu pensamento, as sociedades que ele formava. Mas ela, também, era um opositor material que impedia o seu desenvolvimento social. A força do meio físico se impunha às iniciativas humanas para explorar os elementos naturais. A natureza poderia constituir uma força destrutiva contra o homem, como se veria, por exemplo, com as secas nos áridos sertões do nordeste ou a extensão da floresta amazônica. No Brasil a relação entre homem e natureza era marcada pelo “profundo fracasso da penetração humana no meio natural”, pela derrota da civilização ante a natureza, por uma sociedade que não conseguia se organizar o suficiente para implantar-se no interior do país (Murari: 11).

Por outro, o homem poderia se impor à natureza, exercer sobre ela uma ação transformadora, mas que se não fosse, ao fim, derrotada pelos obstáculos físicos, poderia se desenvolver como uma ação bárbara que mostrava como a implantação da civilização podia se fazer pela ocupação destrutiva da terra, por meio do fogo das queimadas, do esgotamento dos solos, da derrubada de matas e florestas (Murari: 45). Nesta concepção o tema anterior da ociosidade do homem brasileiro é substituído pelo problema da exploração predatória dos recursos naturais.

Mas tanto num caso como no outro, fosse por serem determinados e limitados pela natureza, fosse, ao contrário, por constituírem predação da natureza e exigirem reprovação, os modos de vida desenvolvidos na sociedade brasileira, particularmente, pelas populações sertanejas, não se transformavam em objeto de estudo científico, não eram analisados pelos pensadores sociais, não recebiam atenção dos ficcionistas a não ser para serem desvalorizados. Luciana Murari examina demoradamente um grande número de escritores significativos, mas destaco aqueles mais conhecidos.

Alfredo d’Escagnolle Taunay é um primeiro exemplo e dos mais importantes, pois nele o problema da imposição do meio físico às atividades humanas se verificava, também, com relação a uma força militar organizada pelo estado. É a natureza a força que derrota a coluna brasileira que fora até a fazenda Laguna na fronteira com o Paraguai para

atacá-lo pelo norte. Ele comenta muito mais em sua narrativa o clima que seria inclemente para os soldados em retirada – as fortíssimas chuvas que os ameaçavam com perigosas enchentes e alagamentos insalubres, o frio intenso à noite, o calor abrasante durante o dia, a brusca transição entre os dois que abalava a saúde dos homens. Distantes dos centros urbanos e civilizados do litoral, os soldados ficaram à mercê da potência da natureza contrária à presença humana, foram vencidos por ela. Os soldados paraguaios os perseguiram e atacavam, mas não vinha da tecnologia desenvolvida pelos homens – as armas – todo o mal que causavam à tropa brasileira, mas sim da natureza que manipulavam contra ela, matando os soldados inimigos com o fogo e a fumaça dos incêndios que ateavam à mata (Murari: 117-122).

Taunay, ao analisar o homem sertanejo, concebe que, ainda, fosse ele derrotado pela natureza a sua vivência e o seu saber eram valiosos. Um único homem é o seu grande exemplo, o guia da expedição José Francisco Lopes, que os levou e trouxe de Laguna. Louva nele o conhecimento prático dos sertões, dos caminhos, dos acidentes geográficos, dos recursos para sobrevivência, numa bem-sucedida adaptação ao meio. Mas até mais do que isso, ele demonstrava para Taunay que o sertanejo poderia ser um dos esteios da nacionalidade. O guia nomeava os locais pelos quais passava, as regiões que conhecia e deles tomava simbolicamente posse para o Império fincando uma cruz de madeira com a inscrição “PII” no meio do sertão. A primeira conclusão que chega o autor é que sem o viver e saber do sertanejo que permitiam a ocupação do sertão, a civilização e o estado não dominariam efetivamente o território e a nação não se estabeleceria. Mas sozinho o sertanejo não poderia ser base da nacionalidade, pois mesmo sua vivência dos lugares poderia ser derrotada pela natureza – José Francisco Lopes se perdeu nos caminhos de retorno à base segura do rio Miranda e ele e o filho morreram de cólera. Além disso, a força da natureza não acabava se impondo ao sertanejo apenas fisicamente, mas mentalmente por desenvolver nele valores não civilizados como um extremo amor próprio que impedia a convivência urbanizada (Murari: 122-125).

Mais para o final do século Sílvia Romero, no seu *História da literatura brasileira* de 1888, afirmava que o “atraso” do Brasil – um capítulo do seu livro se intitulava *A filosofia da história de Buckle e o atraso do povo brasileiro* – se devia à superioridade da natureza em relação ao homem e à barbárie dos índios que teria impregnado toda a sociedade (Murari: 78). No campo dos estudos literários, no mesmo ano, Araripe Jr. em *Estilo tropical*, falava de um *efeito dissolvente do meio tropical sobre o homem brasileiro*. Ele acreditava que *sob o sol tropical restavam ao brasileiro duas alternativas: o ócio do selvagem ou a*

exaltação que proporcionava alguma atividade, mas que rapidamente esgotava as forças humanas. De fato, para o autor, crítico literário interessado em estudar a mentalidade brasileira, não havia sociedade sobre a qual a literatura poderia se voltar e só restava à ficção fundar na natureza a identidade nacional. Era o entusiasmo – a excitação e o sensualismo – pelo meio físico natural que constituía a reserva de energia da qual a criação literária devia se valer (Murari: 11, 94). Nesta apropriação da concepção romântica da identidade nacional Araripe Jr. voltou a desenvolver uma perspectiva positiva sobre a possibilidade de criação de uma identidade nacional no Brasil e de um futuro promissor para o país.

Em 1897 o pensamento social brasileiro começava a formular programas econômicos para o desenvolvimento geral do país. A partir de um núcleo estabelecido na Escola Politécnica do Rio de Janeiro surgiu a Sociedade Nacional de Agricultura, instituição que impulsionaria a formação do movimento ruralista no Brasil e capitanearia a proposta de tornar a modernização da agricultura objeto de uma política nacional. Alberto Torres seria, alguns anos mais tarde, um dos seus principais expoentes. Formulou-se um programa nacional para substituir a exploração predatória da terra por um processo racional que não destruísse os recursos naturais. Tratava-se, principalmente, da substituição da agricultura extensiva pela intensiva. Este caminho significava, sobretudo, que as soluções para o país viriam de fora, dos imigrantes europeus. Um problema a combater era a precarização do trabalho no campo, cuja solução exigia a limitação da grande propriedade rural. Mas a ociosidade do brasileiro constituía, ainda, o principal problema contra a qual se deveria implantar o ensino técnico agrícola, uma proposta que já fora discutida por André Rebouças em 1875 (Murari: 274-276).

No final do século XIX, como se sabe, a luta em Canudos galvanizou o país e o pensamento sobre ele. Ela aguçou a atenção e a preocupação com as populações sertanejas e deu ensejo a análises que a valorizaram. Afonso Arinos em *Campanha de Canudos* de 1900 afirmava que os homens no sertão souberam aproveitar a continuidade que tinham com a natureza. Luciana Murari transcreve o seguinte e elucidativo trecho: *aprenderam agilidade com os chilbos [cabritos] ariscos nas encostas alpestres, tiraram dos jaguares os estratégias de guerra e a ferocidade na defesa das furnas* (Murari: 409; nota 169). Afonso Arinos partiu de bases do darwinismo social, mas viu no conflito em Canudos a adaptação das populações sertanejas à natureza, elemento positivo que justificava fossem integradas à cultura moderna urbana e litorânea e contribuíssem com a formação da nacionalidade. Em 1904, acentuou ainda mais sua perspectiva em *Tropas e tropeiros*, na crítica endereçada ao pequeno impacto das ferrovias até então, afirmando que o desenvolvimento econômico do país se devia ao trabalho da população e que a ocupação do território brasileiro fora realizada

pelo transporte de cargas por tropas de burros, atividade que junto do trabalho escravo era a fonte da riqueza nacional (Murari: 317).

É nesta perspectiva que surge o principal trabalho sobre Canudos. Euclides da Cunha argumentou que o isolamento do norte do país em relação ao desenvolvimento civilizacional do sul permitiu a formação de uma etnia que, apesar de manter formas de vida arcaicas, era íntegra e constituía *o cerne vigoroso da nossa nacionalidade*, pois havia conseguido ocupar e povoar os sertões nortistas. Era uma *raça forte e antiga*, antiga porque representava a continuidade da tradição dos colonizadores portugueses, forte porque se adaptara a um meio físico bastante hostil. Assim, Euclides da Cunha desenvolveu uma posição otimista sobre o futuro da sociedade brasileira, que dependia, no entanto, da combinação da “força” da raça do norte que garantia o assentamento da população em territórios hostis à vida, com o desenvolvimento agrícola, vale dizer, da racionalização técnica levada adiante pelas populações da região centro-sul (Murari: 100). Os aspectos positivos das populações de uma e de outra região do país demandou descrições pormenorizadas do autor, mas não se desdobraram em estudos mais aprofundados da vida sertaneja.

Graça Aranha em *Canaã* enfatizava a força da natureza brasileira, uma exuberância que perturbava os sentidos e a compreensão e se constituía num obstáculo ao avanço civilizacional no país. Mas havia uma solução para o futuro do Brasil que viria dos imigrantes europeus. Eles constituíam uma raça estrangeira empreendedora e, por isso, civilizadora que poderia promover, com técnicas agrícolas modernas, a transformação racional da natureza. Os brasileiros a submetiam tão somente a uma exploração predatória, dominados que eram exclusivamente pela imaginação instigada por aquela exuberância natural e pela melancolia das três raças que os formaram. À raça autóctone brasileira restava fundir-se com os recém-chegados (Murari: 109, 182, 269). Coelho Netto no texto *Lavradores*, também de 1902, via o mesmo problema na sociedade brasileira, a ociosidade da população sertaneja que, na sua interpretação, ainda se juntava à ostentação dos antigos fazendeiros que eram pouco afetos ao trabalho e vislumbrou a mesma solução, a imigração europeia para o trabalho agrícola (Murari: 284).

Capistrano de Abreu afirmava que as populações do interior conseguiram ocupar o território, mas não superaram os efeitos dispersivos do meio físico. No início de sua produção intelectual, que começou em 1875 com estudos sobre história da literatura, afirmava que a exuberância e magnificência da natureza brasileira faziam do país um dos mais belos do mundo e dos seus habitantes um dos povos mais fracos, sobretudo, porque levava à indolência e influía negativamente a mentalidade. A população colonial não deixaria, mais tarde, de ter

uma representação positiva em sua obra. Na proposta de uma “história íntima” apontava que esta população ao longo do tempo se desenvolve e chega a constituir uma nação: *a história íntima deve mostrar como aos poucos se foi formando a população, devassando o interior, ligando entre si as diferentes partes do território, fundando indústrias, adquirindo hábitos, adaptando-se ao meio e constituindo por fim a nação*. O meio físico continuava a ser considerado um fator limitante da organização social, mas não deixava, também, de influenciá-la positivamente. Ele permitiu o desenvolvimento de um sentimento de autonomia, pois se as dificuldades de comunicação que impunha desfavoreceriam a agricultura pelos altos custos de transporte exigidos, elas foram vencidas pela pecuária, menos custosa, possibilitando que a população ocupasse o território sem o concurso do Estado português que, por seu lado, não venciam as dificuldades e permanecia assentado apenas no litoral e sem contato com o interior. Contudo, permaneceu em Capistrano de Abreu a ênfase nas limitações físicas impostas aos colonos. Os empecilhos a contatos regulares que enfrentavam desfavoreciam a integração e cooperação e não permitiam o pleno desenvolvimento de uma identidade entre populações que permaneciam dispersas pelo interior. Este seria o mesmo efeito que se observava entre as tribos indígenas, agrupadas em pequenas unidades pelo território e sem estabelecer nenhuma unidade entre elas (Murari: 80-82).

Em Capistrano de Abreu se pode observar como este tipo de análise não incentivava o estudo das formas de organização social das populações do interior do país. Quando considerava, por exemplo, os bandeirantes paulistas, que basearam a economia regional na escravidão indígena e no extrativismo mineral, observava que a sobrevivência deles foi *garantida pela generosidade da natureza, que supria os gêneros principais de sua alimentação por meio da caça, da pesca e da coleta de alimentos silvestres* (Murari: 83). Não estudou, contudo, essas atividades bastando apenas indicá-las no quadro geral de ocupação do território na Colônia que não exigia trabalho produtivo. No entanto, uma análise mais completa sobre este autor, obrigatoriamente, deve passar pelas cartas que escreveu, cuja importância para seu pensamento é fundamental conforme demonstrou Fernando Amed em sua pesquisa sobre a correspondência do autor.

Alberto Torres numa de suas obras mais conhecidas *A organização nacional*, publicada em 1914, elegeu como problema que demandava uma análise sistemática a exploração predatória dos recursos naturais do país. A explicação da errância do sertanejo já não eram mais suas características raciais ou submissão ao meio físico, mas a prática de esgotamento de recursos de uma região, seguida de mudança para outra e o recomeço da mesma forma de exploração econômica. Por isso o autor podia afirmar, apesar do problema

apontado, que a população brasileira era *uma das mais inteligentes e sensatas do mundo* (Murari: 167-171).

Cândido Rondon em seu relatório de 1916 entendia que os sertões eram improdutivos, sem comunicação com a civilização e sem aproveitamento de suas riquezas. As populações indígenas e sertanejas estavam dispersas no meio natural e rural e só poderiam se tornar úteis ao país por meio do trabalho disciplinado no campo. Propôs que fossem objeto de políticas de assentamento em colônias para organizar a produção agrícola. Ele defendia que haveria, assim, um estímulo *ao melhoramento da situação moral e mental dos habitantes do nosso abandonado interior, ao aperfeiçoamento dos seus meios de trabalho e à implantação de hábitos duma sociabilidade larga e sadia*. Em 1942 o major Amílcar Botelho de Magalhães no seu texto *Impressões da Comissão Rondon* repercutia esse entendimento falando da solidão e desamparo do indivíduo na imensidão do sertão (Murari: 306-8).

Em 1918 Monteiro Lobato criou o Jeca Tatu em *Urupês*, que teve duradoura repercussão não só entre os intelectuais como na população de um modo geral, nesta por meio da publicidade e de obras de divulgação. Criticou o caipira por sua indisposição para o trabalho e falta de cuidados com a saúde, que não prejudicava apenas a si mesmo, pois como decorrência de sua aversão ao esforço físico ele predava a natureza com queimadas e derrubadas de matas. Lobato se afastava, inicialmente, de avaliações positivas do caboclo brasileiro como aquelas que fazia Alberto Torres, mas mudaria sua posição alguns anos depois com a publicação de propostas de saneamento básico no Brasil. Ele viu na medicina higienista a possibilidade de solução para os problemas no interior do país e empenhou-se em campanhas sanitaristas. A modernização do Brasil só poderia vir de uma intervenção técnico-científica que transformasse o modo de vida do caipira, proposta que se constituiu no tema principal de seu livro *Problema Vital*. A prescrição de remédios, alimentação e higiene substituiria a indolência pela resistência e atividade, o oferecimento de saúde e conforto tornariam o homem sedentário e a idiotia seria substituída pela inteligência (Murari: 309-10).

Oliveira Viana em seus estudos sociológicos observava os elementos materiais e físicos dos quais podiam se aproveitar as pessoas pelo interior do país. Mas entendidos como recursos abundantes de uma natureza exuberante, estavam “à disposição” do homem e não exigiam esforço para serem consumidos. Oliveira Viana não sentiu necessidade mais do que relacioná-los sem se perguntar como as populações se organizavam para aproveitá-los: *sob a amenidade dos nossos climas tropicais a vida se torna empresa fácil. Como os gregos, todos nós podemos viver ao sol e às estrelas: cantando. Não há aqui intempéries. Em todas as estações derrama-se um perpétuo encanto primaveril. “O sol realiza o seu curso numa*

temperatura uniforme, – diz Anchieta – de modo que nem o inverno causa horror pelo frio, nem o verão infecciona pelo calor”. Sob branduras tais, uma choça de sapê, de fácil improvisação, uma tarimba ou um leito de palha, um fato de algodão tosco, algumas achas de lenha para a panela – nada mais é preciso para o abrigo e o agasalho do homem. Em derredor, nas frutas silvestres, nos legumes variados, nascidos espontaneamente, na caça abundante, no pescado dos rios, há para ele um banquete permanente. Com o auxílio da pequena roça de mandioca, de milho e de feijão, completa o cardápio da sua alimentação cotidiana. Nada mais precisa. Mais do que o seu esforço, é a natureza tropical, com a sua prodigalidade, que o sustenta (Murari: 86).

O que se pode verificar em todos esses autores é que a sociedade rural era o lugar da tradição. Este é o lugar que ela ocupa na literatura e no pensamento social brasileiros à medida que passam a ser elaborados a partir do discurso moderno. A tradição ocupa uma posição ambígua neste discurso que, ao mesmo tempo, entende, na esteira do racionalismo iluminista, que o futuro é necessariamente melhor do que o passado, mas se preocupa, impulsionado pela subjetividade romântica, com a preservação deste passado. Contudo, esta questão se junta ao que se pode observar na maior parte da intelectualidade modernista brasileira, ela não se identificava com tudo aquilo que escapava à modernidade tecnológica – as regiões selvagens, o meio rural, os sertões e seus habitantes, os segmentos de baixa renda das cidades. A maioria de suas análises e reflexões são devedoras, em alguma medida, de uma concepção que identifica tradição com atraso e impede a tomada de consciência do *patrimônio humano e cultural* que a tradição representa (Murari: 35).

Trata-se de um amplo problema que deve constituir objeto de um trabalho próprio e não pode ser desenvolvido nesta pesquisa. Ainda mais porque há desdobramentos muito importantes dele que devem ser analisados. Uma vertente dos estudos folclóricos que se debruçava sobre modos de vida valorizando a tradição contava, já nas primeiras décadas do século XX, com estudiosos como Roquete Pinto e Câmara Cascudo. E se deve considerar, também, a vertente regionalista que se desenvolveu das abordagens realistas e naturalistas na literatura e no pensamento social e voltou-se para os modos de vida das pessoas que viviam nos sertões do interior do país. Na literatura regionalista se desenvolveu um programa descritivo da vida do homem do campo na tentativa de preservá-la ou, ao menos, documentá-la antes do seu desaparecimento com o processo de modernização tecnológica (Murari: 195-199), literatura da qual emergiu outro modernismo que se voltou decididamente para a vida e a cultura populares. Nela apareceram autores como Gilberto Freyre que buscava o que seria positivo para o país e para a nação na vida de cada uma das etnias que os formaram, ou como

Sérgio Buarque já referido mais acima, que salientava a importância da apropriação branca das tradições indígenas. A análise dos modos de vida da população sertaneja no Brasil deverá avançar para diferentes áreas de estudo e para o novo período que se configurou no modernismo literário.

FONTES

ANAIS do Parlamento Brasileiro. Câmara dos Srs. Deputados. Sessões de 1865-1870. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.

AUTOS dos inquéritos da Revolução de 1842 em Minas Gerais. Brasília: Senado Federal; Editora da Universidade de Brasília, 1979 (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos; v. 20, Série Estudos históricos).

AZEVEDO, Carlos Frederico dos Santos Xavier de. *História médico-cirurgica da esquadra brasileira nas campanhas do Uruguay e Paraguay de 1864 a 1869*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1870.

BARRETO, Jose Francisco Paes. *Historia da guerra do Paraguay pelo tenente honorário do exercito*. Recife: Typ F P Boulitreau, 1893.

BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. Edição fac-similar. Estudo preliminar de Pedro de Alcântara Figueira e Claudinei M. M. Mendes. São Paulo: Grijaldo, 1977 [1705] (Brasil ontem e hoje; 3).

BERESFORD, Guilherme Carr. *Regulamento para a Disciplina e Exercicio dos Regimentos de Cavallaria do Exercito de S. A. R. o Principe Regente do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, e para as obrigações e serviço particular dos Officiaes, Officiaes Inferiores, e Soldados. Feito por Ordem do Mesmo Senhor pelo Marechal General, Marquez de Campo Maior, Lord Beresford, Commandante em Chefe do Exercito de Portugal*. Rio de Janeiro: reimpresso na Typographia Nacional, 1852 [1816].

BRITO, Francisco de Sá. *Memória da Guerra dos Farrapos*. Prefácio, introdução biográfica e notas explicativas de Paulino Jacques. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1950.

CAMPANHA do Paraguay, diários do exercito em operações sob o commando em chefe do Exmo. Sr. Marechal de Exercito Marquez de Caxias. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1925.

CERQUEIRA, Dionísio [Evangelista de Castro]. *Reminiscencias da campanha do Paraguay 1865-1870*. S.l.: S.N., 1910.

COLEÇÃO de leis, decretos e avisos do Império do Brazil. Decretos sobre Recrutamento, 1837, 1867.

LIPPE, Count de Schaumbourg. *Instrucções geraes relativas a varias partes essenciaes do serviço diário para o Exercito de S. Magestade Fidelissima, debaixo do mando do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde Reinante de Schaumbourg Lippe, Marechal General dos Exercitos do mesmo Senhor, e General em Chefe das Tropas Auxiliares de Sua Magestade Britanica*. Lisboa: Miguel Rodrigues, M.DCC.LXII [1762].

MARACAJÚ, Visconde de (Rufino Enéas Gustavo Galvão). *Campanha do Paraguay* (1867 e 1868). Rio de Janeiro: Imprensa militar; Estado-maior do Exército, 1922.

MARINHO, José Antonio. *História da revolução de 1842*. Brasília: Senado Federal; Editora UnB, 1978 (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, Série Estudos Históricos; v. 12).

MARTINS PENA, Luiz Carlos; SANTOS, Darci Damasceno dos. *Teatro de Martins Pena: I, comédias*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1956.

OFÍCIOS do Barão de Caxias; 1842-1845 (como Presidente da Província do Rio Grande do Sul e Comandante em Chefe do Exército em operações contras os farrapos). Primeira Exposição Geral do Exército. Organizada na Administração do General Canrobert P. da Costa. Imprensa Militar, 1950.

POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Tradução por Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora, 1976.

RELATÓRIOS apresentados à Assembléia Geral Legislativa pelos Ministros e Secretários da Guerra, 1855-58; 1860-65. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de São Paulo*. Belo Horizonte/ São Paulo; Itatiaia/ Edusp, 1976 (Coleção Reconquista do Brasil; v. 18).

SILVA, Henrique. *Caça e caçadas no Brasil, com um prólogo pelo general Couto Magalhães e glossário de uso dos caçadores*. Rio de Janeiro, Paris: H. Garnier [1898].

SILVA, José Luiz Rodrigues da. *Recordações da campanha do Paraguay*. S[ão] Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo, [1924]

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro. *Caça no Brazil*; ou manual do caçador em toda a América Tropical. Rio de Janeiro: E & H. Laehmert, 1860.

BIBLIOGRAFIA

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente; estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis : Vozes, 1988 (Coleção Negros em Libertação, 5 ; História Brasileira, 9).

ALMEIDA, Adilson José de. *Uniformes da Guarda Nacional: 1831-1852*; a indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999 (disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21032006-153646/pt-br.php>).

ALMEIDA, Aluísio de. *A revolução liberal de 1842*. Prefácio de Carlos da Silveira. Edição Ilustrada. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1944.

AMED, Fernando José. *As cartas de Capistrano de Abreu; sociabilidade e vida literária na Belle Époque carioca*. São Paulo: Alameda Editorial, 2006.

AMED, Fernando José. *Atravessar o oceano para verificar uma vírgula; Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) lido por João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. São Paulo, Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo, 2007.

ANDRADE, Manoel Correia de. *Pernambuco e a revolta de pinto madeira*. Recife: Nordeste, 1953.

ANDRADE, Martins de. *A revolução de 1842*. Rio de Janeiro, 1942.

ARANTES, Ana Cristina. *A História da Educação Física escolar no Brasil*. Revista Digital, Buenos Aires, año 13, n. 124, p.1-18, set. 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 02 mai. 2009.

BELLO, Júlio. *Memórias de um senhor de engenho*. Prefácios de Gilberto Freyre e José Lins do Rego. 2ª edição, acrescida de 3 capítulos. Rio [de Janeiro]: J. Olympio, 1938 (Coleção Documentos brasileiros: 11).

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. Prefácio Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz; tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Cavalcadas de Pirenópolis; um estudo sobre representações de cristãos e mouros em Goiás*. SL: Oriente, [1974].

BRANDÃO, Théo. *Cavalcadas de Alagoas*. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1978 (Cadernos de folclore: 24).

CÂMARA, Rinaldo Pereira da. *O marechal Câmara*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, [1970].

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito; estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. *História das armas ou as armas na história?* IN: COMO Explorar um Museu Histórico. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1992.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Tradições populares da pecuária nordestina*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1956 (Documentário da Vida Rural; nº 9).

CASTRO, Adler Homero Fonseca de; BITTENCOURT, José Neves. *Armas; ferramentas da paz e da guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1991, (Coleção Biblioteca do Exército; v.281).

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *O Comblain no Brasil*. SL: *Jornal Armaria*, s/d, p. 8-110.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles; o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec/Editora da Unicamp, 1996.

DICIONÁRIO do Brasil Colonial (1500-1808). Direção de Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

DINIZ, Alai Garcia. *Máquinas, corpos, cartas; imaginários da Guerra do Paraguai*. São Paulo, Tese de Doutorado em Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-Americana na Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras da Universidade de São Paulo, 1997.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *A história esquecida da Guerra do Paraguai; fome, doenças e penalidades*. São Paulo, Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2010, sob orientação de Nanci Leonzo.

DUARTE, Paulo de Queiróz. *Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai: o imperador, os chefes militares, a mobilização e o quadro militar da época*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Tenente-Coronel Francisco da Cunha Bueno: pioneiro da cafeeicultura no Oeste Paulista*. São Paulo: edição do autor, 1960.

FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, a genealogia e a história*. IN: *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 5ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução por Raquel Ramalhete. 34ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *O Barão de Goicana e o seu diário*. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife, vol. L, 1978, p. 154-344.

GUTIERREZ, Washington. *História da educação física*. 3ª edição. Porto Alegre: Instituto Porto Alegre, 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Índios e Mamelucos na Expansão Paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1949 (Separata de Anais do Museu Paulista, v. 13, p. 177-290).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Política e guerra*. IN: *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977, vol. 5, p. 41-56.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2000.

JACQUES, Paulino. *Introdução bibliográfica*. In: BRITO, Francisco de Sá. *Memória da Guerra dos Farrapos*. Prefácio, introdução biográfica e notas explicativas de Paulino Jacques. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1950, p. 13-109.

JACQUES, Paulino. *Notas explicativas à Memória*. In: BRITO, Francisco de Sá. *Memória da Guerra dos Farrapos*. Prefácio, introdução biográfica e notas explicativas de Paulino Jacques. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1950, p. 169-205.

KRAAY, Hendrik. 1. Introduction: War, Politics, and Society in South America, 1820s–60s. IN: KRAAY, Hendrik; WHIGHAM, Thomas L (org.). *I die with my country; perspectives on the Paraguayan War, 1864-1870*. Lincoln, Neb: University of Nebraska Press, 2004 (Studies in war, society, and the military).

LABROUSSE, Ernest; MOUSNIER, Roland. *A Técnica Militar*. O Século XVIII; o último

século do Antigo Regime. Colaboração de Marc Bouloiseau. Tradução por Vítor Ramos. IN: CROUSET, Maurice (org.). *História Geral das Civilizações*. São Paulo: Difel, 1968, p. 105-119.

LANE, Frederico. *Armas e técnicas de briga nas regiões rurais de São Paulo*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1958.

LEONZO, Nanci. *Companhias de Ordenanças na Capitania de São Paulo; das origens ao Governo de Morgado de Matheus*. São Paulo: Museu Paulista, 1977.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985 (Reconquista do Brasil, Nova Série; 88).

MARINHO, Inezil Penna. *História da educação física e dos desportos no Brasil*; Brasil colônia, Brasil império, Brasil república, documentário. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, vol. 1, 1952.

MELLO, Maria Alba Machado. *O Coronelismo numa perspectiva historiográfica*. IN: LINS, Wilson et alli. *Coronéis e Oligarquias*. Salvador: UFBA/ Ianamá, 1988, P.77-111 (Cadernos de Educação Política).

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

MURARI, Luciana. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.

RABINBACH, Aanson. *The human motor; energy, fatigue, and the origins of modernity*. University of California Press, 1992.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai; escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da; MELO, Victor Andrade de. *Fabricando o soldado, forjando o cidadão: o doutor Eduardo Augusto Pereira de Abreu, a Guerra do Paraguai e a*

educação física no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, abr.-jun. 2011, p. 337-353.

SILVA, Eduardo. *O Príncipe Oba, a Guerra do Paraguai e a Abolição da Escravatura*. IN: MARQUES, Maria Eduarda de Castro Magalhães (org.). *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850*. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira [1965].

SOUSA, Jorge Prata. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad: Adesa, 1996.

SOUSA JÚNIOR, Antonio de. *Guerra do Paraguai*. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, tomo II, volume 4, 1974, p. 299-314.

TREVISAN, Leonardo Nelmi. *Obsessões Patrióticas; origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011 (Biblioteca do Exército; 867. Coleção General Benício; 482).

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro imperial; a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1978 (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

VIEIRA JR., Antonio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes; história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza, São Paulo: Edições Demócrito Rocha: Hucitec, 2004.